



  
Coleção  
Documentos  
**86**

# DOIS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA PORTUGUESA

CENTRO DE  
LITERATURAS  
E CULTURAS  
LUSÓFONAS  
E EUROPEIAS  
**CLEPUL**  
Faculdade de Letras da  
Universidade de Lisboa

**FCT**  
Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



**FRANCISCO DAS NEVES ALVES**



# DOIS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA PORTUGUESA





## Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves

# DOIS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA PORTUGUESA



- 86 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande  
2024

Ficha Técnica

Título: Dois estudos sobre a imprensa portuguesa

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 86

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: *A Ilustração Popular*, 17 jul. 1884.

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2024

ISBN – 978-65-89557-97-5

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

# APRESENTAÇÃO

Nas décadas finais do século XIX, o jornalismo português passava por uma etapa de crescimento e aprimoramento. Apesar da crise que cercava o país, houve espaço para o desenvolvimento de folhas impressas concentradas na capital Lisboa e nas grandes cidades, mormente o Porto, mas também espalhando-se por várias localidades do interior, com a prática de um periodismo regional. Tal conjuntura foi acompanhada por um processo de especialização, surgindo periódicos de gêneros variados ou ainda voltados a públicos e/ou temáticas específicas<sup>1</sup>. Em meio a essa diversificação, as publicações ilustradas ganharam terreno, levando ao público leitor a imagem associada ao texto. Outro segmento que se desenvolveu foi o de uma imprensa operária, engajada e voltada à tomada de consciência de classe no seio dos trabalhadores. Este livro apresenta dois estudos acerca das práticas jornalísticas em Portugal. Um deles é voltado a abordar *A Ilustração Popular*, que tinha por

---

<sup>1</sup> Sobre a imprensa portuguesa nessa época, ver: TENGARRINHA, José M. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.; TENGARRINHA, José M. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3.; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996.; CUNHA, Alfredo da. Periódicos e relações, periodistas e noticiaristas. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; MANSO, Joaquim. O jornalismo. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Rapport de la Section Portugaise – 1er. Congrès International de la Presse (1894 – Anvers). Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. O jornalismo português: resenha cronológica. Lisboa: Tip. Soares, 1895.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Os jornais portugueses: sua filiação e metamorfoses. Lisboa: Imp. de Libanio da Silva, 1897.; e PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Movimento evolutivo do jornalismo político em Portugal no século XIX. In: Revista de Ciencias Letras e Artes. Lisboa, 1(2) jul. 1901, p. 52-57; 1(3).



particularidade voltar suas edições para as classes laboriosas, especificamente no que tange aos olhares imagéticos por ela lançados sobre o mundo. O outro visa a analisar as repercussões da instauração da forma de governo republicana no Brasil nas páginas de três jornais lusos destinados ao operariado.



# ÍNDICE

Olhares lusitanos sobre o mundo por meio de *A Ilustração Popular* / 13

Consciência de classe na imprensa operária portuguesa ao observar a transição Monarquia – República no Brasil / 175



OLHARES LUSITANOS SOBRE O  
MUNDO POR MEIO DE  
*A ILUSTRAÇÃO POPULAR*

As derradeiras décadas do século XIX foram marcadas como uma fase de ampla expansão do imprensa periódica portuguesa, com grande número de jornais concentrados em Lisboa e no Porto, mas também se espalhando pelo interior do país. Vários foram os gêneros jornalísticos praticadas em terras lusas, em especialidades que por vezes se mesclavam em um mesmo título, como os noticiosos, os político-partidários, os acadêmicos, os científicos, os literários, os satíricos, os humorísticos e aqueles que representavam determinados segmentos da sociedade. Dentre esses diversos tipos esteve a imprensa ilustrada, cujo acréscimo da imagem revelava não só um apuro gráfico das edições, conforme aquilo que vinha ocorrendo no resto da Europa, como também ampliava o alcance dos periódicos, que não mais se limitava apenas aos letrados<sup>2</sup>.

No seio das publicações ilustradas portuguesas, circulou entre julho e dezembro de 1884<sup>3</sup>, *A Ilustração Popular*, editada em Lisboa, com escritório junto à Livraria Popular. Em seu frontispício, apresentava-se como uma “crônica semanal”, que tinha por editora “uma sociedade de homens sem letras”, sendo publicada às quintas-feiras, com a assinatura anual, ou cinquenta e dois números, à venda por 1\$000 réis, ao passo que o número avulso custava 20 réis. Era impressa na Tipografia da Empresa Literária Luso-Brasileira e levou ao público vinte e seis números de oito páginas cada um, sendo em geral metade

---

<sup>2</sup> TENGARRINHA, José. *Nova história da imprensa portuguesa (das origens a 1865)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013. p. 865-866.

<sup>3</sup> RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional 2001. v. 1. p. 406.

delas com ilustrações e as demais somente com conteúdo textual. Ela pertenceu “ao universo das publicações não especializadas e ilustradas que pululavam na imprensa periódica portuguesa dos últimos dois decênios do século XIX e que, amiúde, tinham em comum o vocábulo ‘ilustração’ no título”. Tal revista, entretanto, “distinguia-se das suas congêneres pela sua escrita de crítica social”, bem como “por não incluir publicidade nas suas páginas, ficando, assim, refém do financiamento das assinaturas que conseguisse vender”<sup>4</sup>.

Em seu programa, a revista afirmava que “não vem deduzir artigos de preferência, no grande pleito em que é disputado o favor público, nem tampouco entra na liça da imprensa para suplantar adversários”, os quais “primam pela elegância, com que sabem esgrimir as polidas armas do estilo, da crítica e do espírito”. Considerava-se “modesta, como o qualificativo que adotou”, tendo “uma única aspiração”, a de “entrar no ateliê, na escola, nas salas e nos palácios, sem se tornar notável pelos artifícios da frase, nem antipática pela escolha do assunto”. Dizia-se “redigida por uma sociedade de homens, desconhecidos no mundo literário”, de modo que não pretendia “subir ao panteão da glória para ser coroada pela fama, mas aspira a guardar ilibado o tesouro da língua pátria, tão rica que não carece de aumentos e tão bela que não precisa de adornos estranhos”. Demarcava ainda que constituía “uma publicação especialmente destinado às classes laboriosas, que não podem comprar as edições de luxo”<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> ROLDÃO, Helena. *A Ilustração Popular – ficha histórica*. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2017.

<sup>5</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 1º jul. 1884.

*A Ilustração Popular*, já ao apresentar seu conteúdo programático, definia suas principais seções, explicitando que, “apesar da modicidade do seu preço”, ofereceria “aos menos abastados uma seleta coleção de ilustrações e a todos os seus leitores uma crônica circunstanciada dos mais notáveis acontecimentos da semana”, assim como “uma revista dos teatros, a descrição das gravuras, um romance em folhetim, uma seção de poesia, outra de charadas, enigmas ou logogrifos, além de quaisquer assuntos que à redação pareçam de interesse público”. Esclarecia que era “tão fácil fazer um programa deslumbrante de promessas”, mas que também era “difícil cumpri-lo”, de forma que garantia preferir ser um periódico que prometeria “pouco” para poder “ser exato e escrupuloso no cumprimento” do seu “dever”, tendo “fé que o público há de corresponder à boa vontade”, com que havia de esforçar-se para lhe “captar a benevolência”<sup>6</sup>.

Ao longo de suas edições, apresentou novas propostas, como o escopo de, sob “a epígrafe ‘Miniaturas’”, abrir “uma seção” em que seriam “publicados esboços biográficos dos homens mais notáveis nas ciências, nas artes e nas letras”. Declarava ainda que publicaria “quaisquer artigos enviados e que forem compatíveis” com o seu “programa e com o pequeno espaço” de que dispunha. A redação apontava ainda para a possibilidade de “que a classe operária se aproveitasse” das suas “colunas, ou escrevendo ou fornecendo apontamentos para uma ‘Crônica das oficinas’, na qual se mencionassem os progressos que vão tendo as indústrias nacionais e os artistas que mais se distinguem nelas”.

---

<sup>6</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 1º jul. 1884.



Considerava que tal intenção seria “útil” e, se encontrasse “adesões”, agradecia antecipadamente “aos que auxiliarem a sua realização”, uma vez que, a citada seção constituiria “não só um serviço prestado à arte, mas ao mesmo tempo servirá de estímulo aos artistas que estudam e desejam distinguir-se entre os seus companheiros de trabalho”<sup>7</sup>.

Os editores da revista agradeciam “as charadas, enigmas, logogrifos e problemas com que tem sido brindada a redação”, desculpando-se por não publicar “todas as produções”, o que seria “impossível, atendendo ao pouco espaço” disponível “para essa seção recreativa”<sup>8</sup>. Mais tarde, era reforçado o agradecimento “a todos os colaboradores” pela “sua ilustrada cooperação”, com a ênfase de que era “tal a afluência de original para a seção *passatempo*”, que se tornara inviável publicar, como desejado, “todas as produções enviadas”<sup>9</sup>. A redação acusava também o recebimento de “diversos exemplares de composições literárias”, que foram inseridas nas edições da folha, agradecendo pelas mesmas, bem como anunciava a presença de “uma seção especial”, voltada a “fazer a crítica dessas produções, com o desassombro de quem tem opinião própria e com a independência de quem vive tão afastado dos centros literários, que não conhece os homens se não pelo que eles realmente valem”, ou seja, “pelo seu verdadeiro mérito”. Avaliava que “a escola do elogio mútuo tem exercido uma maléfica influência na orientação mental das gerações

---

<sup>7</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 24 jul. 1884.

<sup>8</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 31 jul. 1884.

<sup>9</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 14 ago. 1884.

modernas”, em um quadro pelo qual “as cartas-prólogos dos patriarcas da literatura são o reclame de centenas de futilidades, que aí se publicam com manifesto escândalo para o bom senso e para a gramática”, vindo a acontecer que, “do livro, o único trecho útil e aproveitável é o prefácio, que não é do autor”. Diante disso era afirmado peremptoriamente que “contra esse sistema nos insurgimos e exporemos francamente a nossa opinião”<sup>10</sup>.

Ainda a respeito das colaborações, o periódico argumentava que “a falta de espaço não consente, como era o desejo, publicar todas as produções enviadas pelos colaboradores”, agradecendo a eles por “sua valiosa coadjuvação”. Esclarecia que, “entre os escritos enviados a esta redação encontram-se algumas poesias firmadas por nomes desconhecidos no mundo das letras”, o que “não modifica de forma alguma o mérito dessas composições, se elas o tivessem”. De acordo com tal perspectiva, indicava que para a seção denominada “Álbum”, destinada às composições poéticas, “queremos *versos* e não nos contentamos com *rimas*”, pois, “para subir ao Pindo, não basta o esforço da vontade”, e “são necessárias asas, e a natureza a poucos concede a inspiração”. Apontava que “em prosa é mais fácil exprimir um pensamento, traduzir uma ideia, manifestar um sentimento”, de modo que aconselhava aos colaboradores que escrevessem “em prosa, artigos pequenos, conceituosos e acomodados à índole desta publicação, e serão bem-vindos”<sup>11</sup>. Em outra oportunidade, agradecia “os primorosos artigos e belas poesias”, enviadas por

---

<sup>10</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 28 ago. 1884.

<sup>11</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 18 set. 1884.

um colaborador, considerando que tais “composições valem muito e são esperançosas premissas de um talento que desabrocha, rico de seiva e dourado pelo sol da inspiração”<sup>12</sup>.

Apesar do bem traçado projeto editorial, as dificuldades que normalmente cercavam os empreendimentos jornalísticos, ainda mais aqueles com menores recursos, também viriam a atingir *A Ilustração Popular*, tanto que, ao completar seu primeiro semestre, a revista anunciava a suspensão de sua publicação. Esclarecia que “a empresa, quando iniciou este semanário ilustrado, não teve em vista fazer concorrência a publicações congêneres, nem explorar o povo a quem a dedicou”, uma vez que, “o fim único da publicação foi proporcionar às classes proletárias um hebdomadário ilustrado com um preço módico e com assuntos acomodados ao grau de instrução dos seus leitores”. Diante disso, garantia que “a empresa cumpriu religiosamente o seu programa à custa de inúmeros sacrifícios, mas não pode levar tão longe a sua abnegação, que continue a comprometer capitais, em proveito de uma parte dos assinantes”, que apenas recebiam seus exemplares, “sem se lembrarem que as publicações desta ordem são dispendiosas e exigem um desembolso imediato de dinheiro”. Evidenciava que “os assinantes que pagaram adiantadamente o ano, podem receber a quantia equivalente ao semestre a que tinham direito”, ao passo que aqueles “que receberam os números sem pagar, devem satisfazer a sua dívida, com a mesma pontualidade com que a empresa lhes distribuiu cada um dos números”. Indicava ainda que, “da parte da empresa não há o menor ressentimento para

---

<sup>12</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 2 out. 1884.

com o público”, pois ela “teve sempre o bom senso de não esquecer a pequenez do país e as forças do mercado, para saber de antemão que não podia auferir lucros nem contar com prósperos resultados” e “o preço que estabeleceu demonstra claramente a intenção que presidiu a ideia desta publicação”. Perante tal situação, ressaltava que “só em uma coisa se enganou a empresa e foi em que, custando cada número um vintém, houvesse quem se negasse a satisfazer a sua assinatura voluntária, porque a ninguém foi imposta ou exigida”. Ao final, agradecia aos assinantes que cumpriram seus compromissos pela confiança destinada à revista, bem como “à imprensa o favor que dispensou, recomendando a leitura do hebdomadário e aos cavaleiros que distinguiram” àquela proposta editorial, “com a sua colaboração”<sup>13</sup>.

Um dos pontos altos da revista lisbonense foi o seu conteúdo iconográfico, amplamente diversificado e que intentava dar ao público leitor detalhes imagéticos acerca de lugares, pessoas, hábitos, costumes e aspectos da natureza de variadas partes do mundo. A utilização do recurso da imagem trazia consigo a possibilidade da realização de associações mentais sistemáticas que servem para a criação de identidades. Além disso, a imagem pode também constituir um processo de expressão extremamente rico, inesperado, criativo e mesmo cognitivo, já que a comparação entre os termos explícitos e implícitos traz consigo o estímulo à imaginação e a descoberta de insuspeitos pontos em comum entre eles. Nesse sentido, a imagem apresenta em si características múltiplas, tendo condições de ser visual e imaterial, fabricada e natural, real e

---

<sup>13</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 25 dez. 1884.

virtual, móvel e imóvel, sagrada e profana, antiga e contemporânea, ligada à vida e à morte, analógica, comparativa, convencional, expressiva, comunicativa, construtora e desconstrutora e ainda benéfica e ameaçadora<sup>14</sup>. O objetivo desse estudo é o destaque a tais recursos imagéticos estampados nas páginas de *A Ilustração Popular*.



- frontispício de *A Ilustração Popular* -

<sup>14</sup> JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 2004. p. 21-22 e 27.

O conjunto inicial de gravuras apresentado por *A Ilustração Popular* foi aberto pela representação da “inocência”, trazendo “um formosíssimo rosto de criança, cuja expressão traduz a candura da alma e a pureza do coração”, além da “meiguice no olhar”. Tratava-se do trabalho de um artista luso, constituindo uma escolha proposital da redação, para “honrar a arte nacional”, afirmando que, dentro do possível, sempre buscaria dar “às obras dos compatriotas a preferência, não só para lhes vulgarizar os nomes, mas também para que, pelo confronto com os trabalhos estrangeiros, se possa aquilatar o mérito incontestável de muitos dos nossos artistas e fazer-se a justiça devida aos seus merecimentos”. A utilização dos balões como meio de transporte e de deslocamento foi o mote de outra ilustração, a partir do crédito de que tal veículo poderia tornar-se “uma grande comodidade pública e um agradável meio de viajar”, sendo citado um exemplo de tal iniciativa em Lisboa. Duas integrantes da “colônia piscatória”, com mulheres vindas do interior para se estabelecer em Lisboa, sendo ambas descritas como um “tipo distinto e formoso”, não havendo “classe mais laboriosa do que aquela”, vindo para a capital procurar “os meios de subsistência com uma tenacidade que a honra e uma honradez que a distingue”. Os habitantes do continente africano foram presença marcante nas páginas da revista, como foi o caso da presença de um senegalês, apontado como pertencente a “povos” que “foram guerreiros assinalados e ainda conservam o primitivo caráter marcial”, tornando-se, portanto, “célebres pelas suas tradições guerreiras, pelo seu caráter belicoso e especialmente pela sua habilidade ingênita para todas as obras manuais”<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 1º jul. 1884.

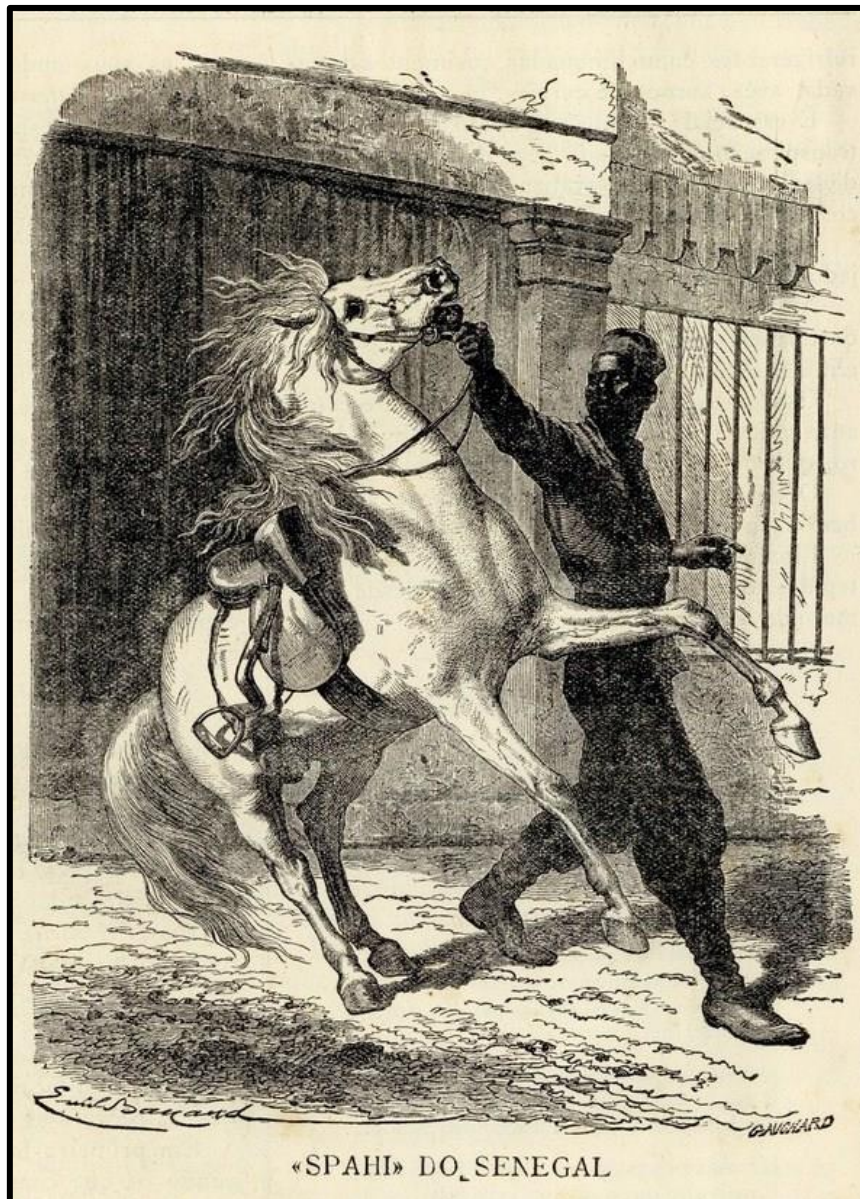




NAVEGAÇÃO AEREA—FUGIDA D'UM BALÃO



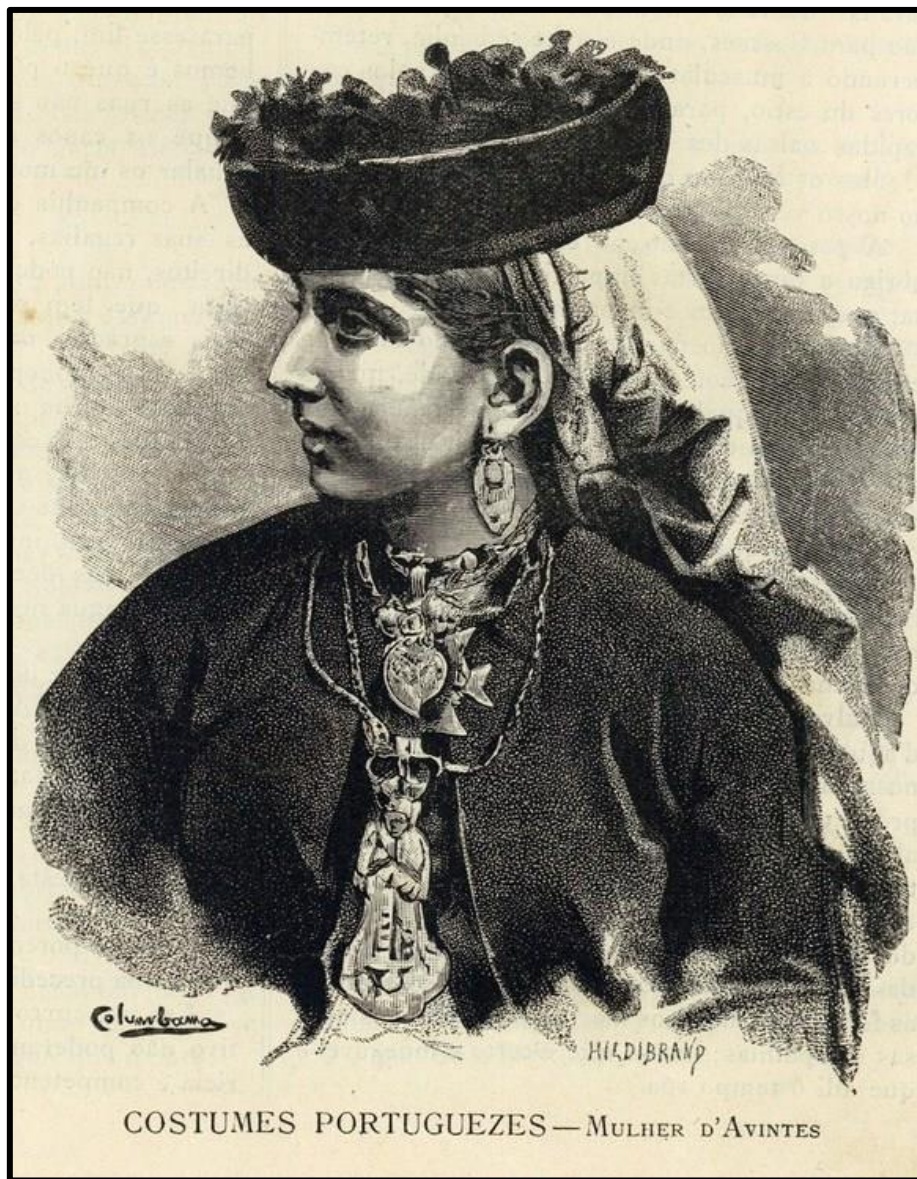




Os “costumes portugueses” voltavam a figurar nas ilustrações do semanário, ao trazer uma das “formosas raparigas” que tripulavam pequenos barcos no Douro, indicando que parecia “que a beleza do sítio que lhes foi berço imprimiu naquelas fisionomias a sua natural formosura”, de modo que não haveria “uma só que seja feia e todas têm a mesma elegância”, concluindo que “as mulheres mais bonitas do país são com certeza as do Minho, especialmente as dos arrabaldes do Porto”, as quais seriam caracterizadas “pela correção das formas, pela distinção das feições e pelo garbo donairoso”. O contingente populacional africano voltava à baila, com o desenho de “quatro peregrinos bambaras”, apontados como “padres muçulmanos, respeitados por todas as tribos, entre as quais vão fazer propaganda religiosa, impondo-lhes como primeira obrigação da nova crença, a renúncia da antropofagia”. Segundo o hebdomadário, “a civilização deve serviços importantes a estes homens, que procuram arrancar do coração dos selvagens o grosseiro apetite da carne humana, que é para eles um manjar esquisito e delicioso”. Um lugar no seio do Império Russo foi descrito pelo periódico com um olhar um tanto místico, ao apresentá-lo como um local em que as “recordações históricas” ligavam-se a “lendas de espectros e almas penadas, que fazem estremecer os cossacos nas suas tendas e os pescadores nas suas ligeira barcas”, durante as “horas mortas da noite”. O passado da humanidade também foi tratado, com a gravura que representava “a preparação do pão” na Idade da Pedra, considerada como um “ciclo obscuro, sobre o qual a ciência vai fazendo luz, aclarando-lhe os mistérios”. A operação era descrita em detalhes, acompanhada da constatação de que, ainda naquele final de século XIX, “os pobres da Toscana empregam o mesmo processo para o fabrico da polenta, que é pão de que se alimentam”<sup>16</sup>.

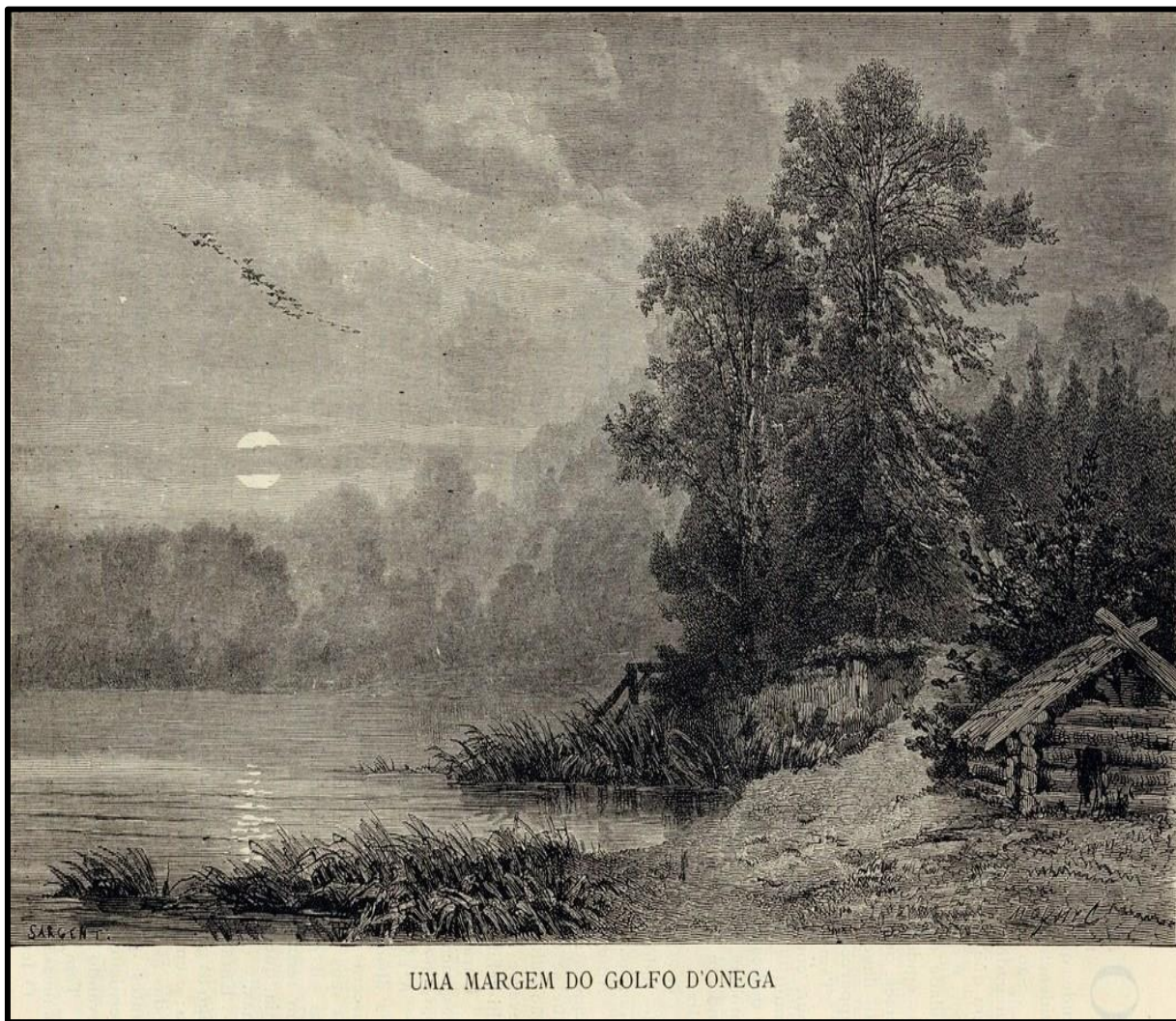
---

<sup>16</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 10 jul. 1884.





OS PEREGRINOS BAMBARAS





A PREPARAÇÃO DO PÃO NA EDADE DA PEDRA

Uma das mais tradicionais vistas da capital portuguesa foi retratada na primeira página do semanário, dizendo a respeito dela que “todos conhecem a Praça do Comércio, a mais espaçosa de Lisboa e uma das mais belas da Europa”, referindo-se à sua construção e à presença da estátua equestre do rei D. José, passando a discorrer sobre as características e a história da elevação do monumento, considerado como “uma glória nacional”. Os Alpes suíços também foram abordados, com ênfase para os riscos envolvidos na exploração de tais montanhas, e a citação de um caso de escalação realizada com “uma audácia e coragem admiráveis, à custa de sacrifícios sobre-humanos, de privações inauditas e de milagres de perseverança e de heroicidade”. Um “grande monumento levantado à floricultura” localizado na Bélgica foi outro cenário trazido pela publicação ilustrada, que descrevia as principais espécies ali preservadas e caracterizava o lugar como “uma edificação primorosa e de um estilo pouco vulgar neste gênero de construções”, a qual seria recomendável pelo “esmero dos ornatos” e “pela vastidão do seu perímetro”. A cena de uma batalha naval vinculada às guerras entre as potências europeias, ocorrida três décadas antes, era o tópico de outra ilustração, acompanhada da descrição da região na qual se desenvolveu<sup>17</sup>.

---

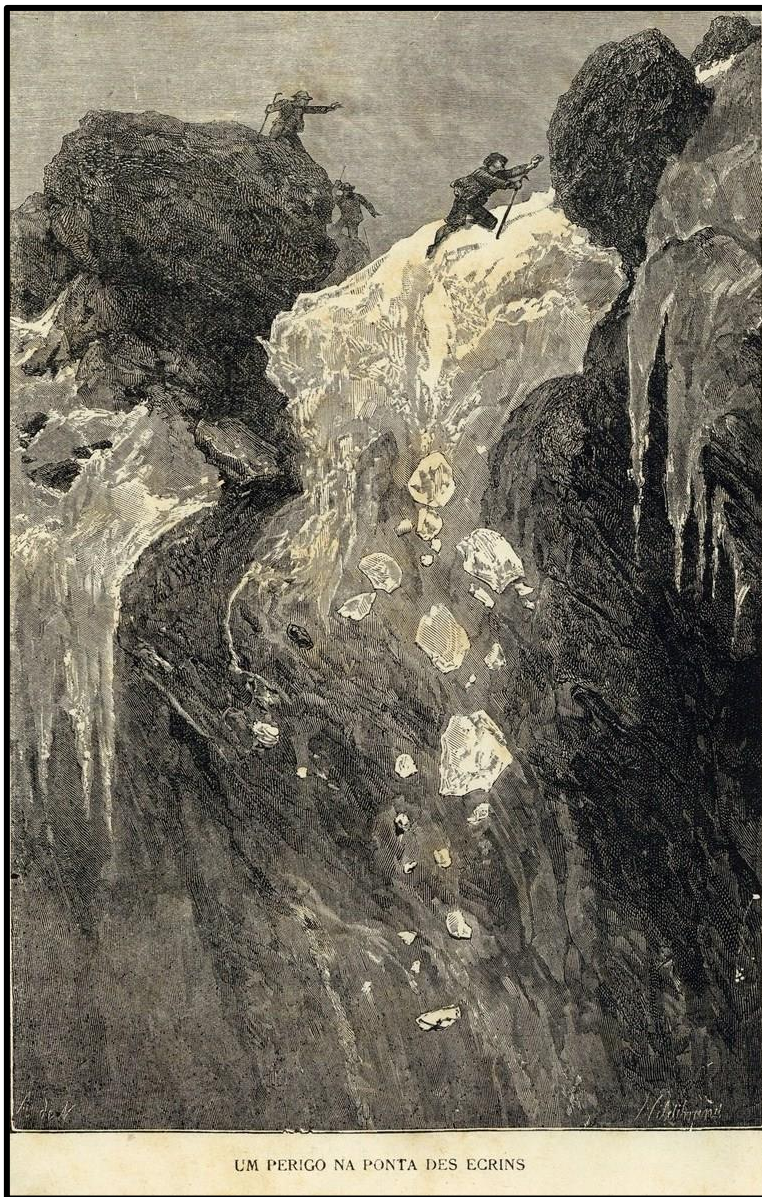
<sup>17</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 17 jul. 1884.

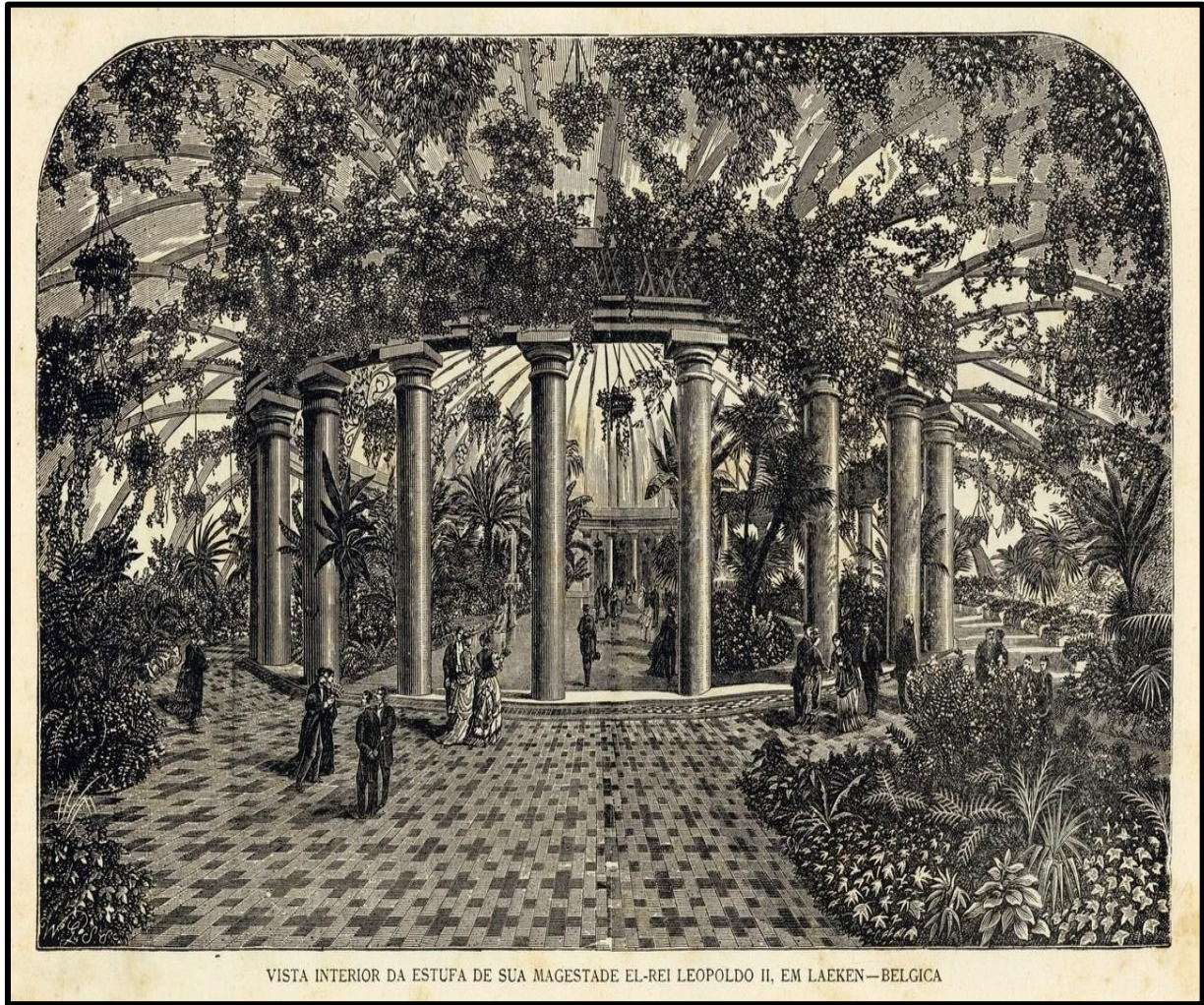


DOIS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA PORTUGUESA



ESTATUA EQUESTRE DE D. JOSÉ I, NA PRAÇA DO COMMERCIO DE LISBOA





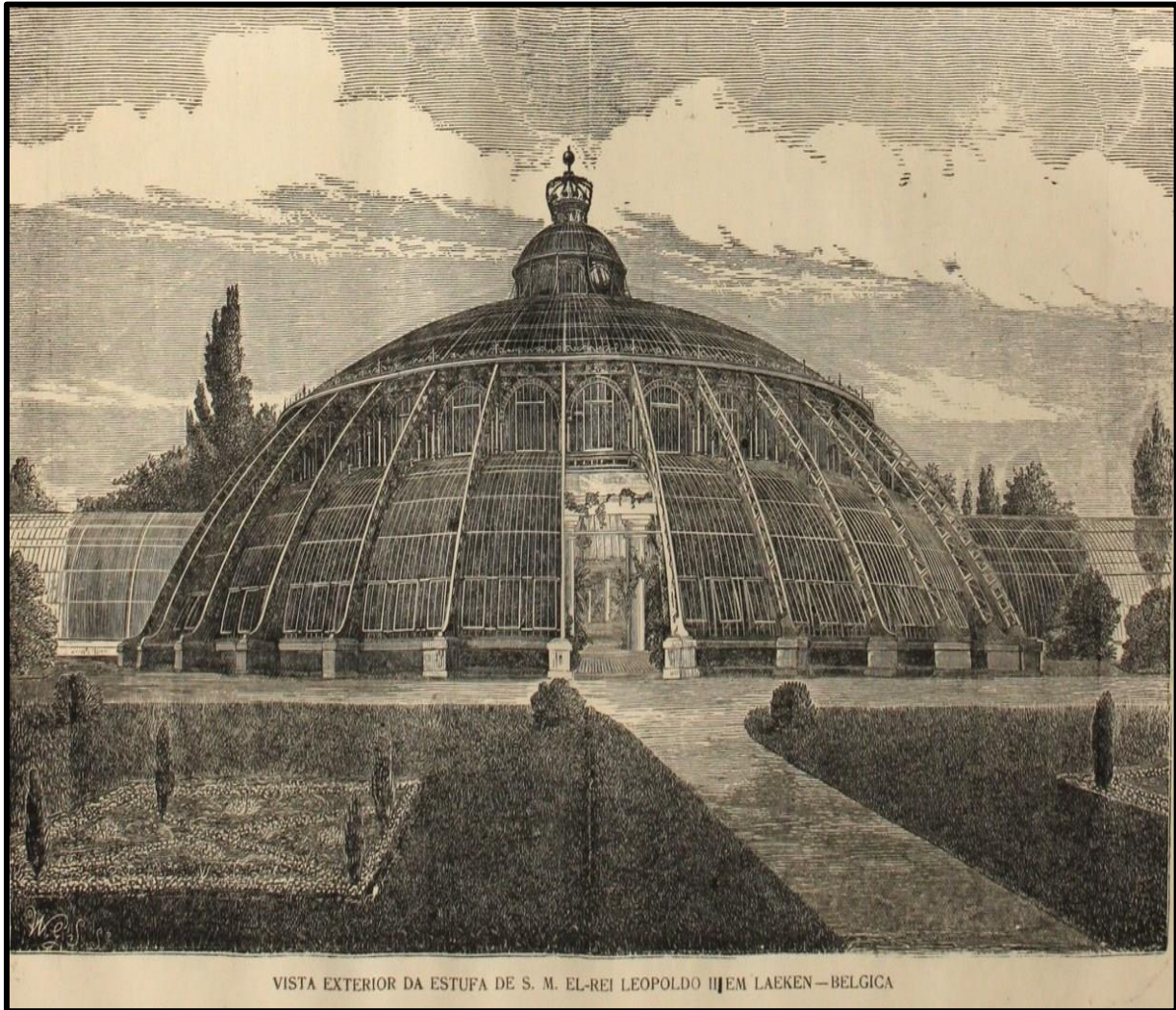


Outro cenário urbano lisbonense tornou-se alvo da observação do periódico, que se voltou para a “casa dos bicos” na capital lusa, lembrando que a mesma se tratava de “apenas uma parte do suntuoso edifício” construído no século XVI, mas destruído em grande parte com o terremoto ocorrido no século XVIII. Dizia que “a casa nobre desapareceu completamente”, de modo que “mal se pode ajuizar da grandeza da edificação primitiva pelas ruínas atualmente existentes”, aparecendo ainda referências ao “estilo da sua arquitetura”. À imagem da estufa real belga apresentada no número anterior, foi acrescida outra, com a inclusão de uma “vista exterior” do edifício. O símbolo do poder russo foi retratado pelo semanário, trazendo o Kremlin, qualificado como “esplêndido e suntuoso palácio dos czares de Moscou” e detendo-se na presença de Napoleão em suas dependências, à época da expansão territorial francesa, apontando que, naquele momento, o líder franco achara-se imbatível, mas constatando que fora “de curta duração este sonho”, tendo em vista “o patriotismo dos russos”, que “levantou um estorvo imprevisto” à sua “ambição, destruindo a capital para salvar o império”. Outro elemento humano enfatizado pelo hebdomadário era originário da Guiné, o qual era apresentado como “um tipo curiosíssimo” e “um velho guerreiro, que exercia na sua tribo as funções de mestre de esgrima”. Era descrito que, com o seu “escudo extravagante”, aquele “professor” executava “uma série de manobras defensivas, muito hábeis e complicadas, destinadas a proteger-lhe a cabeça, o tronco ou as pernas contra as arremetidas do inimigo”. Traçando um paralelo com a Europa, a folha constatava que “a esgrima entre aqueles selvagens está longe de ter a perfeição e a elegância a que a têm sabido elevar, entre as nações civilizadas, os mais destros e temíveis espadachins”, mas que, “em todo o caso, não deixa de ter uma certa utilidade nos combates rudes e primitivos das diversas tribos”<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 24 jul. 1884.





VISTA EXTERIOR DA ESTUFA DE S. M. EL-REI LEOPOLDO III EM LAEKEN — BELGICA





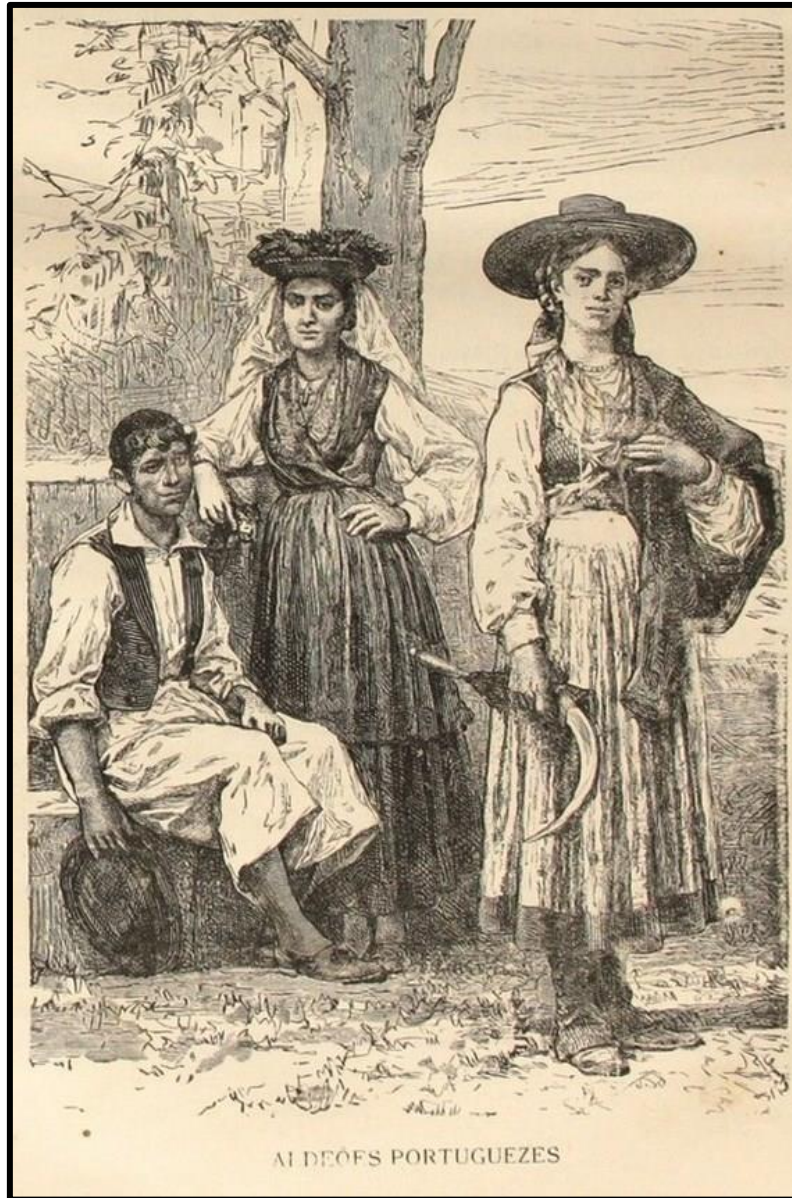


Os costumes lusos voltavam à pauta, com uma gravura envolvendo “um grupo de aldeões do norte do país, com os seus trajes típicos, elegantes e característicos”, acompanhada da descrição do seu lugar de origem, com a afirmação de que “quem percorre a formosa província do Minho tem a ocasião de admirar a prodigalidade com que a natureza espalhou, à flux, pelos seus vales e pelas suas encostas as joias mais delicadas do seu cofre de maravilhas”. Ainda a respeito do tópico, era dito que “as povoações rurais do norte são um encanto e, quanto mais distanciadas dos centros populosos, mais singelas, mais poéticas e mais agradáveis” eram. O Palácio da Exposição Agrícola de Lisboa era outro destaque, com a ênfase de que “ali se apresentaram à apreciação de nacionais e estrangeiros os produtos do nosso feracíssimo solo”, com resultados considerados excelentes, de modo que “não faltaram louvores à benemérita comissão que realizou aquele esplêndido certame”, assim como “não escassearam elogios para os expositores, que puseram em evidência os progressos da nossa agricultura, apesar do abandono em que tem vivido, sem a proteção oficial de que carece para poder desenvolver-se”. As “roças brasileiras quase sempre construídas nas margens dos lagos ou dos rios” foram outro tema das abordagens iconográficas da publicação lisboeta, que se referia às mesmas como “encantadoras vivendas que os viajantes do Novo Mundo encontram nas suas excursões pelo interior”. Constatava que não faltavam “as redes para embalar a preguiça nas horas da sesta, nem deixa de haver o alpendre aberto, em que se reúnem os habitantes do sítio para exibirem os seus cantos monótonos e as suas danças grutescas”. Apontava ainda que “em redor das dependências das roças é que se fazem as extensas plantações de cacau e

mandioca e se podem admirar os viçosos cafezeiros”, os quais “produzem esse delicioso grão que vem para a Europa, para, depois de torrado e moído, se fazer dele essa bebida deliciosa, que está envenenando as nações civilizadas”<sup>19</sup>.

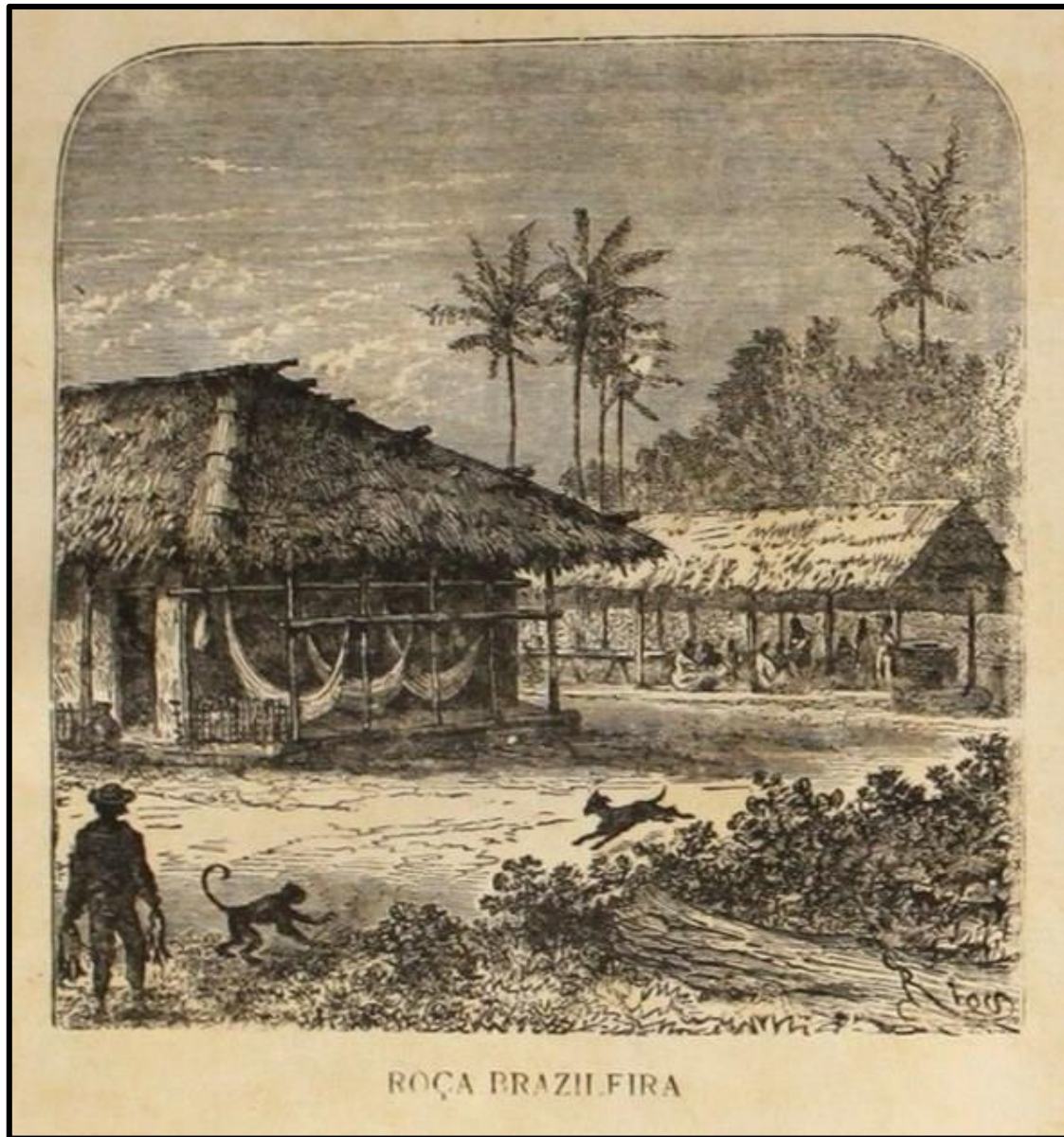
---

<sup>19</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 31 jul. 1884.



DOIS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA PORTUGUESA





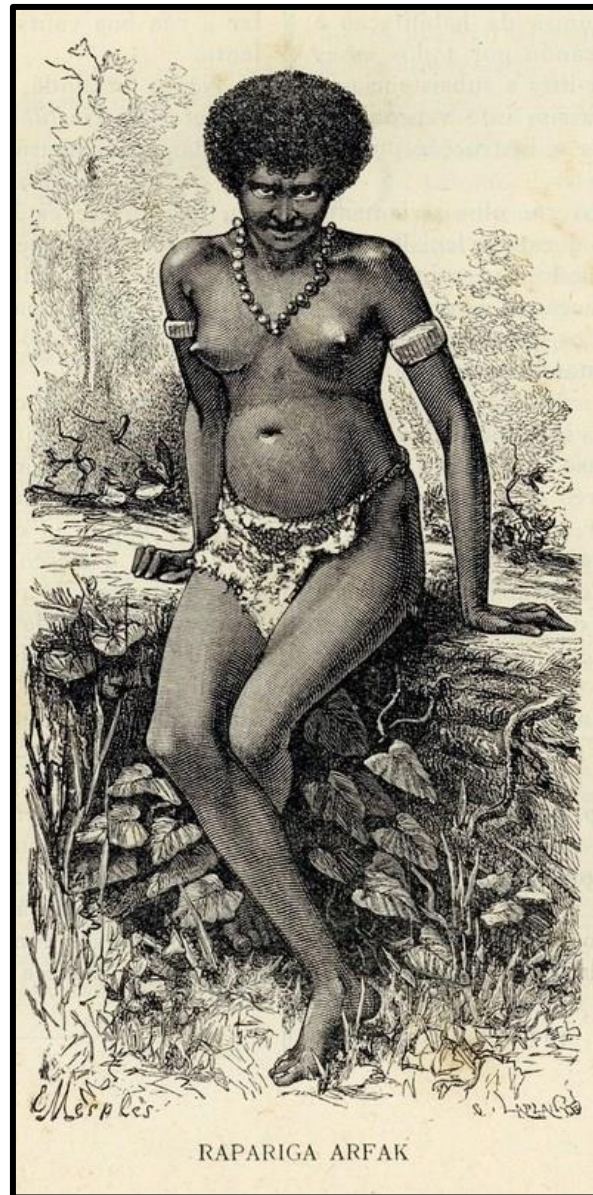
A África esteve em alta em mais uma das edições de *A Ilustração Popular*, como ao destacar “uma rapariga Arfak”, definindo que ela pertencia a uma tribo da Guiné, constituída por “uns selvagens de alta estatura, musculosos, com nariz aquilino, rosto oval e que costumam perfurar a cartilagem que separa as narinas”, de modo a “aí introduzirem um osso, algumas vezes tão comprido, que, excedendo o eixo menor da face vai de orelha a orelha”. Descrevia-os ainda pelo uso de “penteados esquisitos”, sendo “tão valentes e aguerridos, que conseguem dominar pelo medo todos os seus vizinhos”. Dizia também que “as mulheres são elegantes e graciosas e não têm esse aspecto repugnante da maior parte das pretas de outras regiões, que untam a pele com diferentes óleos para a tornarem luzidia”, pois estas eram “limpas e bonitas, como se vê da que está representada na gravura”. Representantes de uma tribo nas possessões lusitanas na África eram também enfocados, indicando que “os homens são dados a viajar”, enquanto “as mulheres é que se empregam na agricultura e em todos os trabalhos de indústria doméstica”. Seria entre eles “que os exploradores procuram os carregadores para as suas viagens no interior, e encontram nesses homens qualidades estimáveis” para tal fim, “porque são, na generalidade, probos e honrados e incapazes de roubar um fardo que lhes seja confiado”, de maneira que, “pela convivência que têm tido com os europeus, conhecem os sistemas das armas de fogo, das quais sabem servir-se com notável aptidão”. Um lago localizado em terras africanas foi outro tema abordado pelo periódico, descrito como “ladeado de uma esplêndida vegetação e onde as aves ribeirinhas encontram água cristalina para se banharem e abundância de peixe para se alimentarem”. Em relação a tal lugar dizia que “não há nada mais pitoresco e

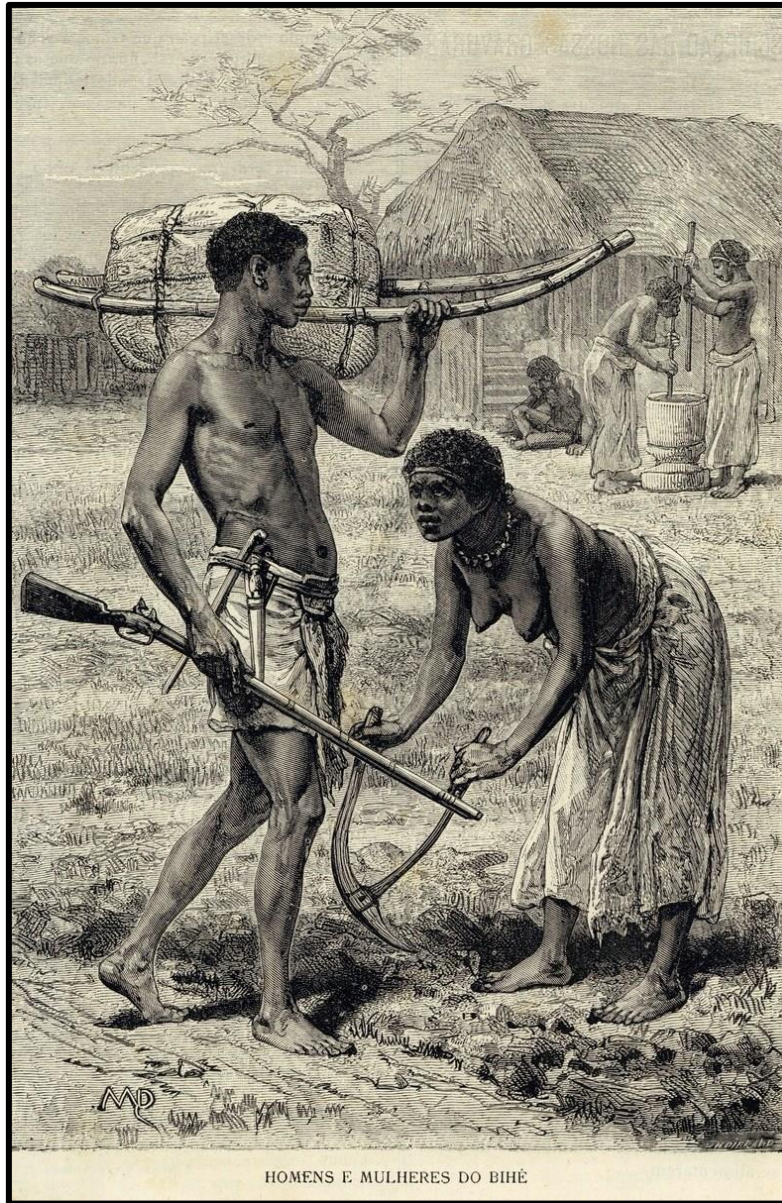
belo, do que as margens deste lago”, com “árvores frondosíssimas, aves formosas”, constituindo enfim “uma paisagem encantadora”. Um ancião tribal do mesmo continente servia para ilustrar a indicação de mais um curso de água, no caso um rio, descrevendo-o em detalhes e informando que o mesmo era “o limite ocidental” do “reino, e como os *feiticeiros* o declaram sagrado, as experiências guerreiras, com receio de o profanarem, não o atravessam”<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 7 ago. 1884.

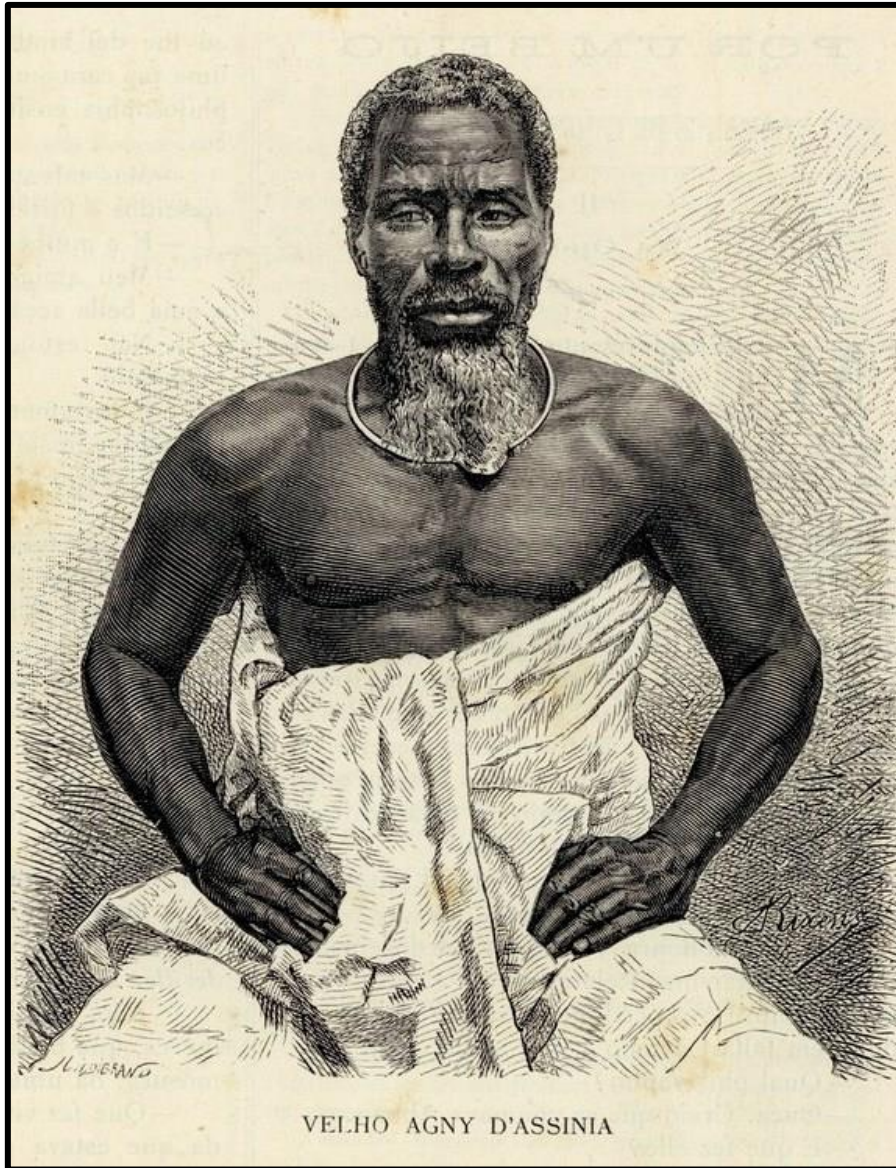






HOMENS E MULHERES DO BIHÉ





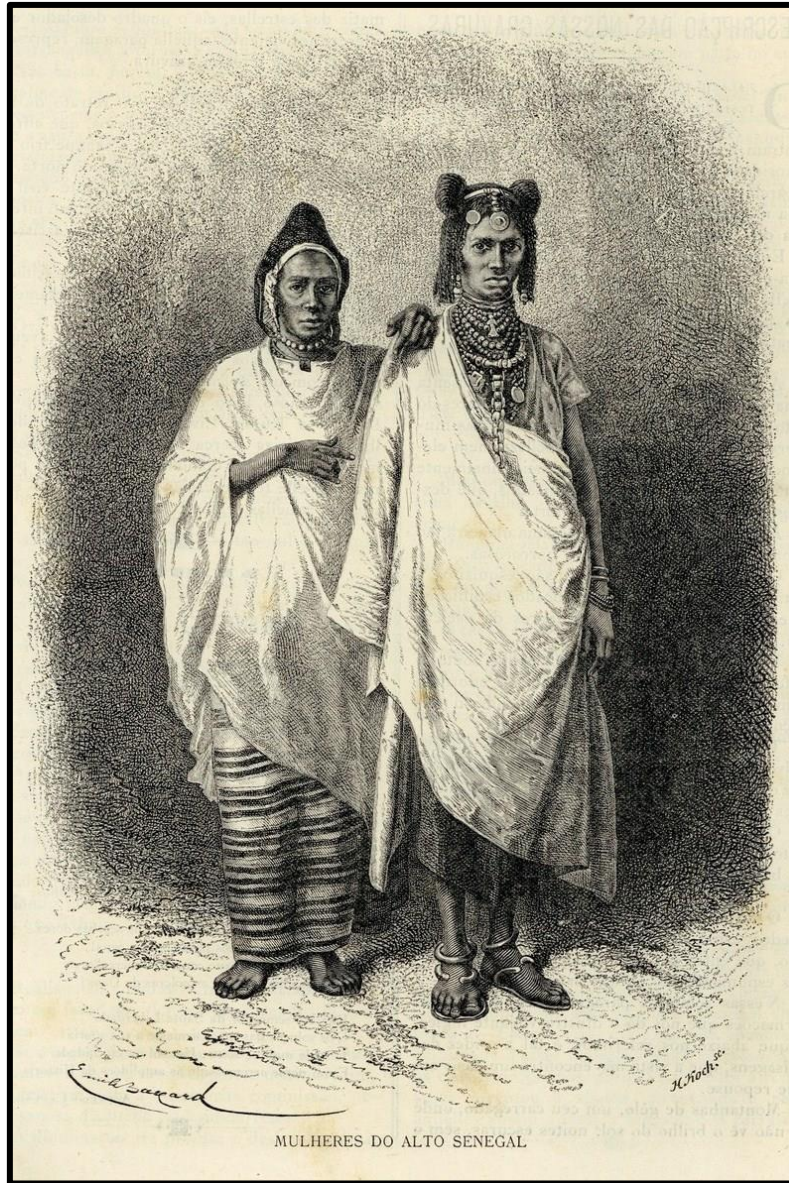
A Rússia voltava a despertar a atenção do semanário, trazendo uma imagem do Palácio de São Petersburgo, considerado como “uma das suntuosas residências dos autocratas” russos, chamando atenção dos leitores para “a suntuosidade desse edifício, que é um monumento de arquitetura, não só pela sua grandeza, como pela regularidade do risco e pela perfeição artística dos seus labores”. Considerava também que “entre as residências dos faustosos czares, esta é um das mais notáveis e, na história daquela nação, representa um papel importantíssimo, porque tem sido o teatro de muitas cenas políticas”. Mulheres senegalesas foram enfocadas em mais um tema, apontando que as mesmas “devem pouco à natureza”, pois não possuiriam “nem beleza, nem elegância, nem graça, nem inteligência”, de modo que haveria “falta completa de todos os predicados, que distinguem o belo sexo do sexo forte”. Dizia que elas, “além de feias, vestem-se de uma maneira tão exótica, que ficam ainda mais horrorosas”, com “penteados esquisitos e extravagantes, mas tão complicados e difíceis, que se podem considerar milagres da paciência”. Informava também que tais senegalesas tinham “uma grande predileção pelas contas e pelos enfeites de metal, com que se adornam com tal profusão, que chegam a esconder o pescoço nas voltas duplicadas dos colares”, possuindo “noções tão exatas do pudor, que envolvem o tronco em amplos mantéus e usam em vez de saia uns sacos de riscado, tão estreitos que lhes tolhem os movimentos”, ao passo que “os pés são chatos, informes e horrendos”. Uma paisagem da região ártica, com “uma massa enorme de rochedos esbranquiçados” foi abordada pelo semanário, descrita como de “sombrias paragens”, com “tal aridez que a vista não encontra um oásis em que repouse”. Referia-se ainda a “montanhas de gelo” e “um céu carregado”,

no qual não se via “o brilho do sol”, com “noites escuras, sem o matiz das estrelas”, em um “quadro desolador que oferece aos viajantes”. Aparecia ainda “o retrato de um desses valentes marinheiros russos, que afrontam os perigos marítimos com o sangue frio e a coragem característicos dos homens do norte”. Sobre o mesmo era dito que “não há tipo mais acentuadamente viril”, sendo os mesmos “tão valorosos como inteligentes”, empregando-se “na árdua e arriscada profissão marítima, no mar polar”. Eles eram observados como “cobertos de peles, com a barba crescida, o olhar firme e incisivo, as feições corretamente desenhadas, a estatura desenvolvida” e, possuindo “uma energia moral pouco comum”, aventurando-se “aos riscos da navegação, da caça e da pesca, com um estoicismo admirável”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 14 ago. 1884.

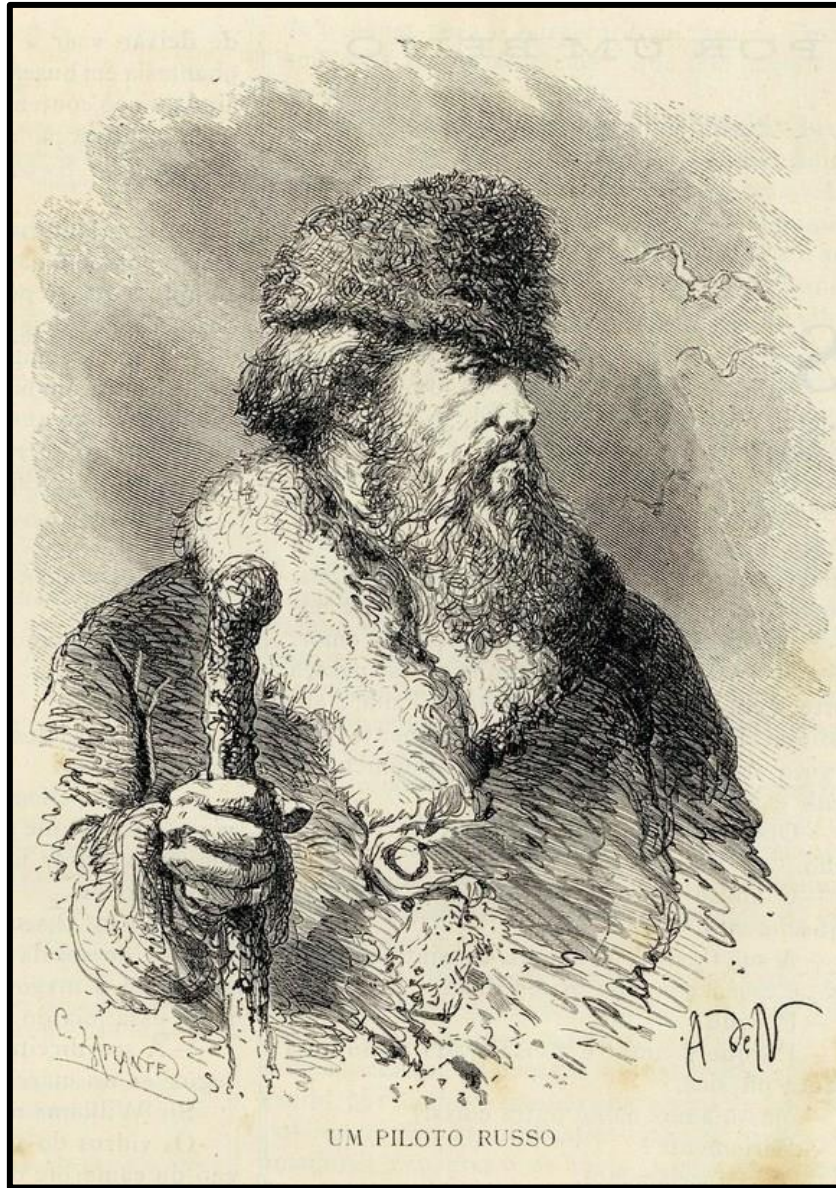








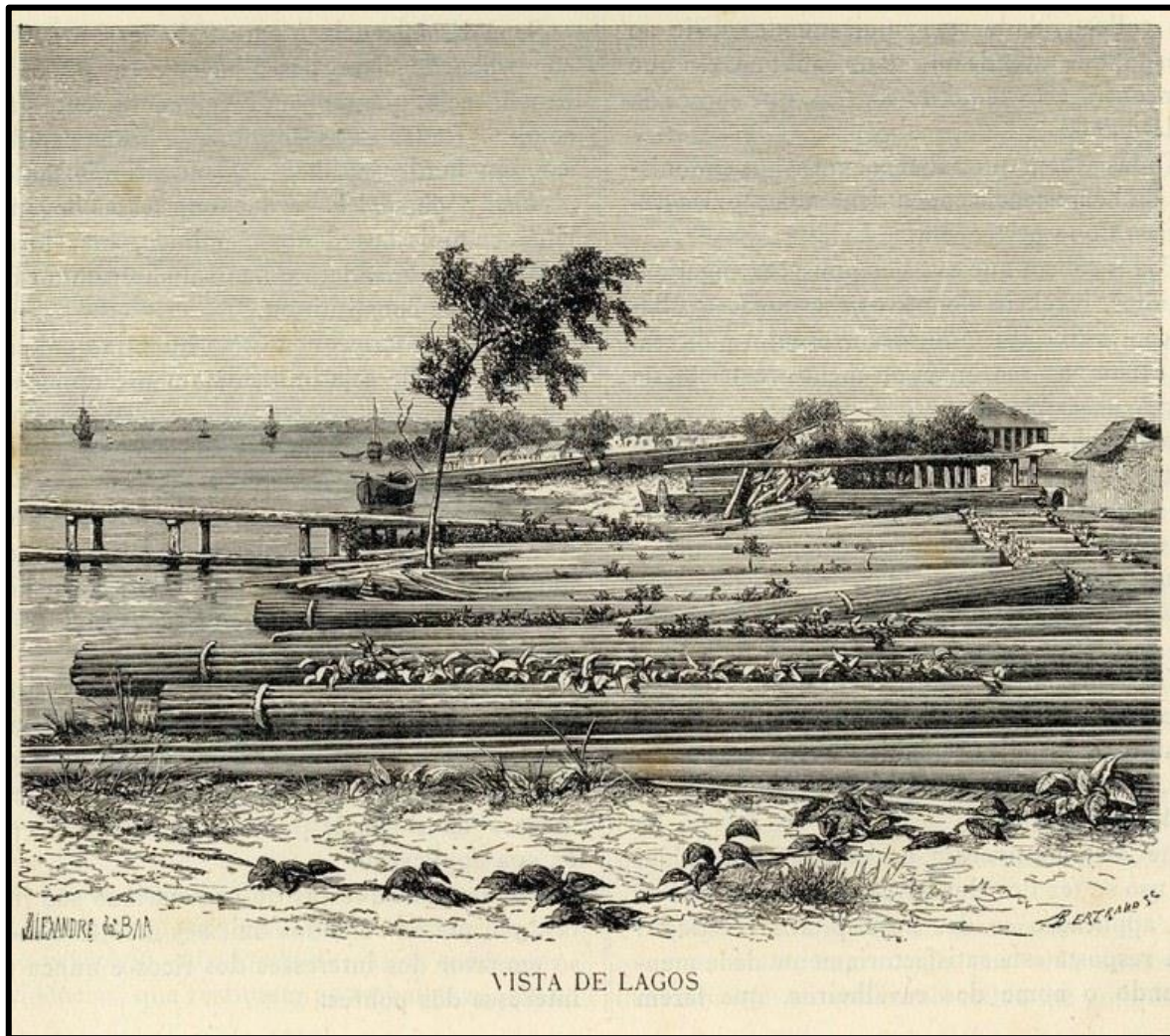
O CABO NORTE

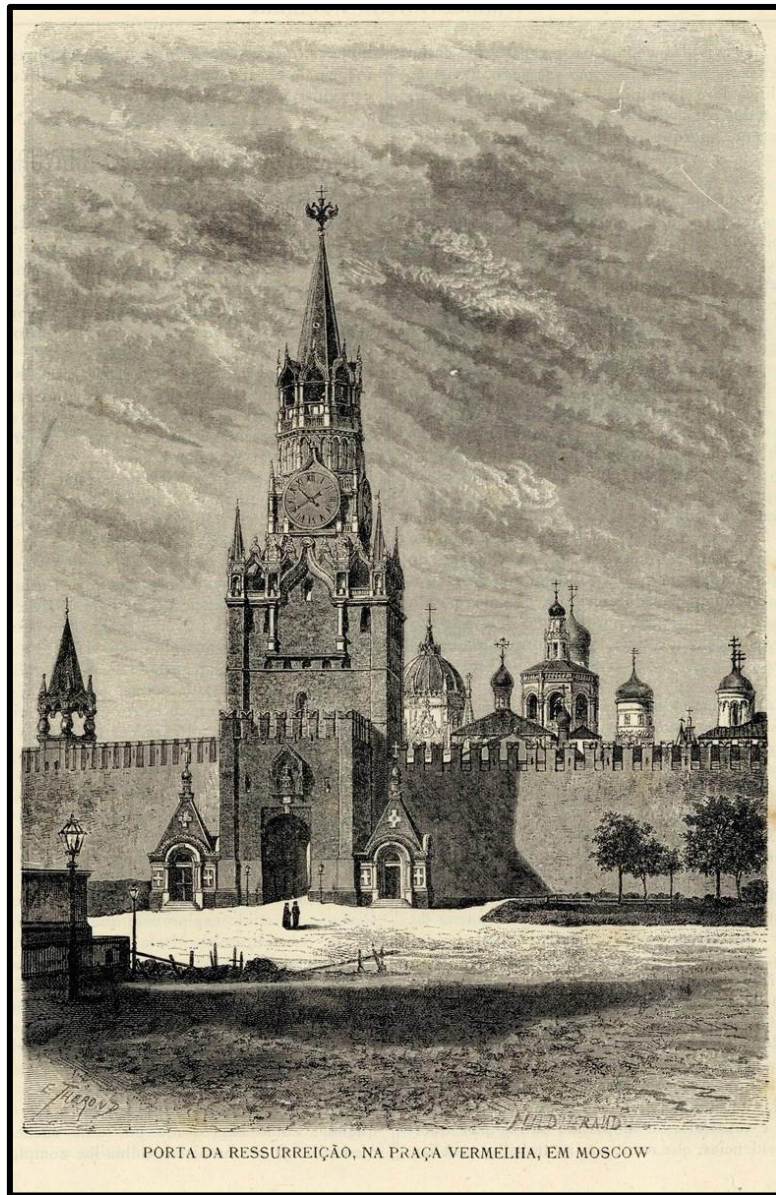


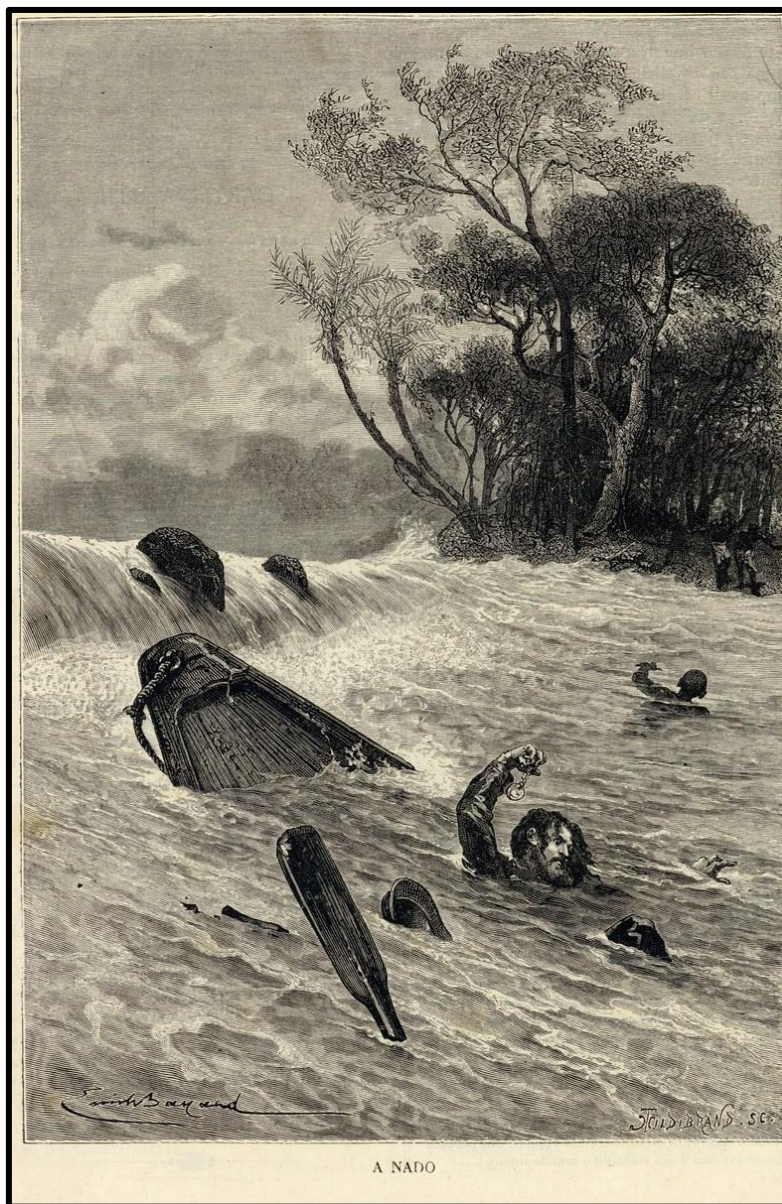
O continente africano em uma de suas paisagens voltava às páginas do semanário, o qual explicava que “a África é das partes do mundo aquela em que a natureza se manifesta com mais esplendor”, havendo “rios, lagos, bosques, selvas, serras e montanhas”, ou seja, “tudo o que há de mais notável no reino mineral, vegetal e animal lá se encontra espalhado profusamente pela provida mão da onipotência”. Ao mostrar Lagos, o periódico dizia que a “gravura representa a vista de uma das mais pitorescas povoações africanas”, constituindo “uma dessas posições que, pelas suas condições especiais, se impõem ao comércio”. O império russo retomava espaço no periódico ao trazer um registro da Porta da Ressureição, na Praça Vermelha, em Moscou, sobre a qual afirmava que “basta olhar para se ver o esplêndido efeito que deve produzir aos olhos do viajante a elegância, a solidez e a majestade dessas muralhas coroadas de ameias”, com destaque para o portal enunciado, o qual possuía “um lugar de honra na história da Rússia”, ficando “para sempre assinalada pelas cenas que nela se passaram nessa bélica epopeia”. A ação de Serpa Pinto, “intrépido explorar” luso em ação na África, foi enaltecida pela publicação ilustrada, vindo a descrever “um dos episódios mais interessantes das viagens de Serpa Pinto, não só pela gravidade do caso, como pelo vigor da descrição, ao referir-se a um incidente junto a um curso de água. O mesmo militar protagonizava outra gravura, ocorrida “no sertão” africano, onde “encontrou um preto com farda de oficial, em um dos bolsos da qual estava uma missiva amorosa”<sup>22</sup>.

---

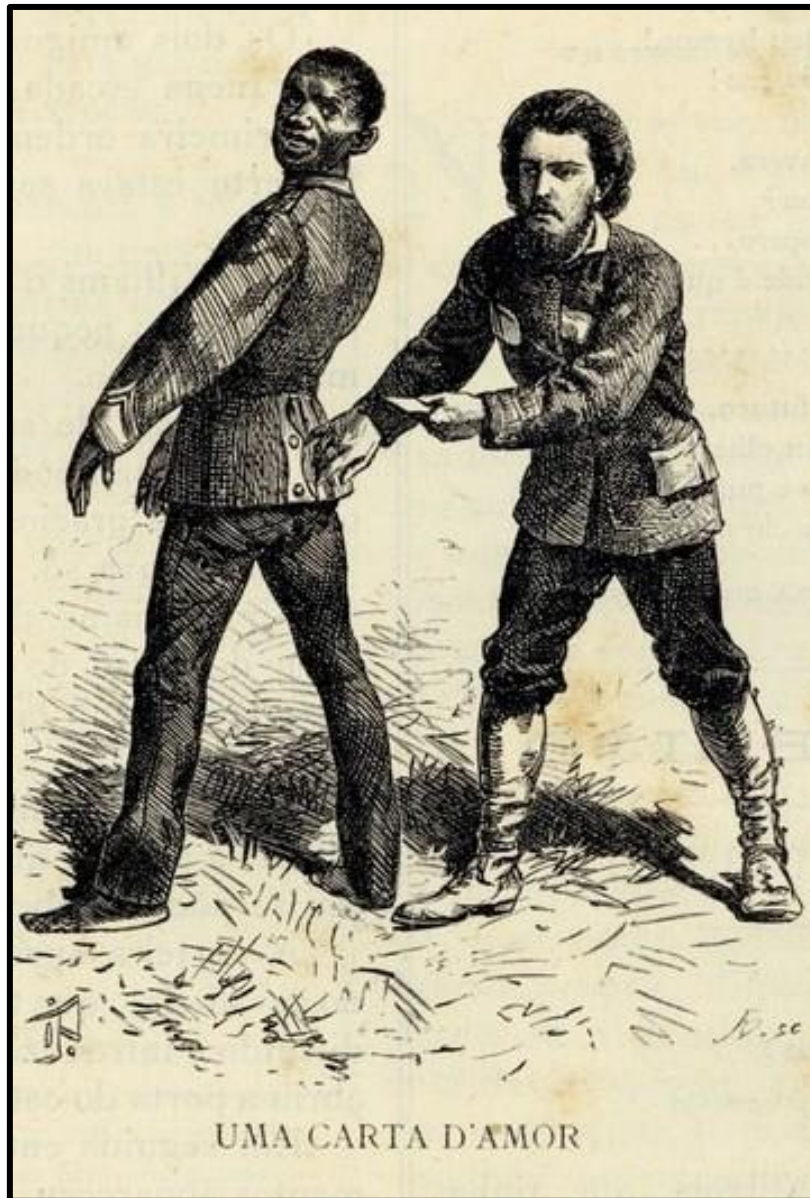
<sup>22</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 21 ago. 1884.







A NADO



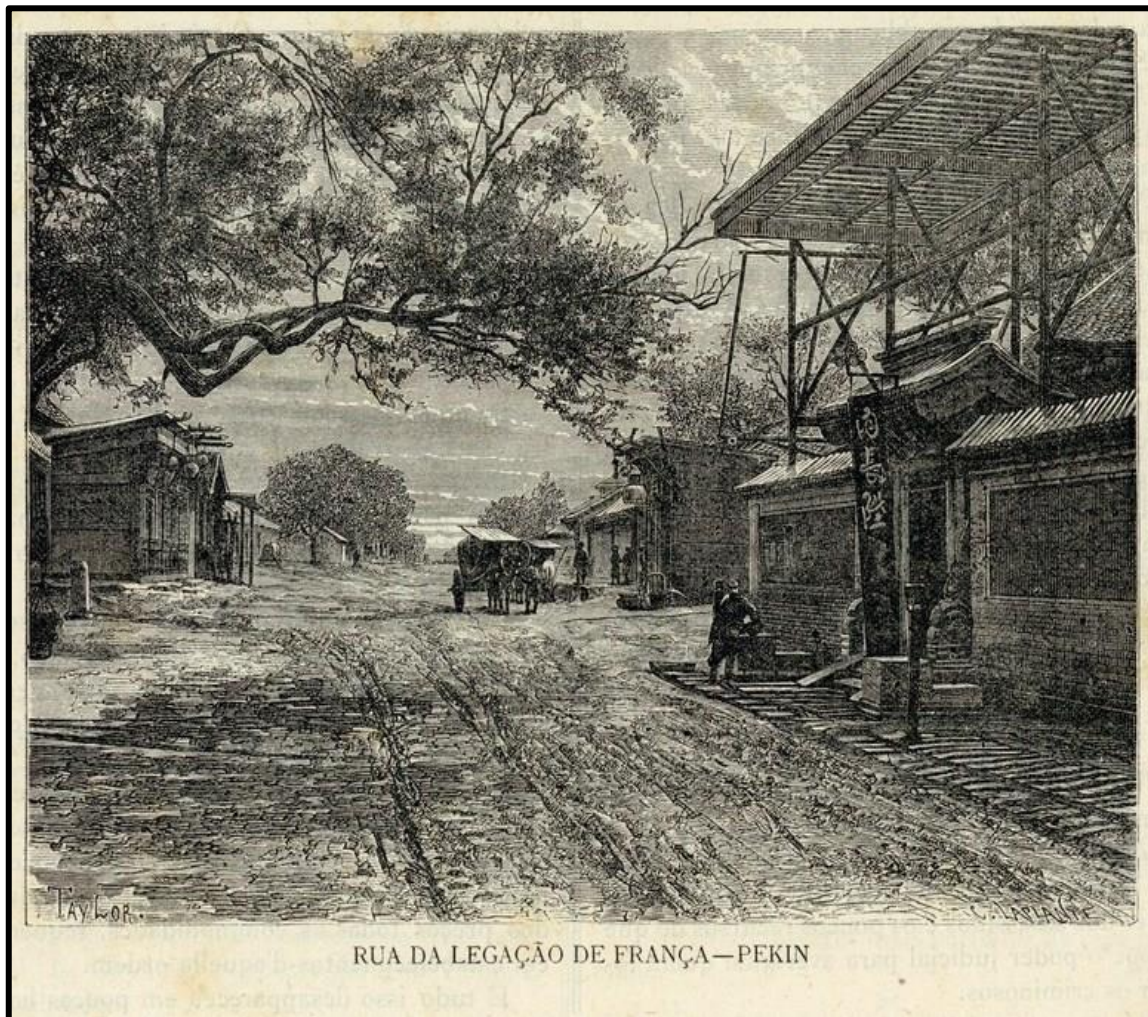
A capital chinesa teve também destaque no hebdomadário, que a definia como uma grande cidade”, devendo, “para fazer-se uma ideia” de suas “dimensões e topografia, imaginar-se “uma elipse irregular, na qual se inscrevesse um retângulo”, de modo que tal “elipse representaria a linha fortificada e o retângulo o perímetro das dimensões referidas”. Era ainda destacado que “o aspecto geral de Pequim é deslumbrante”, com “as ruas amplas e espaçosas, os edifícios magníficos, as obras de arte admiráveis e a residência imperial um assombro”. Apontava também que, “apesar de todas essas riquezas, a população vai de ano para ano decrescendo” achando-se “muito reduzida, atribuindo-se isso à emigração permanente dos filhos da corte, que, por falta de meios, vão procurar fortuna fora do cinto de muralhas que cerca a grande capital”. Tal qual a representação do povo britânico, o John Bull, o semanário lisbonense apresentava “o tipo característico dos filhos da Grã-Bretanha”, considerado como “um produto do cruzamento da raça germânica com os povos célticos, tipo que corresponde a essa mescla de raças”. Descrevia que em tais casos “as cabeças têm uma forma alongada que as distingue das cabeças quadradas dos alemães, a pele é clara e transparente, os cabelos louros, as formas elegantes e talho esbelto, o passo pesado e a fisionomia austera e grave”. Destacava ainda que pelas relações comerciais luso-britânicas e a posição geográfica do país, estariam os portugueses “habitados a ver e a tratar esses homens simpáticos e musculosos, que se distinguem por uma qualidade moral que os torna em toda a parte respeitáveis – a honradez”. Um casal de gregos ilustrava as páginas do periódico, com o comentário de que “não há no mundo cabeças tão perfeitas como as dos homens e das mulheres daquela



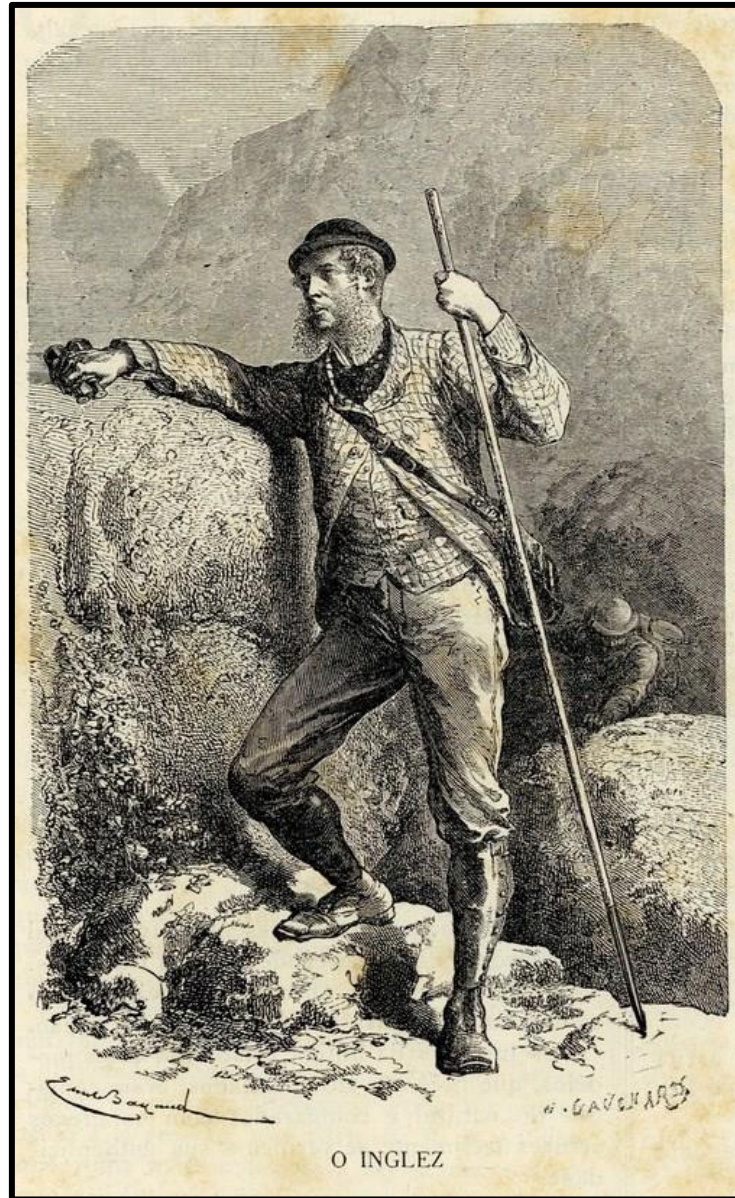
região”, que teriam servido como “modelos da antiga estatuária”, à época da antiguidade clássica. Eles teriam “testa espaçosa, intervalo interocular muito desenvolvido, nariz reto ou ligeiramente aquilino, olhos grandes e rasgados, guarnecidos de abundantes cílios, supercílios arqueados, lábio superior curto, a boca pequena e bem contornada e o queixo saliente e arredondado”, sendo definidos, enfim, como “os exemplares mais perfeitos da raça humana”. A sede diplomática francesa em Pequim voltava a despertar a atenção do periódico, com a descrição do palácio, apresentado como “um grande edifício” que, ao ser visitado, “os estrangeiros ficam maravilhados com os primores artísticos que ali se encontram”<sup>23</sup>.

---

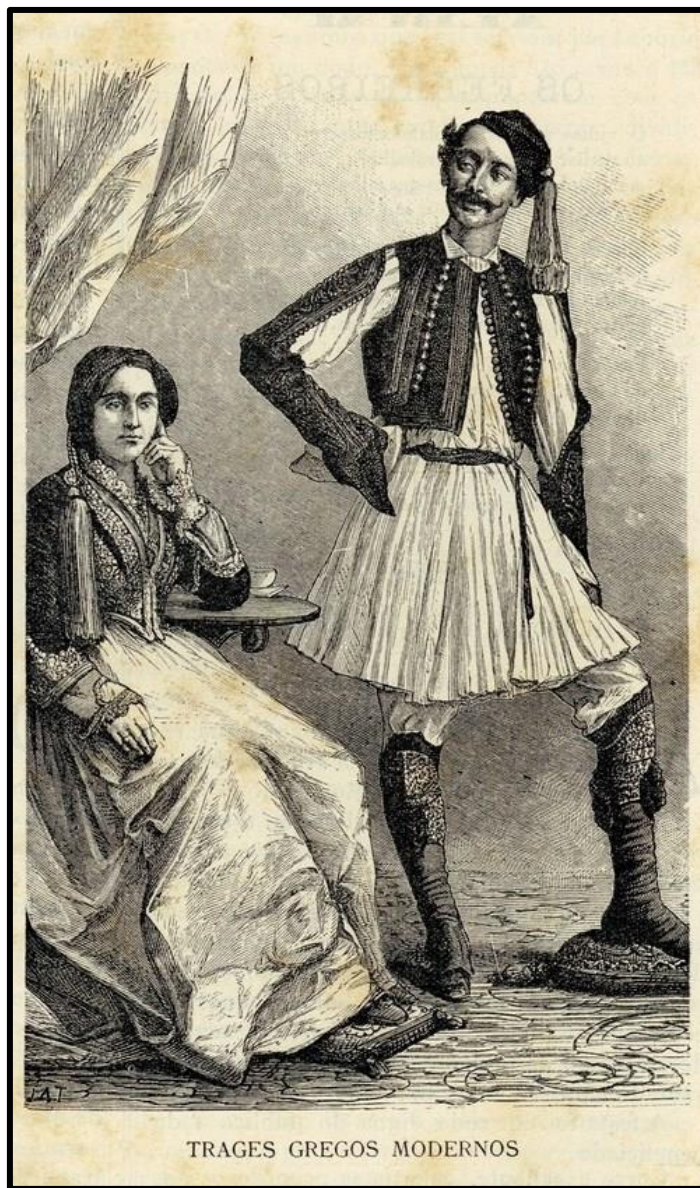
<sup>23</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 28 ago. 1884.



RUA DA LEGAÇÃO DE FRANÇA—PEKIN



O INGLEZ



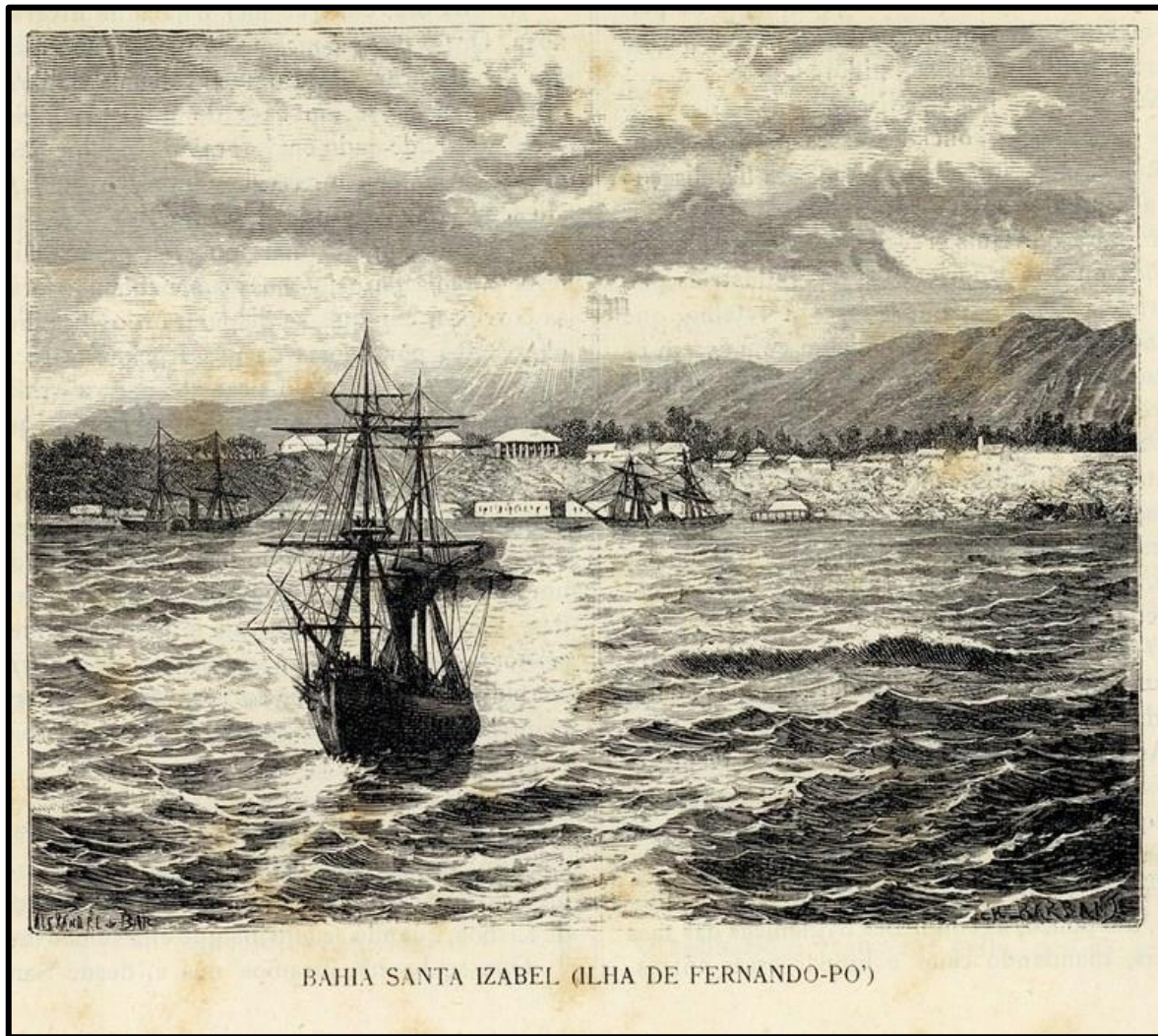


A chegada de um navio a uma ilha na África compunha outro quadro publicado pelo hebdomadário, o qual descrevia que “a raça que ali habita divide-se em muitas tribos”, constituindo um grupo de “gente laboriosa e sóbria”, para a qual “o inhame é a base principal da alimentação”. A partir da presença inglesa, por sua “excelente posição geográfica”, tornara-se “um centro comercial”, cuja “perspectiva da baía é surpreendente”. A pré-história era retomada no periódico, ao representar “a cultura dos jardins na época do bronze”, em gravura que tinha “por objetivo resumir e representar, materialmente, as noções que precedem, relativamente, os conhecimentos hortícolas dos homens da época”. Explica a operação desenvolvida por homens e mulheres, além de apontar a presença de “carneiros, bois e cabra”, que seriam “o indício da domesticação destes animais e entre eles aparece o cão, companheiro fiel do homem e guarda vigilante dos currais”. Ainda sobre o tema, esclarecia que eram “assombrosas as investigações da ciência, em virtude das quais podemos reconstruir o passado e apreciar, com um certo grau de probabilidade, o estado de civilização do homem e das sociedades”. O passado permanecia como tema de interesse, ao mostrar as raízes da exploração do ferro, com a presença de um forno “que consistia uma simples cova, encimada por uma chaminé cônica e apoiada de encontro a um outeiro”, descrevendo a operação. O semanário dava mais uma vez destaque às pesquisas científicas, enfatizando que a gravura fora desenhada “segundo os modelos aparecidos nas escavações que se têm feito e com o auxílio das quais se conseguiu ter uma ideia justa dos processos primitivos” utilizados “para a extração do minério e para a conversão dele a metal”. Complementava também que, “em vista destes resultados, pode verificar-se a verdade com que se chamou

a este o século das luzes”, pois “até as trevas do passado mais remoto, ele levou os seus luminosos revérberos, pondo assim em evidência as hipóteses e as conjeturas”. A igreja e o convento de uma localidade lusitana foram igualmente tratados pela folha ilustrada, trazendo o histórico e os estilos arquitetônicos empregados em sua construção, considerando o edifício como um “colosso de granito”<sup>24</sup>.

---

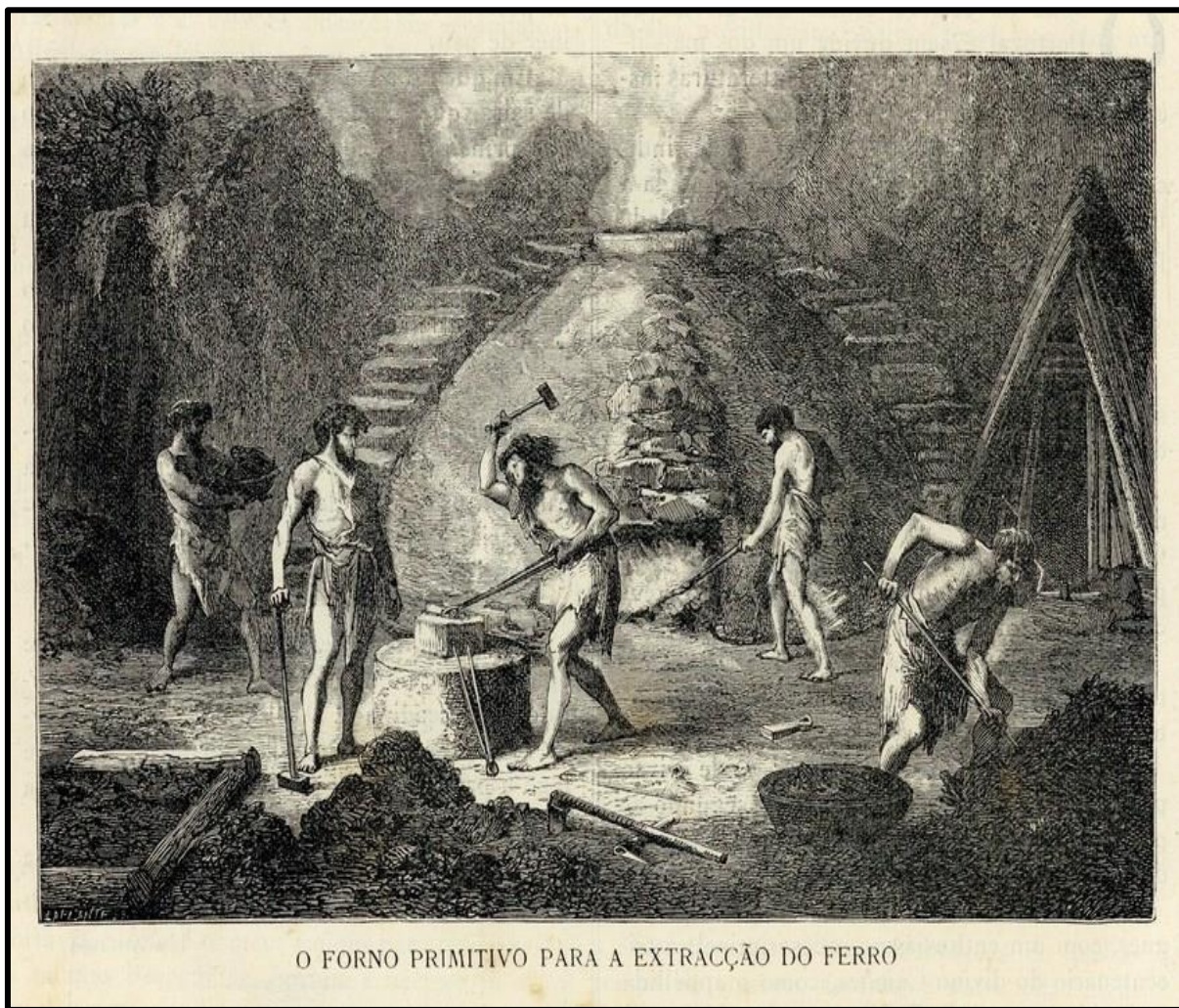
<sup>24</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 4 set. 1884.

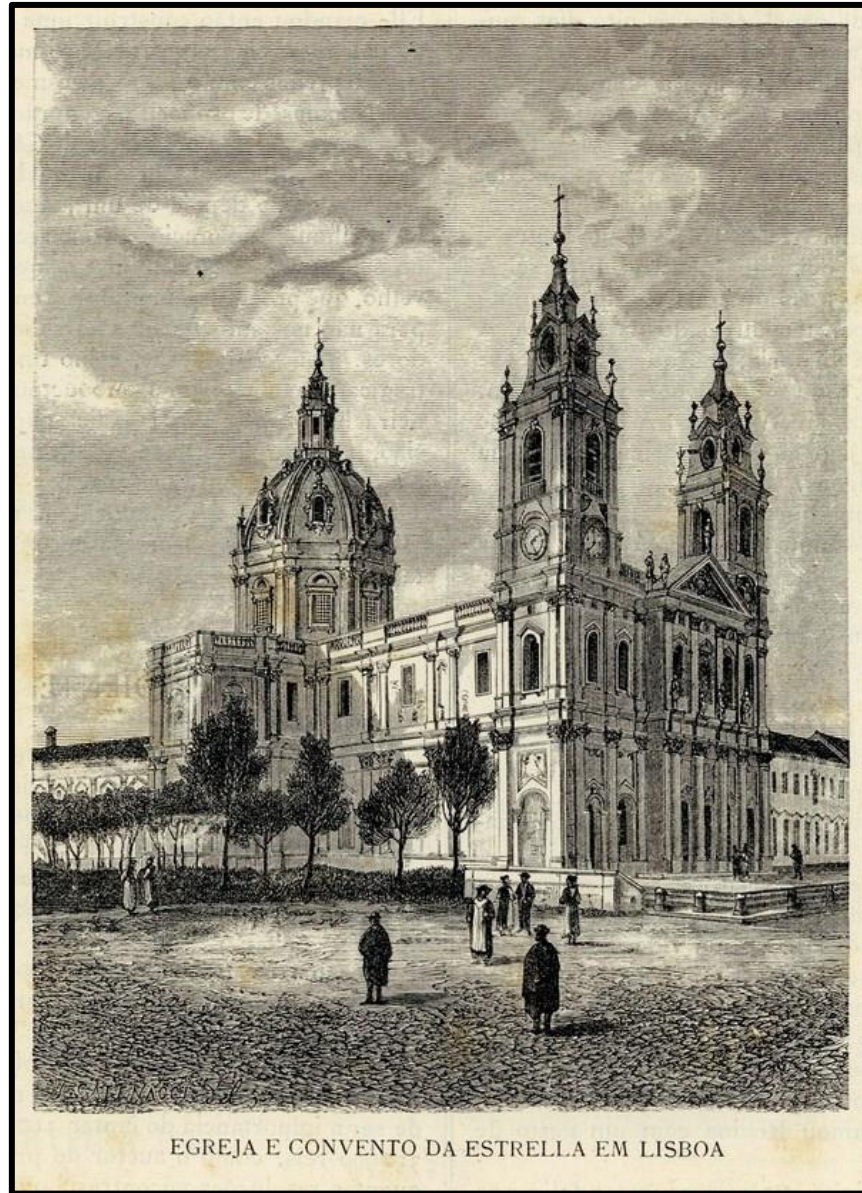


BAHIA SANTA IZABEL (ILHA DE FERNANDO-PO')









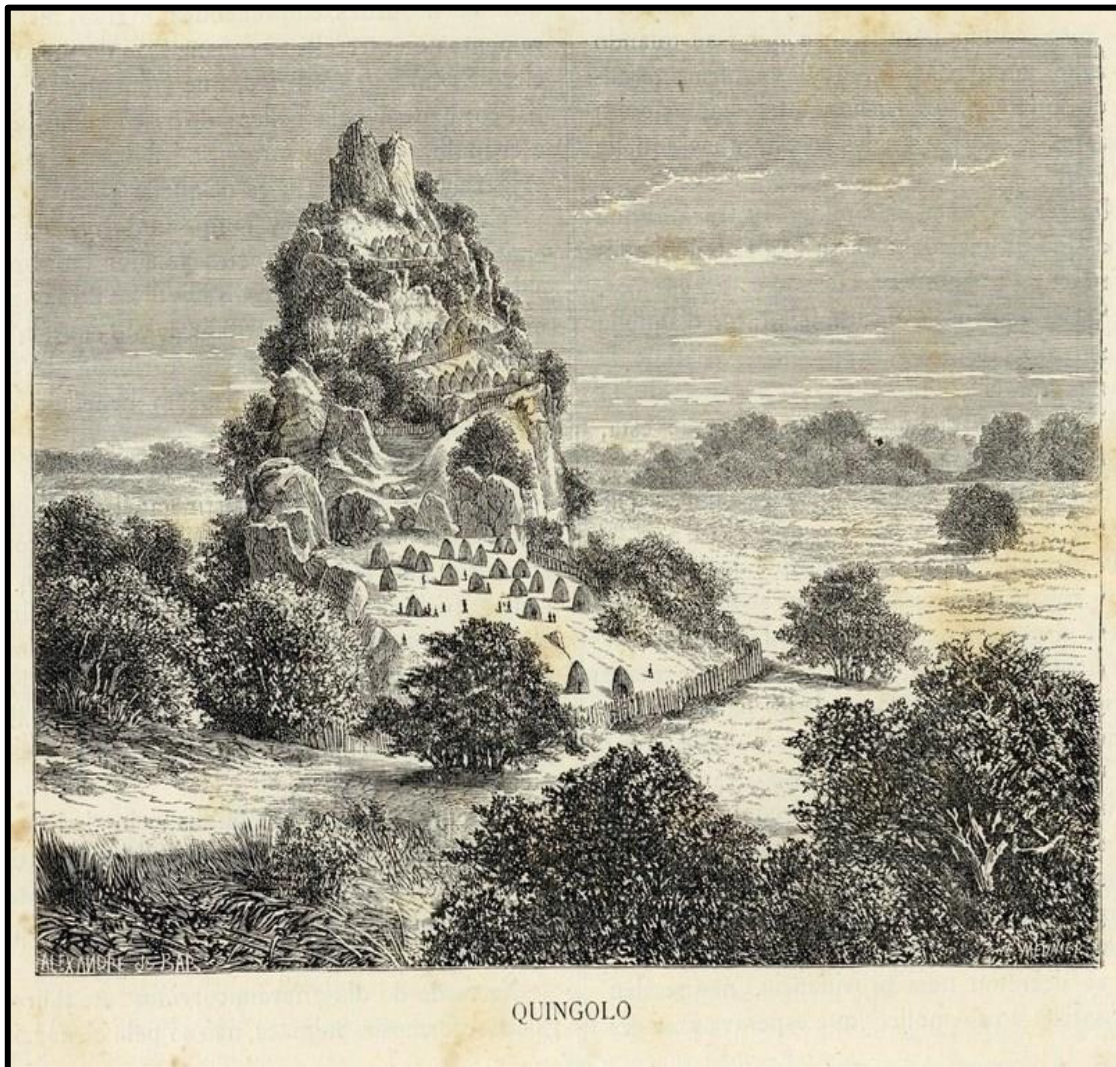
EGREJA E CONVENTO DA ESTRELLA EM LISBOA

Outra presença apresentada por *A Ilustração Popular* foi “um outeiro granítico, que domina uma enorme planície e ao qual os indígenas africanos deram o nome de *Quingolo*, descrevendo que se tratava de um conjunto de rochas que, “combinadas com as paliçadas, constituem uma temível fortificação, rodeada de um fosso meio obstruído”, havendo “no topo dois rochedos enormes” que “formam uma espécie de mirante, de onde se goza um surpreendente panorama”. A África permanecia em pauta, ao apresentar uma paisagem da Guiné, com destaque para uma mesquita, definida como “um edifício de tetos sobrepostos”, a qual “não tem a recomendá-la se não a magnífica posição topográfica em que foi edificada. Eram ainda enfatizados os “fetiches” ali presentes, ou seja, “bustos de madeira do tamanho natural, ornados com cabeleiras humanas, vasos rachados e quebrados e farrapos de estofos multicores, que atestam o culto prestado àquelas imagens”, consideradas como “grosseiros emblemas da ignorância daqueles povos selvagens”. Homens e mulheres habitantes das posses territoriais lusas no continente africano foram igualmente colocados em evidência. Dizia o periódico que “as mulheres, se não fossem pretas, podiam chamar-se bonitas, porque as suas feições são distintas e corretas e muito semelhantes às das circassianas”. Explicitava que “os homens cobrem a nudez com duas peles de pequenos antílopes, presas, tanto a de diante como a de trás, a um largo cinto de couro de boi” e “as mulheres andam quase nuas e substituem a folha de parra por um farrapo de pano ou de liconte”, sendo “os penteados curiosíssimos, porque alguns parecem um capacete romano e outros um chapéu de dama europeia” e, “para conseguirem essas maravilhosas construções capilares servem-se de um cosmético nauseabundo, feito de tacula

em pó e óleo de rícino”. O mesmo continente permanecia em foco, com uma “linda paisagem” do Gabão, apresentado como “protetorado” francês, com os europeus tendo “direitos incontestáveis àqueles extensos territórios”. O rio apresentado era apontado com “formosíssimo e as suas margens pitorescas formam em diversos pontos encantadoras paisagens”<sup>25</sup>.

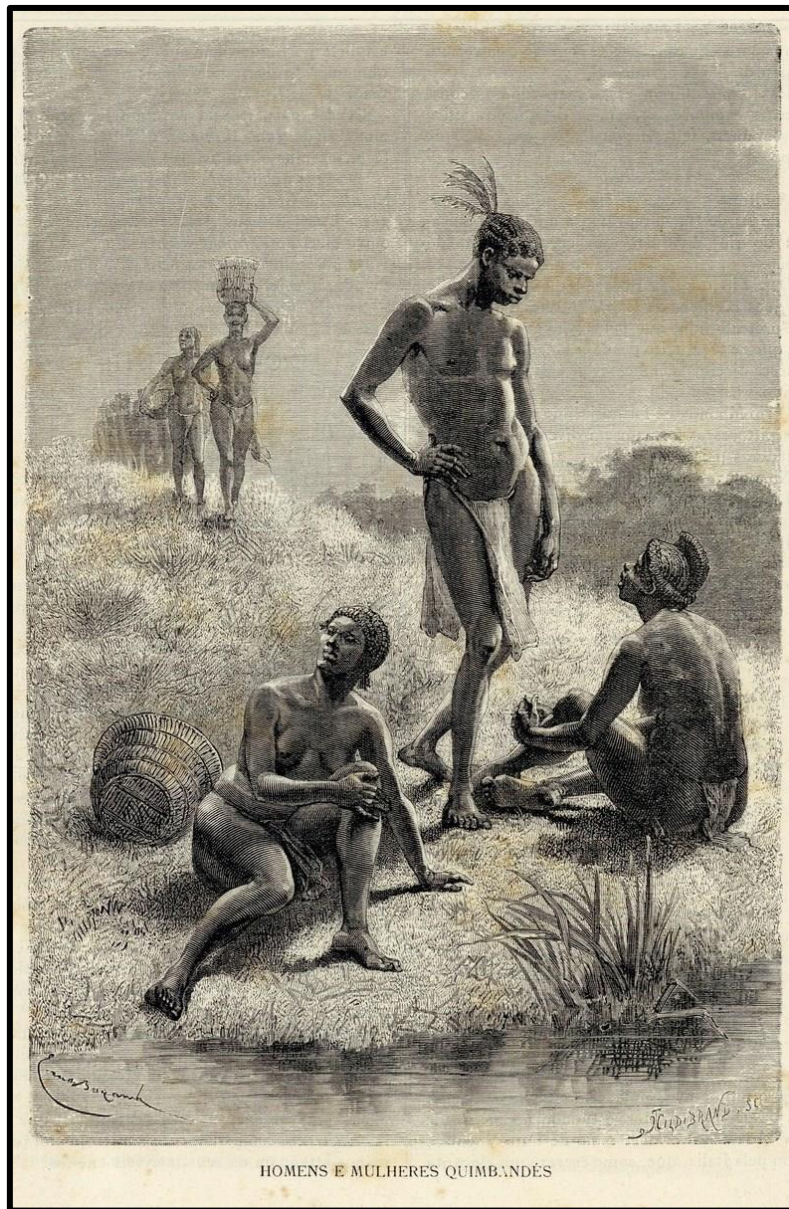
---

<sup>25</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 11 set. 1884.



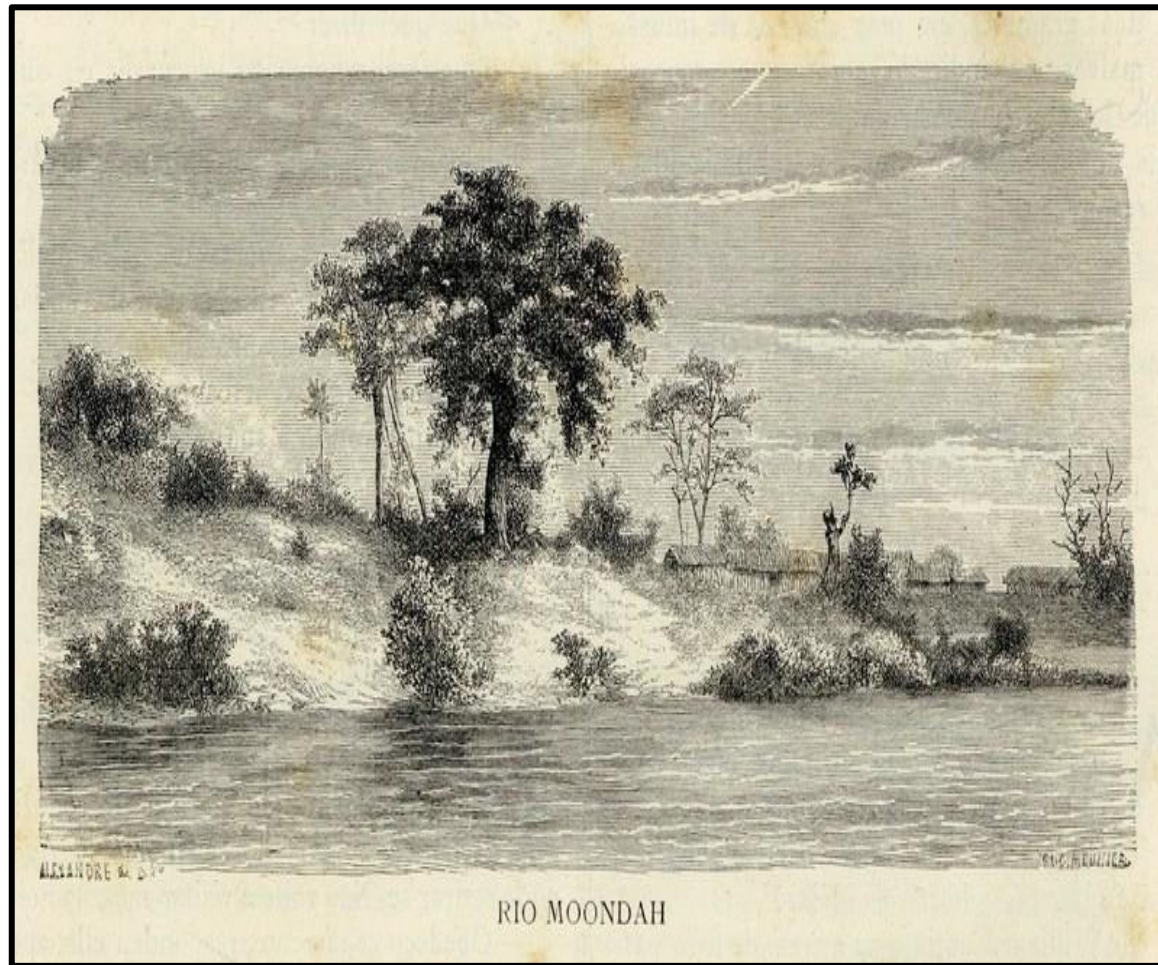


A MESQUITA DE DODINGA



HOMENS E MULHERES QUIMBANDÉS





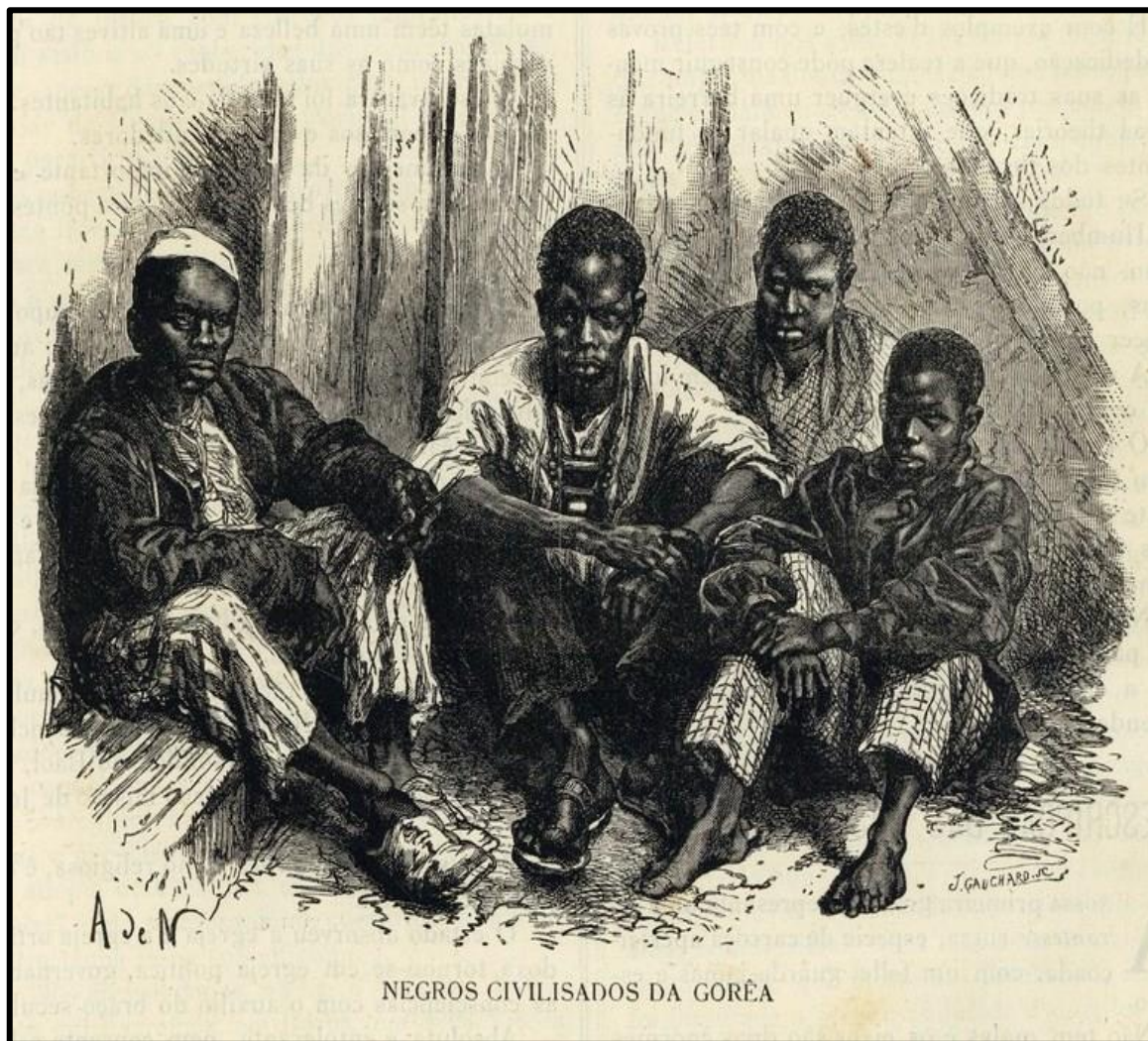
Um meio de transporte russo, definido como uma “espécie de carroça aperfeiçoada”, o qual era apresentado quanto à sua construção e ao pouco conforto dado aos passageiros, qualidades negativas compensadas pela comodidade de manutenção, pois “a construção destes carros é tão simples, que qualquer avaria, acontecida na jornada, se repara com a máxima facilidade, atendendo a que são todos construídos de madeira”. Os habitantes aculturados de uma ilha senegalesa foram ressaltados, como livres da escravidão e praticantes do comércio, sendo “a população muito densa”, em meio a qual “as mulatas têm uma beleza e uma altivez tão proverbiais como as suas virtudes”. Outros moradores da mesma região insular africana eram evidenciados pela ação de abrirem “a cada aldeia uma escola para rapazes” que eram ensinados “a ler e escrever em caracteres árabes”, fazendo-os “recitar os versículos do Alcorão”, reduzindo-se a isso “a instrução” dada “aos discípulos”, ao passo que “as raparigas não recebem na África muçulmana instrução intelectual”. Estampando o retrato do “patriarca de Moscou”, o periódico afirmava que “a Rússia, tanto política como religiosa, é um país excepcional”, no qual “o Estado absorveu a igreja e a igreja ortodoxa tornou-se igreja política, governando as consciências com o auxílio do braço secular”, sendo a mesma, “absoluta e intolerante”, não consentindo “a leitura da bíblia” ou “o exercício do pensamento” e “a liberdade de opinião”. Dizia ainda que tal “Estado anômalo” dera “lugar a múltiplas dissidências”, ficando o país dividido “em um número considerável de seitas”<sup>26</sup>.

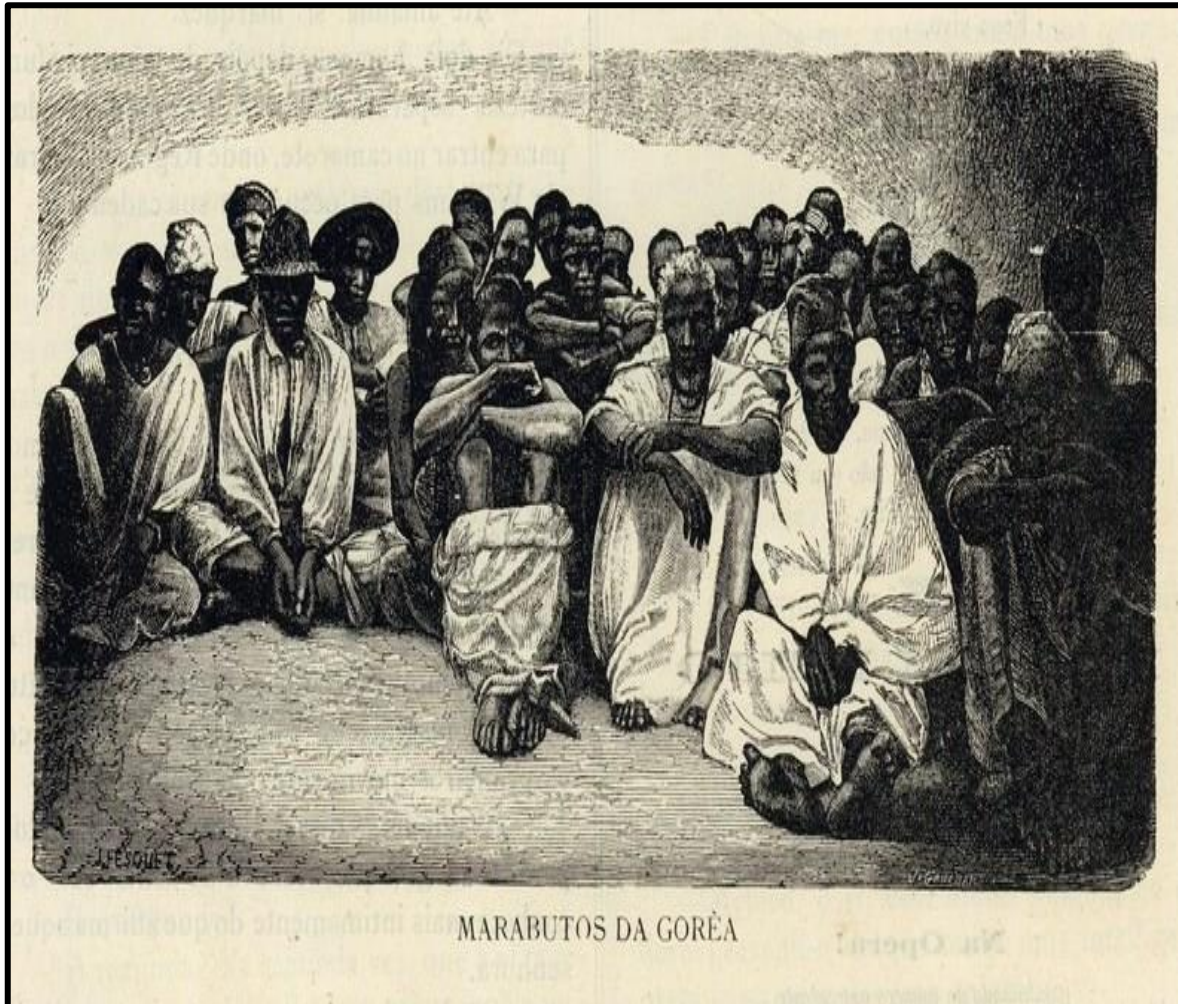
---

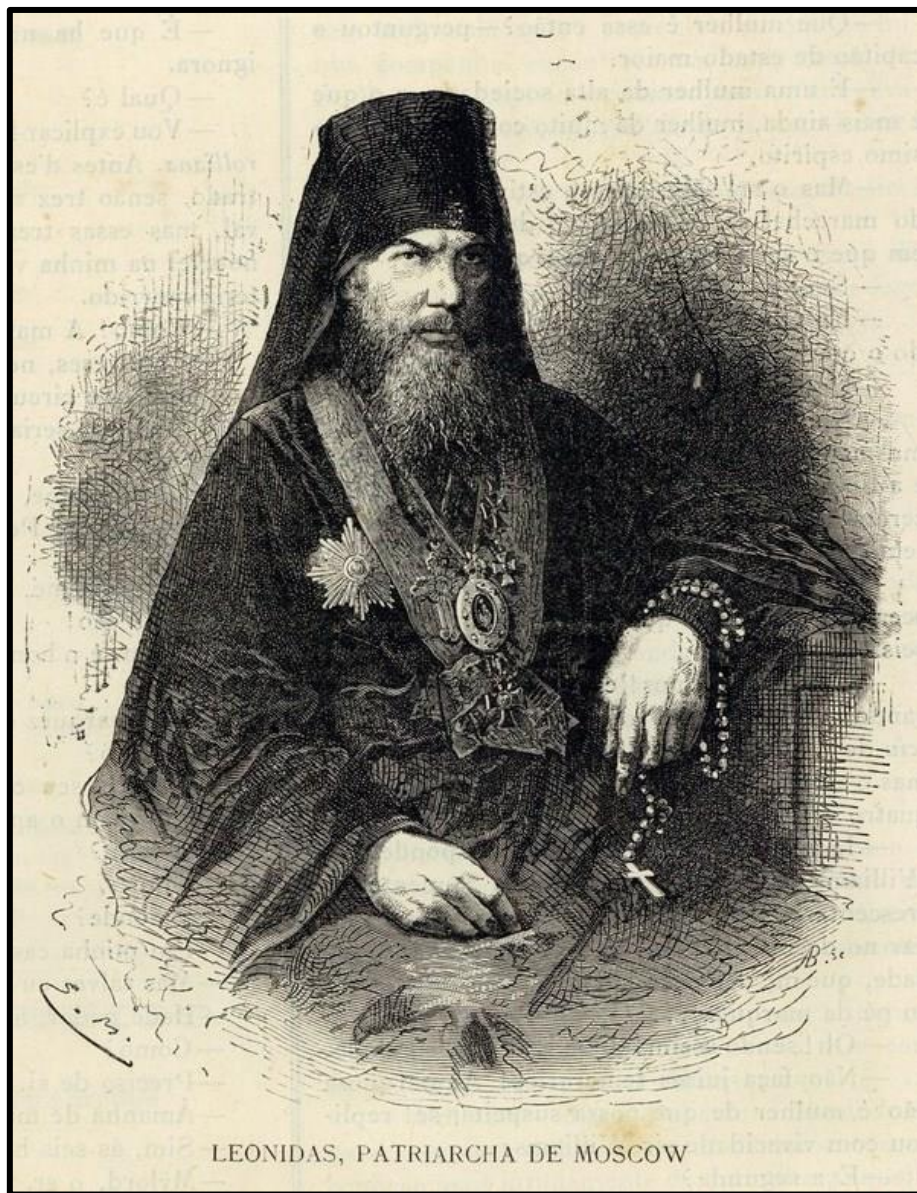
<sup>26</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 18 set. 1884.



UMA «TARANTASSE»







LEONIDAS, PATRIARCHA DE MOSCOW

As ilustrações do periódico trouxeram ainda “uma camponesa dos arrabaldes de Roma”, considerada como “o tipo característico da raça latina”, caracterizada como portadora de “linhas da fisionomia belas e puras e tão corretas, que muitos indivíduos de ambos os sexos abandonam o solo natal” para irem “a Paris, servir de modelo nos grandes ateliês dos pintores mais célebres daquela cidade”. A respeito do tema dizia que “só nas proximidades de Roma se encontram aquelas formosas cabeças e aqueles admiráveis perfis”, já que, “no resto da moderna Itália, debalde se procurariam, tão notavelmente se acham alterados, não só pelo cruzamento com diferentes raças”, como também “pelas condições especiais, que têm contribuído para uma modificação completa do primitivo tipo daquela raça”. Os moradores de “uma das mais ricas províncias” espanholas, a Andaluzia, foram também alvo da abordagem da publicação ilustrada, que qualificava tal região como “aquela em que é mais acentuada a virilidade do sexo feio e a formosura do sexo fraco”. Considerava que “o tipo da andaluza é tão conhecido que quase escusado é descrevê-lo”, mas afirmava que ela era “morena, em geral, cabelos escuros e cetinosos, olhos grandes, pretos e vivos, nariz bem desenhado, boca graciosa e bem talhada, dentes tão brancos que deslumbram, mais baixa do que alta, elegante, desembaraçada e *salerosa*”, sendo enfim “sempre uma mulher distinta entre todas as que tenham a presunção de ser formosas”. Ao mesmo respeito, sustentava que “o amor é o grande, o único objetivo da espanhola”, a qual “ama com paixão, com constância, com exagero até, porque o ciúme é companheiro quase certo do seu afeto”, sendo “este o caráter da mulher daquela nação, quer ela seja aldeã, quer pertença à classe média, ou à mais alta hierarquia social”,

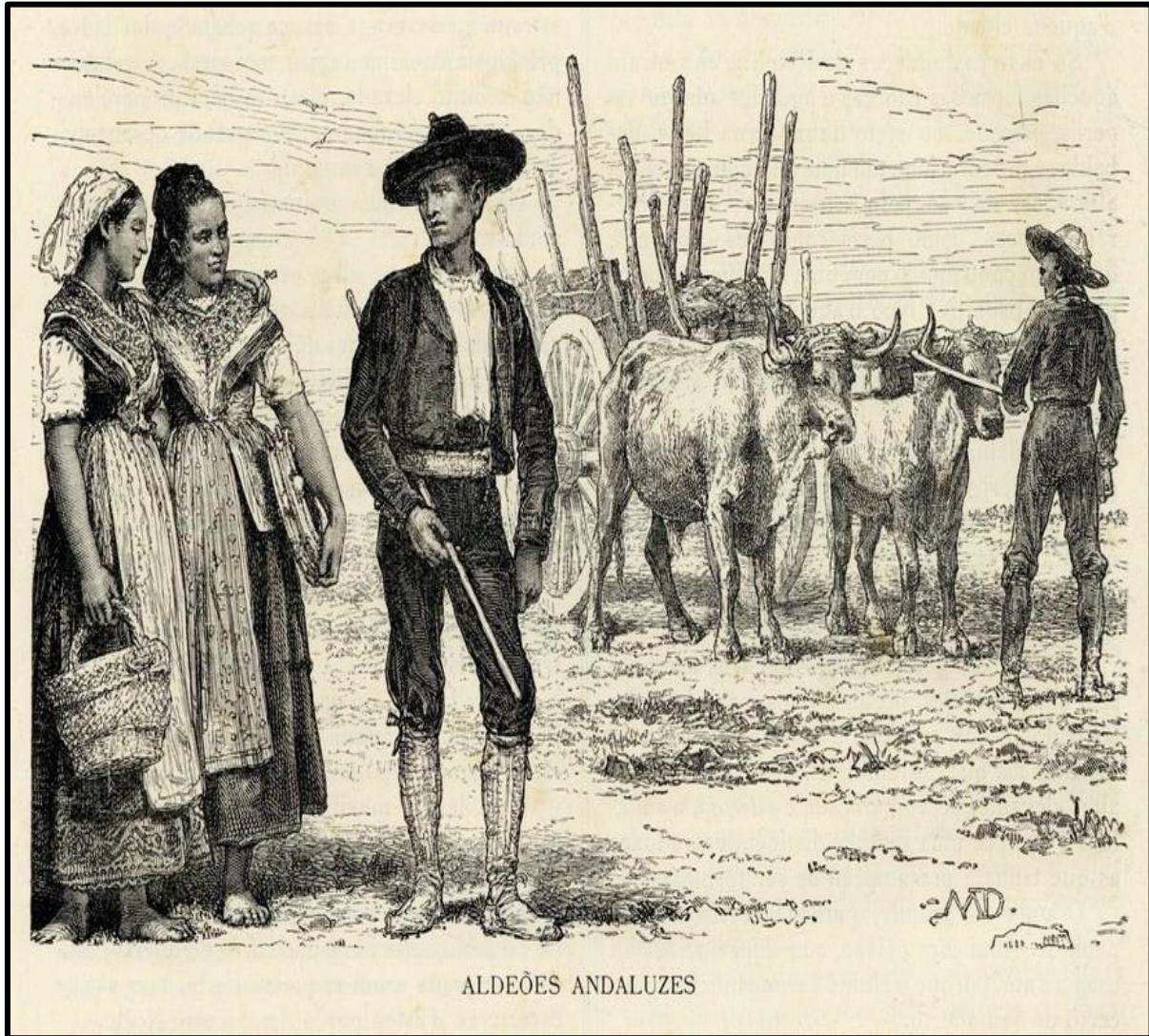
pois “sente girar-lhe nas veias o sangue buliçoso dos celtas, seus avós”. Os naturais da Nova Caledônia, “possessão francesa” para onde teriam sido enviados os “insurgentes de 1871”, também foram enfocados, como indivíduos de “pele negra, cabelos pretos, nariz largo e achatado, conjuntiva ocular injetada, lábios grossos, boca grande, fronte quase vertical, estreita e convexa” e “cabeça achatada dos lados, principalmente na região temporal”. Sua estatura não seria “muito elevada, mas são bem proporcionados, tendo, geralmente, um grande desenvolvimento torácico e muscular”, em um quadro no qual “os homens são muito feios e as mulheres ainda mais”, usando elas “o cabelo raspado e os lóbulos da orelha horripelantemente furados ou retalhados, o que lhes dá um aspecto repelente”. Outro personagem retratado foi um habitante do Ártico, descrito como tendo “cara larga, maxilas fortes, maçãs do rosto salientes, testa estreita, olhos pequenos e muito pretos, lábios delgados e compridos, com duas ordens de dentes sãos, uma cabeleira preta, barba no lábio superior e por baixo do queixo”, além de possuírem “estatura pequena e um esqueleto forte”. Os esquimós eram ainda apresentados quanto ao vestuário, definido como “aproximadamente o mesmo para os dois sexos”, com “um par de botas, meias, calças, uma jaqueta e um sobretudo”, empregando-se para sua sustentação na caça à foca e coleta de ovos. Os moradores do extremo-norte era caracterizados como “perfeitamente ignorantes e não sabem sequer precisar uma data, motivo porque até ignoram a idade que têm”<sup>27</sup>.

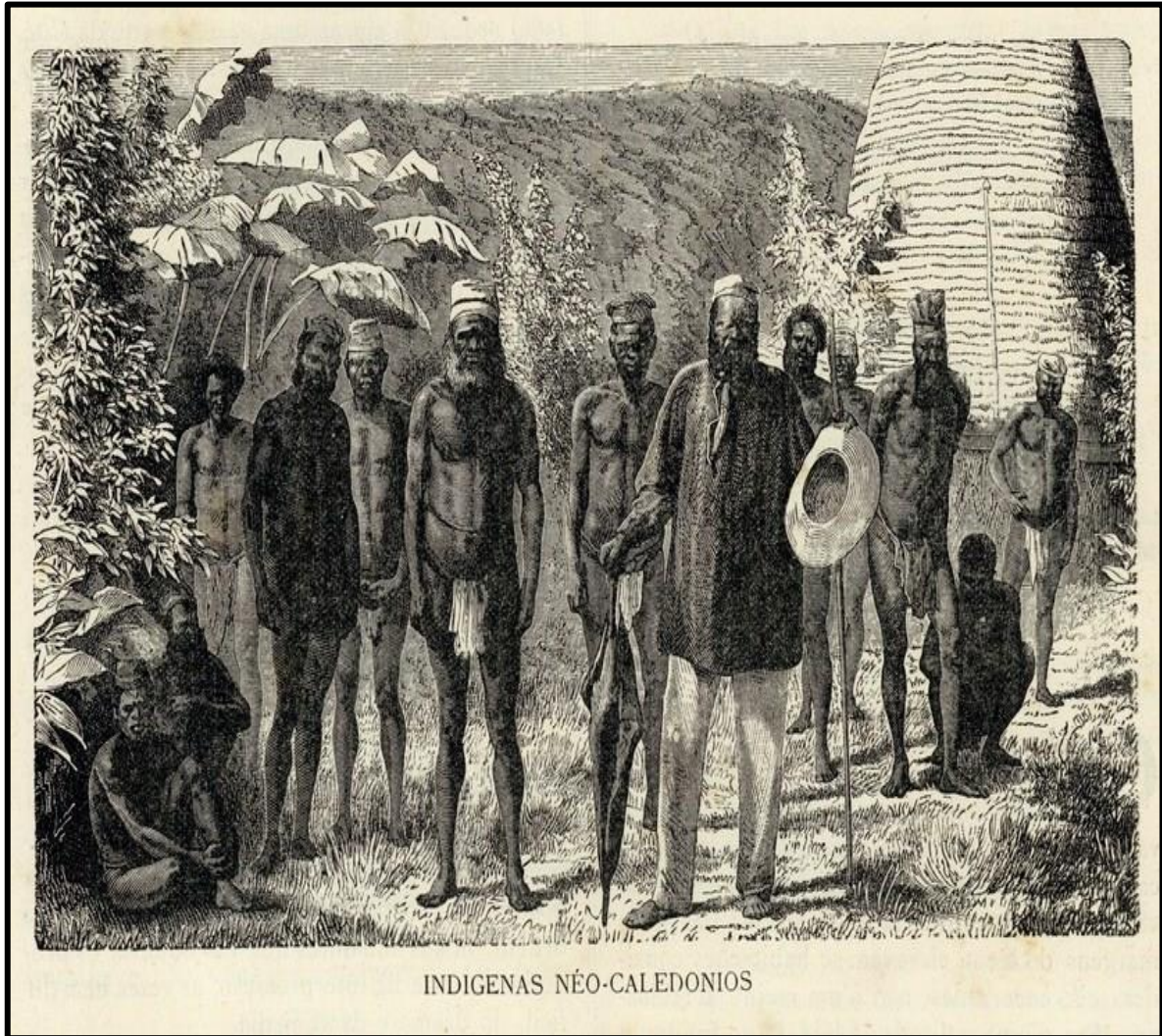
---

<sup>27</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 25 set. 1884.

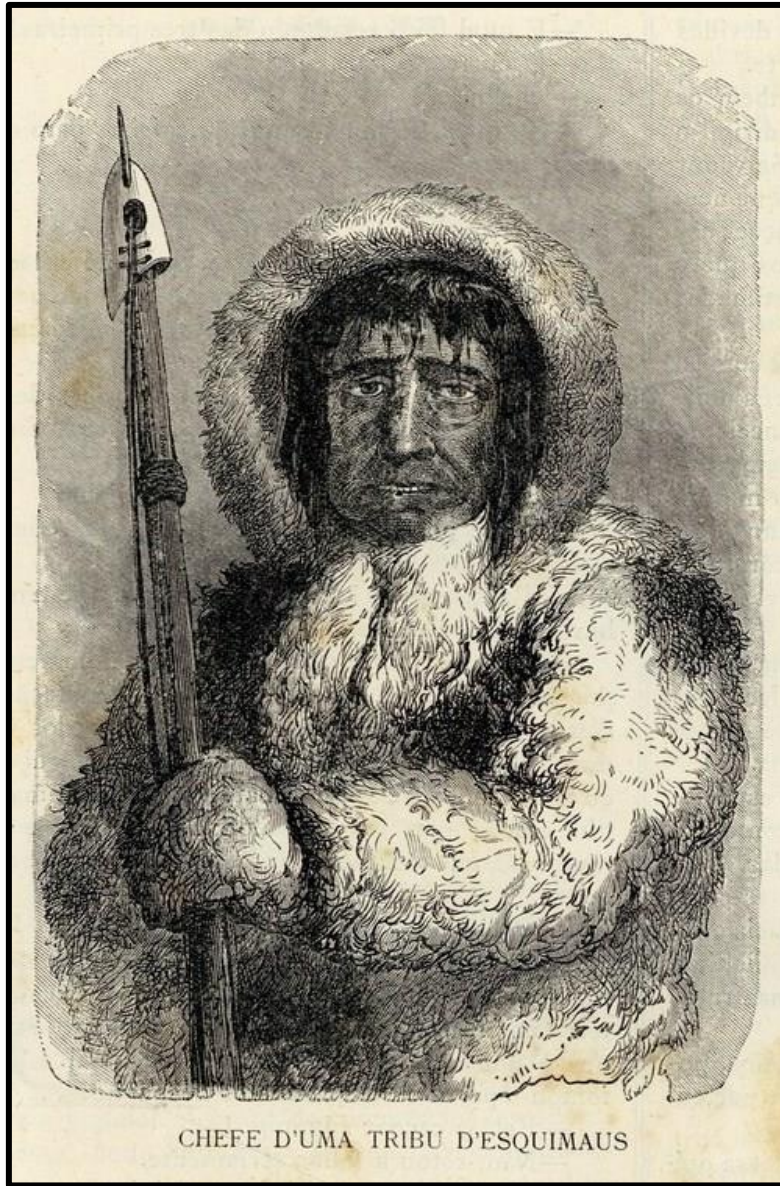








INDIGENAS NÉO-CALEDONIOS



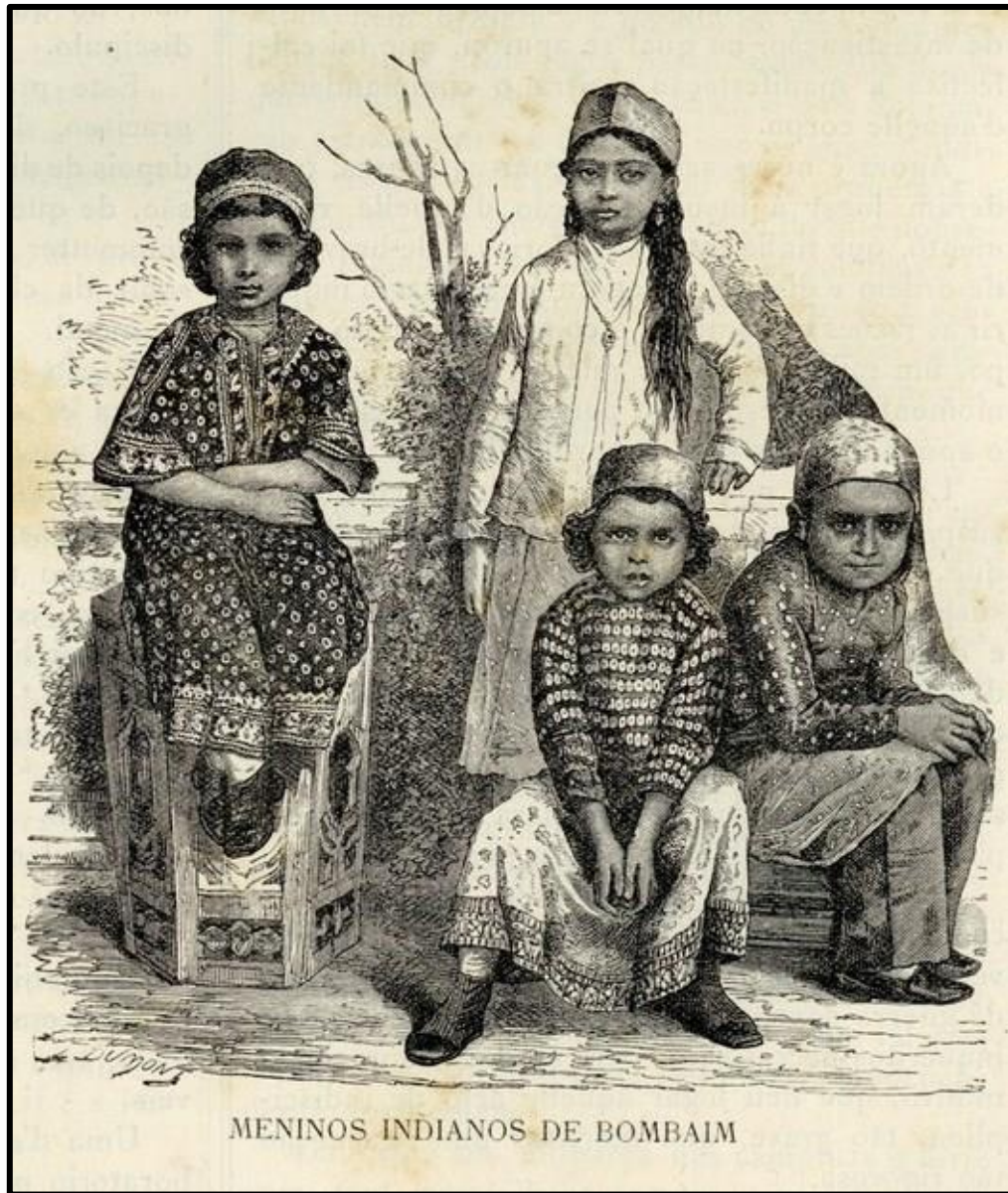
CHEFE D'UMA TRIBU D'ESQUIMAUS

Crianças indianas foram estampadas na primeira página do semanário lisbonense, servindo de ilustração para uma nota sobre a Índia, descrita em suas regiões, com ênfase para a sua zona central, por ser a mais “conhecida dos europeus”, havendo dela “notícias exatas”. Dizia que ali os hindus se aproximavam “da raça ariana pelo oval da cabeça, pela configuração do crânio e pelo ângulo facial, mas parecem afastar-se dela pela cor”, além do que, “o corpo é pouco robusto”, sendo “o homem das castas inferiores magro e enfezado”, mas “o que lhe falta em força, sobra-lhe em agilidade”. Informava também quanto aos habitantes do local enfocado que “a cor da pele varia entre o trigueiro acobreado e a cor quase preta” e “o cabelo é corredio e negro e a barba espessa e abundante”. Também sobre o hindu, considerava-o “tímido e afável”, não lhe faltando “perseverança nem firmeza e é dotado de uma compreensão fácil”, havendo sobre ele “dois jugos desde datas imemoriais – o da casta e o da dominação estrangeira”, de modo que o seu “caráter tornou-se flexível, tendo mais prudência e astúcia do que energia, mais ardil do que nobreza”. Outra abordagem recaiu sobre índios norte-americanos, apontado como “povo grande e valoroso” que percorria “em todos os sentidos as vastas planícies e não poderiam viver fora das suas verdes savanas”. Descrevia que tais indígenas perseguiram “constantemente as grandes manadas de búfalos”, pois “a carne destes animais é quase exclusivamente o seu único alimento”, além do que, “desde a mais tenra infância até a mais avançada velhice montam a cavalo”. Era dito também que eles “têm orgulho em ser ladrões”, atacando “as feitorias dos brancos”, levando-os “prisioneiros, homens, mulheres, crianças e gados”. Em mais uma gravura era retratada “uma africana moendo pão”, com a

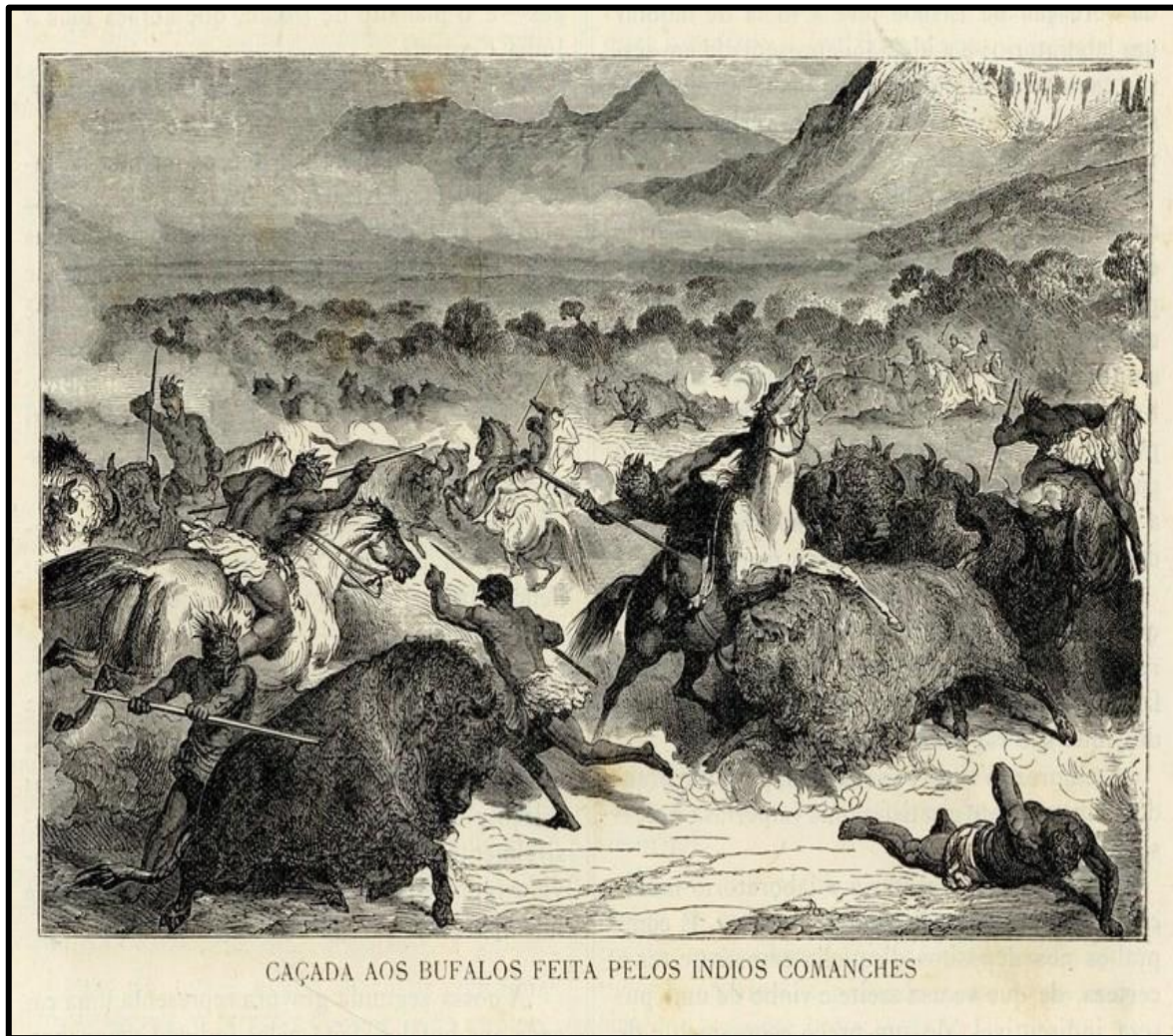
explicação de que “os negros impõem duros trabalhos à mulher”, pois “a consideram, apenas, como uma máquina de trabalho, como um ser condenado aos labores da existência, sem outro objetivos que não seja utilizar-lhes as forças em proveito das necessidades do sexo forte”. A apreciação era complementada com a afirmação de que “os mais temíveis trabalhos são feitos por elas”, como “o amanho das terras, o fabrico dos produtos agrícolas” e “as mais pesadas ocupações são-lhes destinadas”, de maneira que “a antiga escravidão era para elas um benefício, porque tornando-as escravas de um senhor apenas mudavam de opressores”. Era descrito o processo de moagem do pão, qualificado como “uma das suas lides mais ingratas e custosas”. As ilustrações de mais uma edição eram complementadas com uma referência aos monges budistas, apontados como “sacerdotes geralmente considerados e respeitados”. Detalhava que “o povo chinês não é, no fundo, muito religioso, mas tem veneração e deferência pelos sacerdotes do culto, os quais usam nos atos religiosos vestes pomposas e de inestimável riqueza. O budismo era avaliado como uma “religião do Estado, grosseira e ridícula, que nem cria fanáticos, nem consegue fazer crentes”, em um quadro pelo qual “os bonzos entretêm aquela indiferença e conservam as tradições religiosas, contentando-se em manter o prestígio, que sempre teve entre o povo a sua classe”<sup>28</sup>.

---

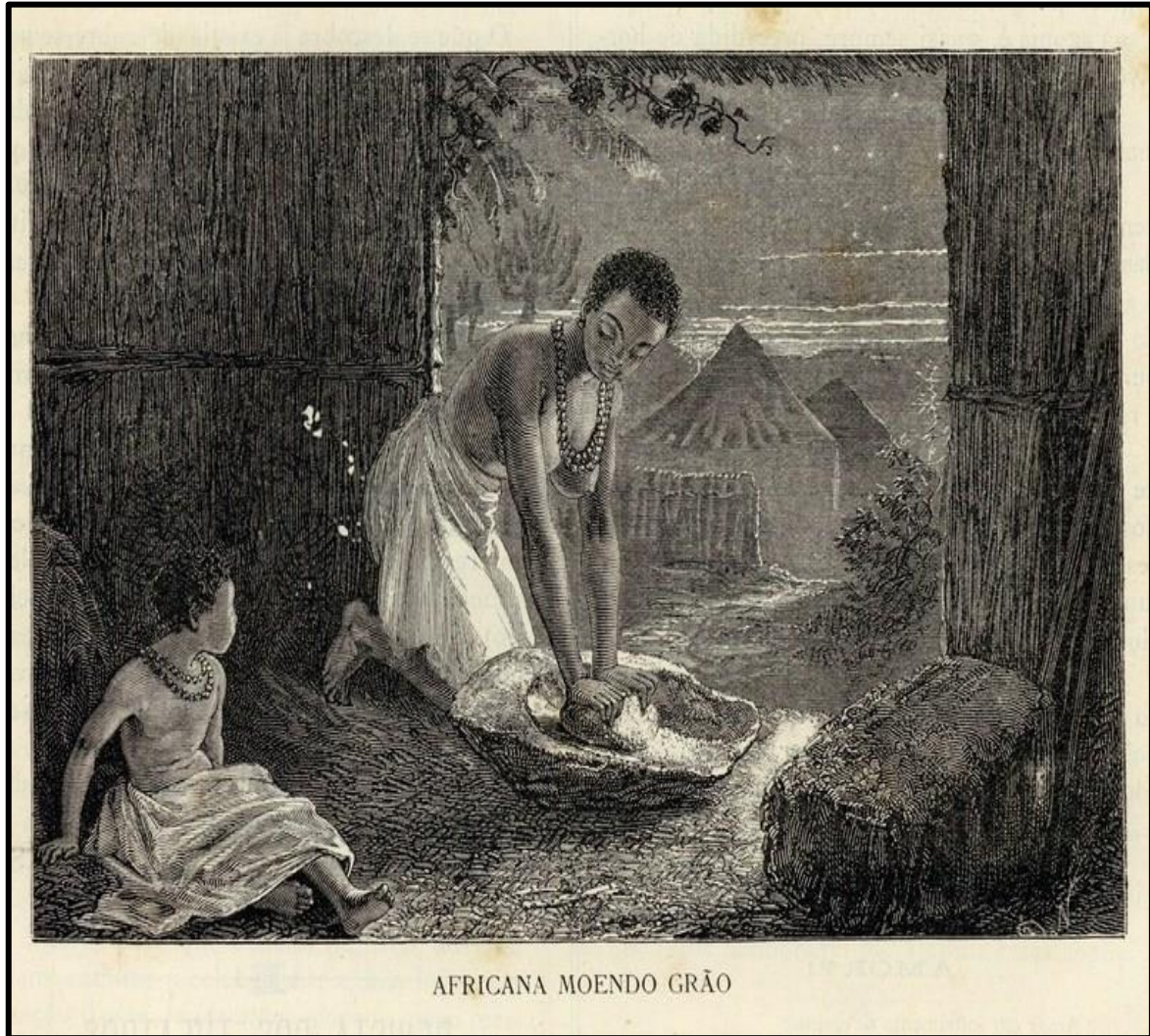
<sup>28</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 2 out. 1884.

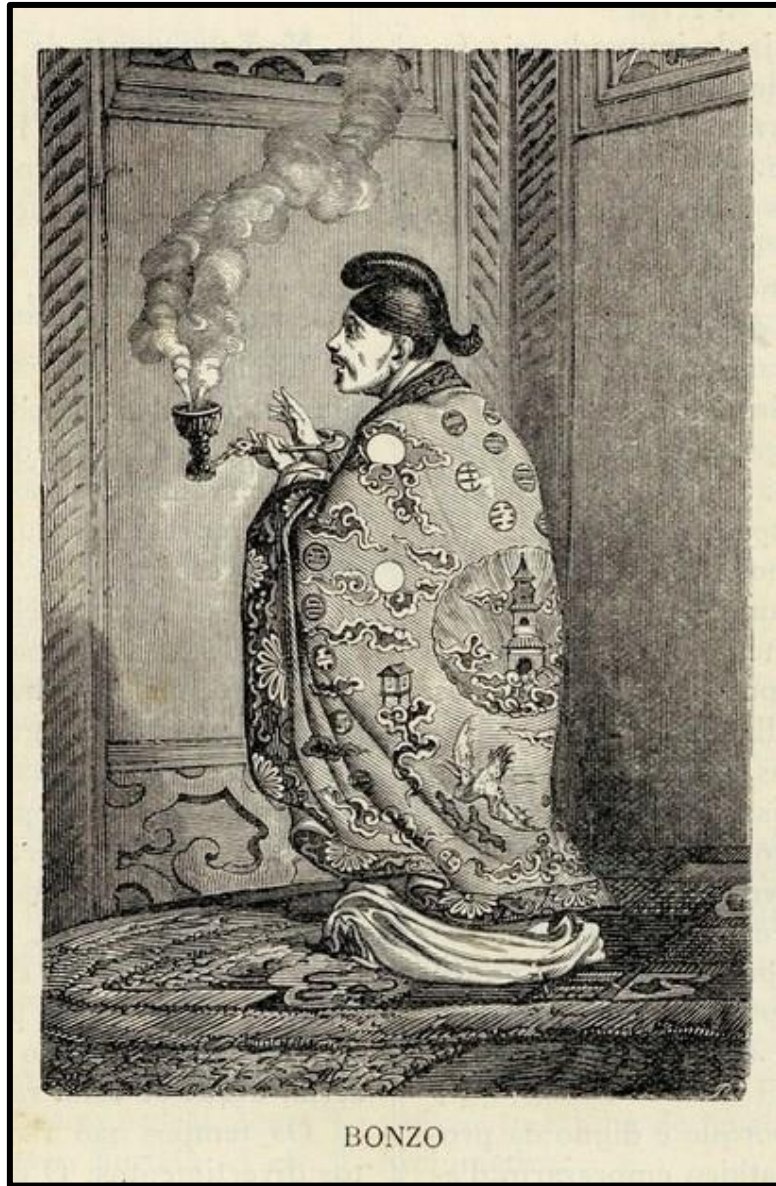


MENINOS INDIANOS DE BOMBAIM







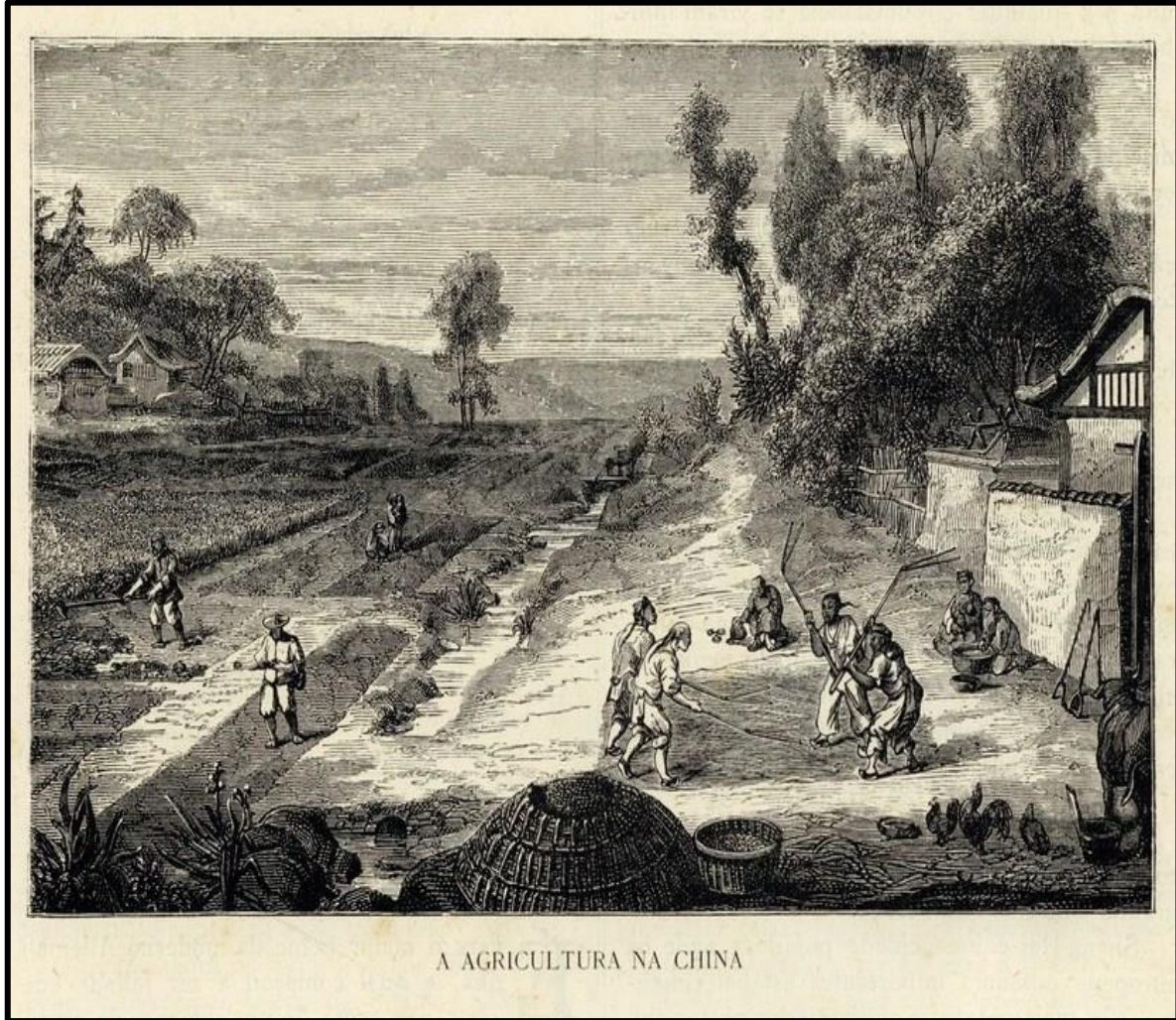


A China dominava um outro número de *A Ilustração Popular*, a qual descrevia que em tal país “a instrução está muito mais espalhada do que geralmente se crê”, já que “as escolas são bastante numerosas” e a gravura apresentada trazia “um professor de língua chinesa”. Esses “funcionários” eram apontados como “letrados que, por qualquer circunstância, se viram inibidos de chegar aos graus das funções civis”, especificando que o ensino era “feito sobre o livro sagrado atribuído a um discípulo de Confúcio, e que é uma curiosa enciclopédia das ciências”. Informava também que “mais difundida que na Europa, a instrução na China se estende até as mais insignificantes aldeias a sua benéfica influência”, sendo “raríssimo encontrar um chinês que não saiba ler”. O “celeste império” continuava como pauta, com referência às atividades agrícolas e o informe de que “o solo chinês é cultivado com grande esmero”, de modo que era possível que se dissesse “que naquele vasto país não existe uma polegada de terreno maninho”. Era apontado assim que “é tal o cuidado que os lavradores põem na cultura do terreno, que as casas ocupam pequenos espaços e, para o poupar, as medas são muitas vezes feitas nos telhados das habitações, numa espécie de terraços”. Mantendo o enfoque o periódico trouxe registro iconográfico de um “grande empório comercial” chinês, considerado como “uma cidade populosa onde os europeus possuem importantes estabelecimentos”, de modo que se tratava do “mais notável e opulento dos portos” do país. Houve também referência a um povo do “ramo mongólico”, com descrição de seu “país”, no qual, apesar da “comodidade”, eles “são pouco engenhosos, e apenas sabem construir uns pequenos barcos ou canoas”<sup>29</sup>.

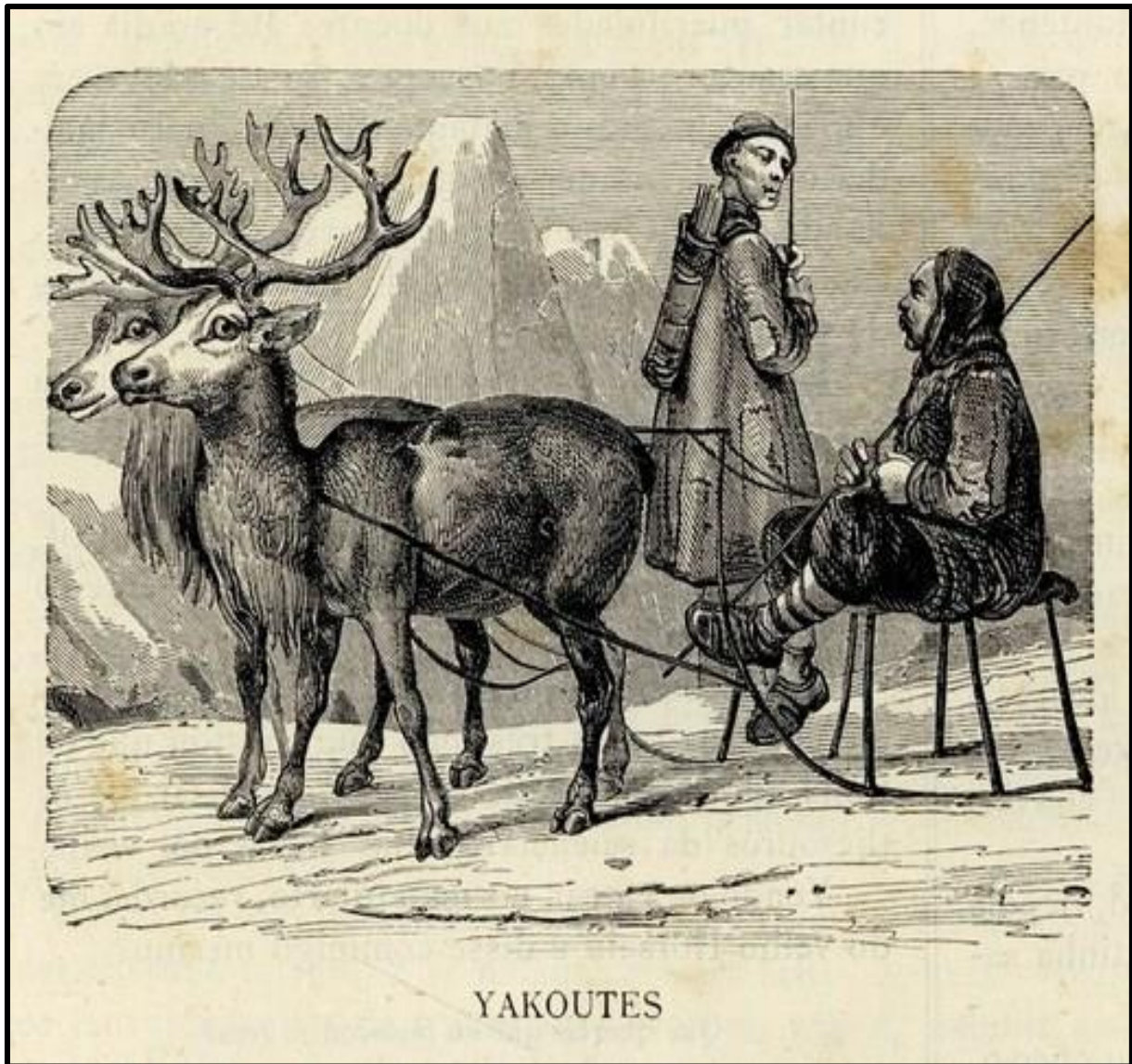
---

<sup>29</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 9 out. 1884.









As gravuras de mais uma edição de *A Ilustração Popular* dedicaram-se a povos de três continentes diferentes. O primeiro deles era a África, com a imagem de um caçador etíope, apontado como um “atirador dotado de uma bravura fria e impassível e com uma pontaria certa e quase sempre infalível”. A folha ilustrada apontava ainda que “os abissínios têm uma cavalaria ligeira excelente”, descrevendo as estratégias bélicas por eles empregadas em suas montarias, em ações “quase sempre mortais”, atacando “com tal fúria um quadrado que faz saltar os cavalos sobre os infantes, rompendo quase sempre as linhas inimigas”. Outro povo abordado eram aborígenes neozelandeses, descritos como “altos, robustos e de formas atléticas”. Sobre eles destacava que “a cor da pele é semelhante a dos homens do sul da Europa”, sendo “o rosto oval, a testa pequena, o olho esbugalhado, preto e cheio de fogo, o nariz aquilino ou achatado, a boca grande, os lábios grossos e os dentes pequenos, bem dispostos e formosamente esmaltados”. Além disso, era referenciado que “usam o cabelo comprido e separado em tranças”, sendo “industriosos e as mulheres exímias no fabrico dos estofos”, havendo “obras de arte feitas por eles e para se avaliar a habilidade com que os dotou a natureza basta ver as esculturas com que ornaram as suas pirogas, embarcações feitas de um único tronco de árvore”. Comentava ainda que eram “povos eminentemente guerreiros, mas não têm grande variedade de meios de destruição”, não se servindo da flecha e utilizando “uma espécie de cassetete feitos de pedra cortante, presos ao pulso por meio de uma correia”. Quanto às danças dos mesmos eram apontadas como “umas pantominas, em que os figurantes, raras vezes, mudam de lugar e constam de gestos e movimentos executados com a maior precisão” e “todas essas danças



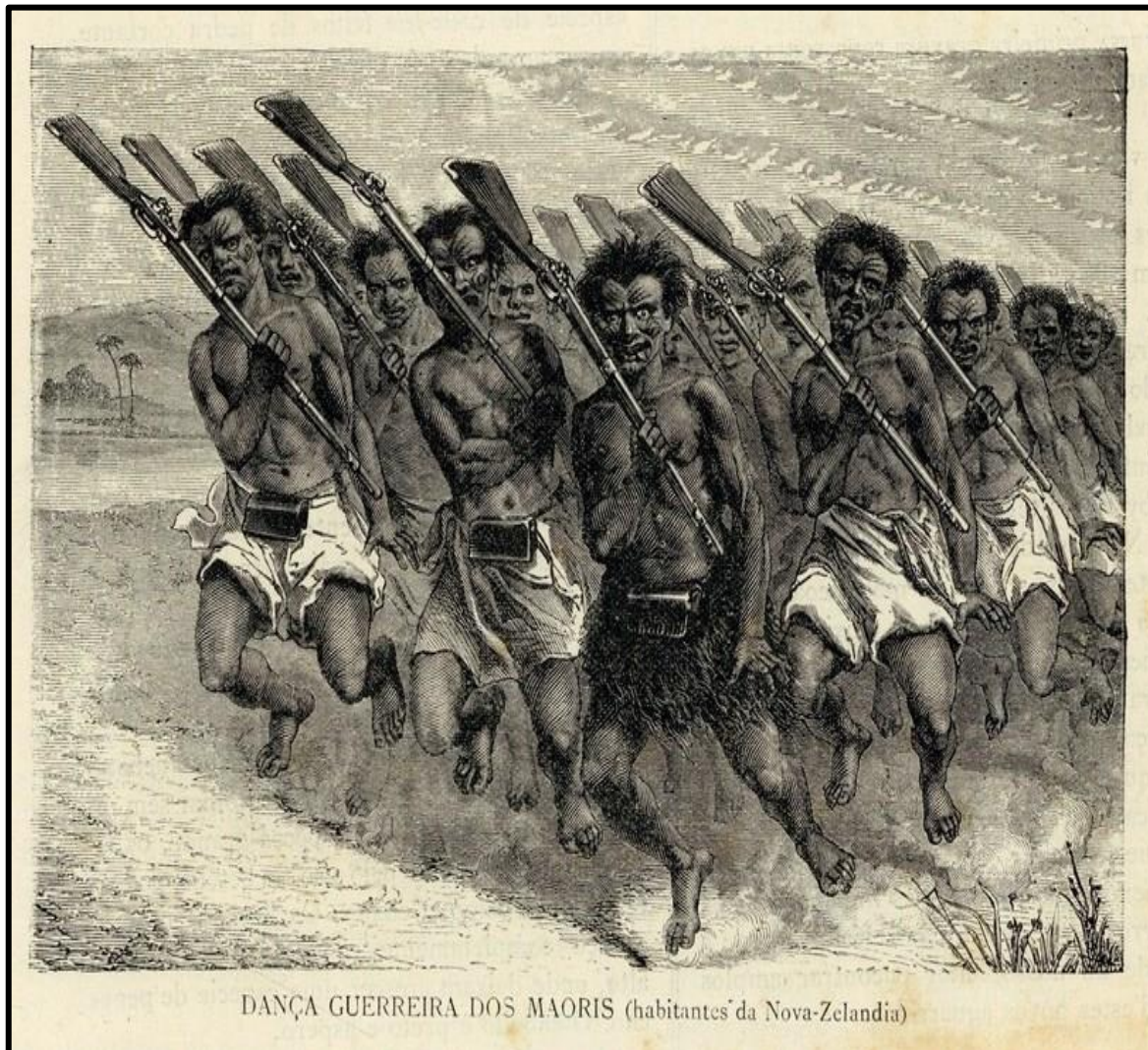
têm um sentido alegórico e referem-se às declarações de guerra, aos sacrifícios humanos e aos funerais”. O continente asiático era representado por um jantar de mulheres birmanesas, descritas como “pertencentes à raça amarela, apesar de terem a cor mais carregada que os chineses e os japoneses”. Descrevia que “a estatura destes povos é a mais pequena e são menos civilizados e distinguem-se pela indolência do seu caráter”, tendo “o nariz um pouco achatado, as maçãs do rosto salientes, o olhar sem inteligência, narinas largas, boca grande, os lábios ensanguentados pelo uso do betel e os dentes negros como ébano”. No caso dos homens, usavam “a cabeça completamente raspada, excetuando o alto, onde deixam crescer uma espécie de penacho” e “o cabelo é preto e áspero”, ao passo que “as mulheres usam o mesmo penacho, mas os cabelos são finos e andam bem tratados” e, quanto ao vestuário, era “pouco complicado em ambos os sexos”, com um gosto especial feminino pelo uso de joias, que deveriam brilhar, pouco importando “que sejam boas ou falsas”. De volta ao continente africano, o hebdomadário trazia uma mulher egípcia, “com seu fato característico e com a sua elegância acentuadamente correta, apesar de entre elas ser desconhecido o espartilho e os múltiplos recursos, com que a moda, na Europa, corrige umas vezes e outras disforma a natureza”. Tal “mulher do Cairo” era ainda apontada como usando “colete muito aberto, umas calças largas de seda, presas nas roliças ancas com faixas brilhantes e uma túnica de gaze ou de tule cor de carne, compridas chinelas amarelas ou vermelhas, colares e medalhas em volta do pescoço e, nos braços, vistosos braceletes”. Além disso, elas prendiam “o cabelo na nuca com formosos laços de fitas, que deixam cair com adorável negligência sobre os ombros, largos e proeminentes”, bem como “fumam e

bebem *aquative*, uma espécie de anisete e abusam do café, bebida pela qual têm uma grande predileção<sup>30</sup>.

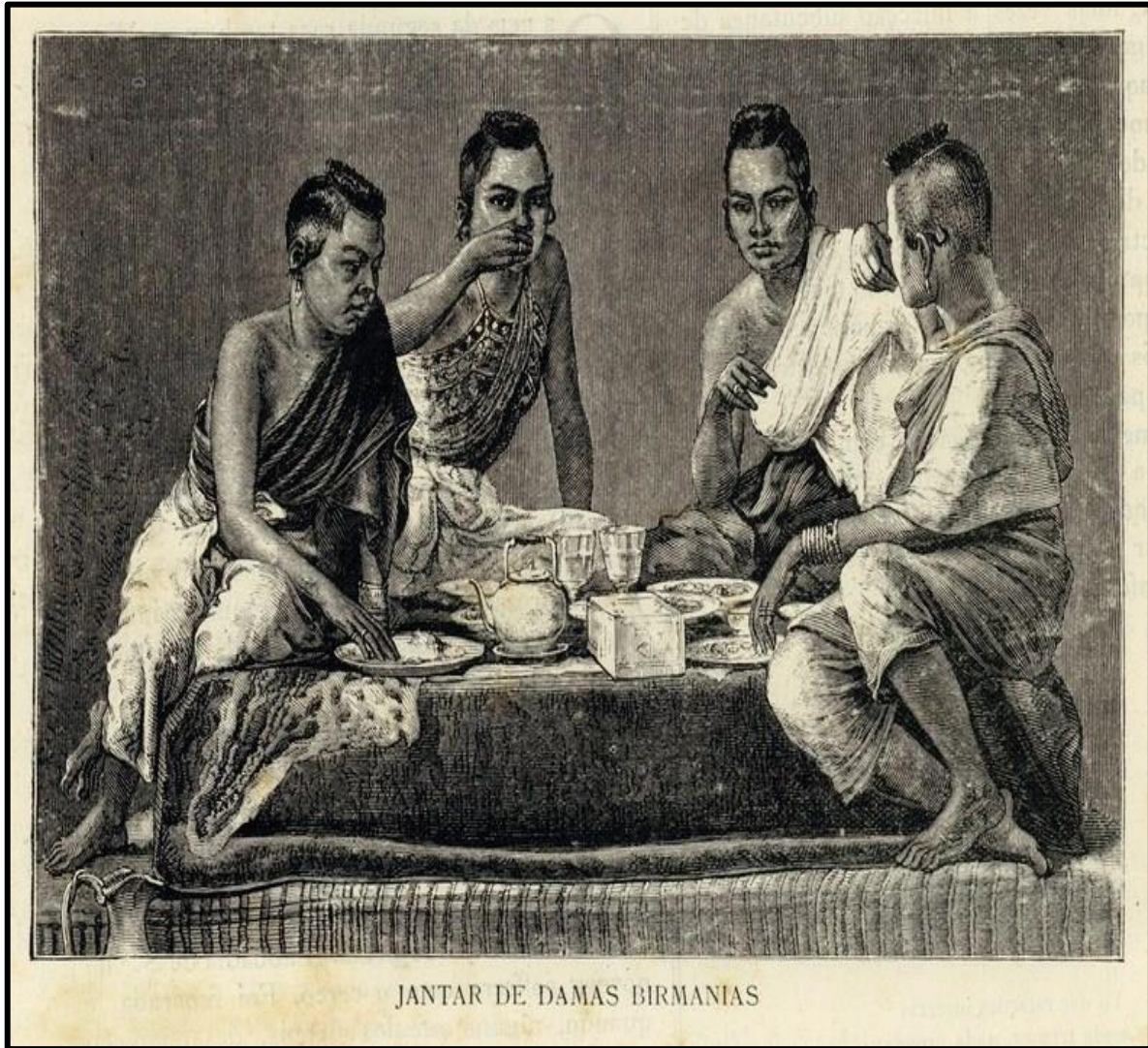
---

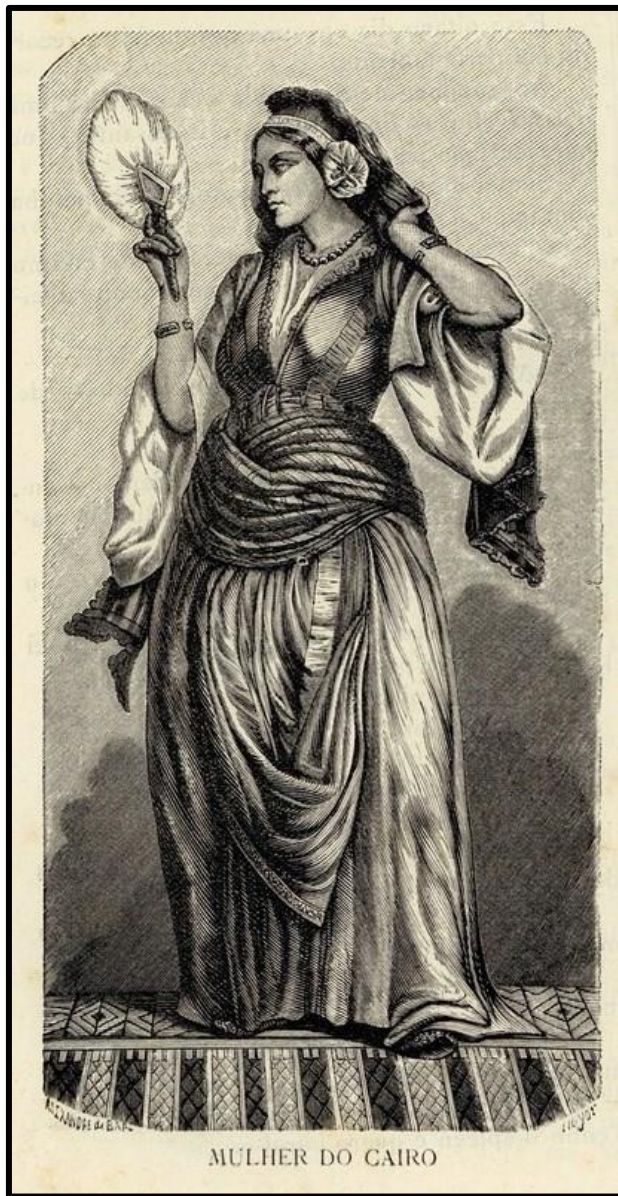
<sup>30</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 16 out. 1884.





DANÇA GUERREIRA DOS MAORIS (habitantes da Nova-Zelandia)





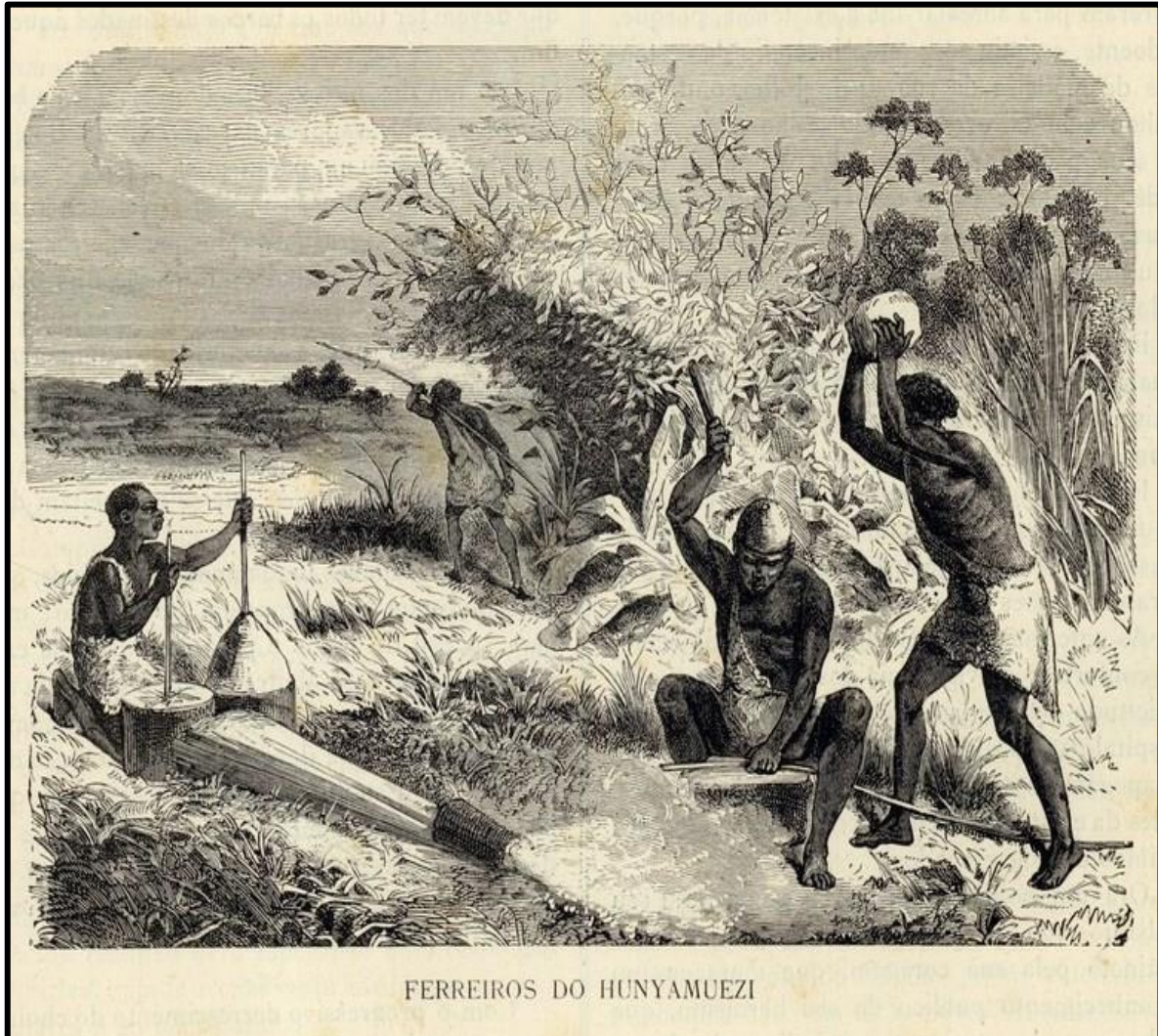
Um povo africano em lides metalúrgicas estampava a capa de *A Ilustração Popular*, a qual, inicialmente tecia considerações sobre a perspectiva de que “os negros não são, como muita gente supõe, completamente destituídos de faculdades intelectuais”, argumentando que “é verdade que a abertura do ângulo facial e o desenvolvimento do cérebro dão à raça branca uma grande superioridade, mas esse fato não se pode traduzir pela incapacidade do negro”. Demarcava assim que “o negro tem certas aptidões talvez superiores às dos brancos”, como no caso de terem “uma facilidade espantosa para fazer cálculos mentais, uma disposição natural para aprender línguas” além de não deixar “de ter grande habilidade para algumas artes”, como no caso dos afazeres dos ferreiros, em lides que resultavam em “algumas obras notáveis pela perfeição do trabalho e pela dificuldade que há de produzi-las, atento o atraso intelectual em que se encontram aqueles povos”. Houve uma retomada na abordagem dos monges budistas, descritos como sacerdotes que “têm uma esfera de ação tão limitada que o seu ofício quase que está reduzido às cerimônias fúnebres”, pois “são eles que assistem aos últimos momentos dos moribundos, de qualquer seita que sejam, que guiam os cortejos funerários e que, segundo a vontade família do defunto, fazem a inumação ou a combustão do cadáver, assim como vigiam pela conservação dos túmulos”. Dizia o periódico que o bozo em questão, no caso um pedinte, usava “traje gracioso”, que lhe tirava “o aspecto da profissão, que exercem, de gatos pingados”, com um chapéu que “é um triângulo com as dimensões de um telhada de barraca e preso ao queixo por uma correia consistente, como era necessário para segurar aquela ampla cobertura”. Apareceram também considerações sobre a cidade de Atenas, comparando-a

com outras comunidades europeias, com destaque para o amplo movimento nas ruas. A figura retratada era o bispo de Atenas, com a explicação de que “a religião dos gregos é a cristã com um rito particular”, caracterizado por ser “imponente e fervoroso, havendo alguns das origem do cristianismo”, além disso, “os padres gregos usam hábitos talares singelos”, enquanto “os bispos cobrem-se de ouro e pedras preciosas”. A Nova Caledônia voltava a figurar, com a descrição de uma de suas aldeias, cujos habitantes tinham “casas em forma de cortiços de abelhas”, tendo “no vértice uma estátua grosseira coberta de conchas e de crânios dos inimigos mortos na guerra”. O destaque era para “uma festa dançante, celebrada na ocasião da colheita do inhame”, na qual era executada uma “dança grotesca pelos mais robustos rapazes da tribo, os quais, depois de deporem aos pés dos chefes os molhos de inhame, começam os exercícios coreográficos tão originais como desgraciosos”<sup>31</sup>.

---

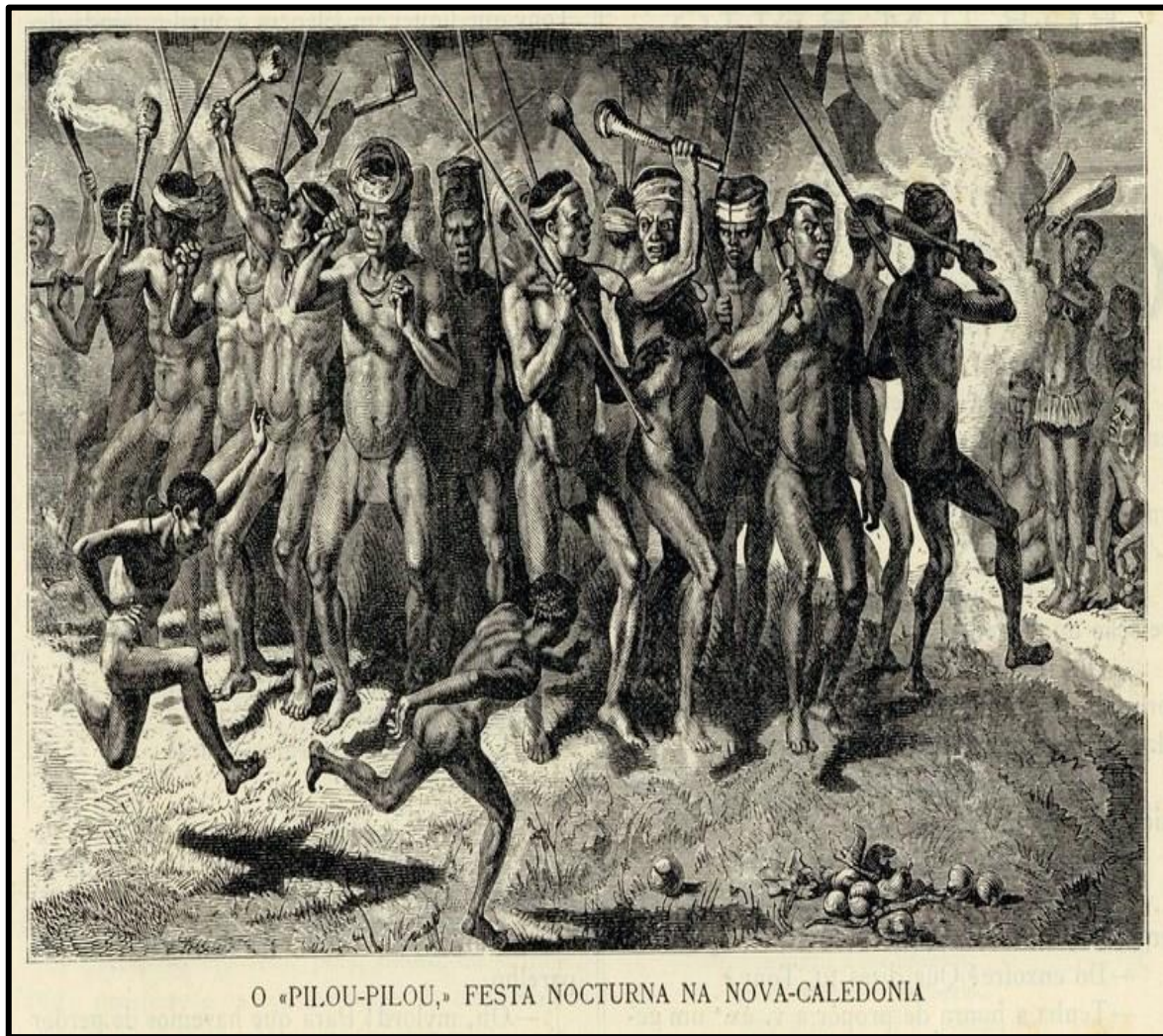
<sup>31</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 23 out. 1884.







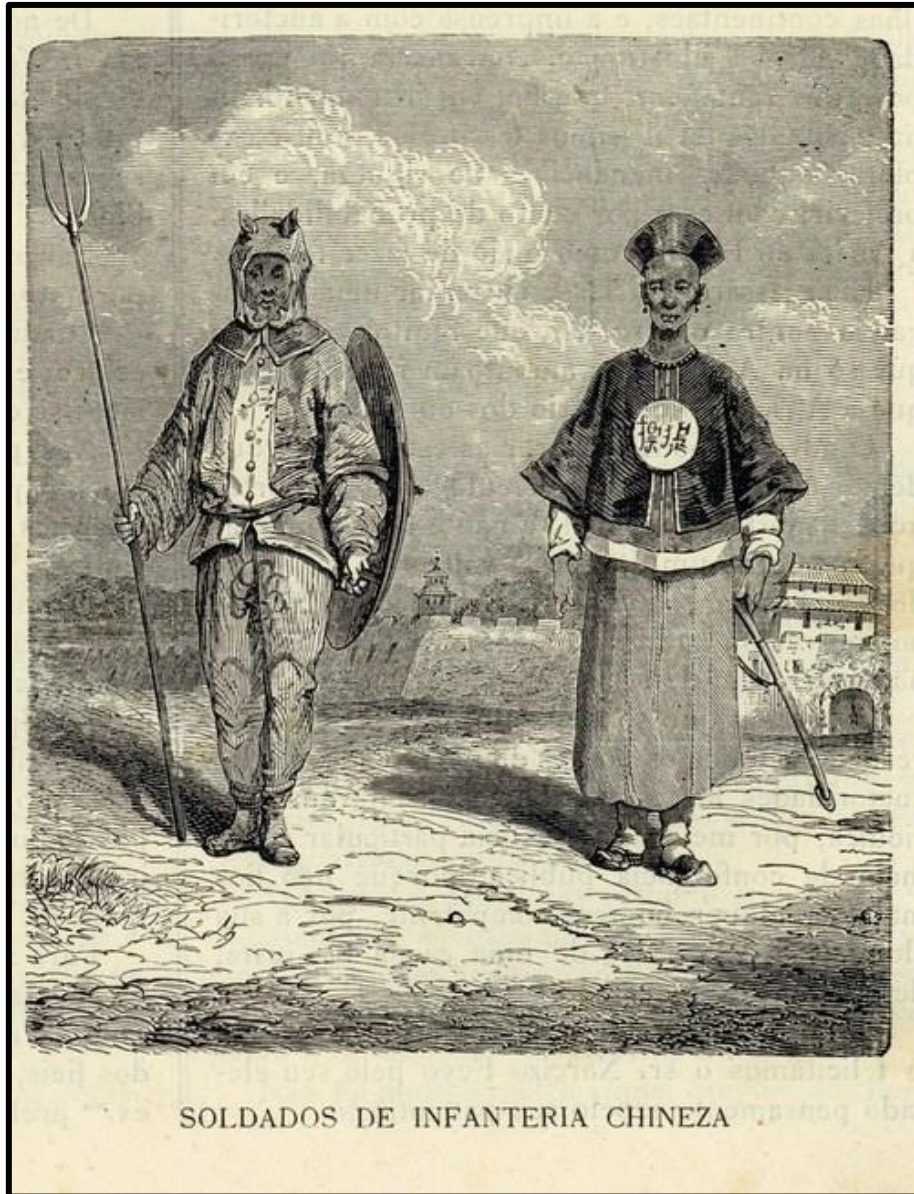




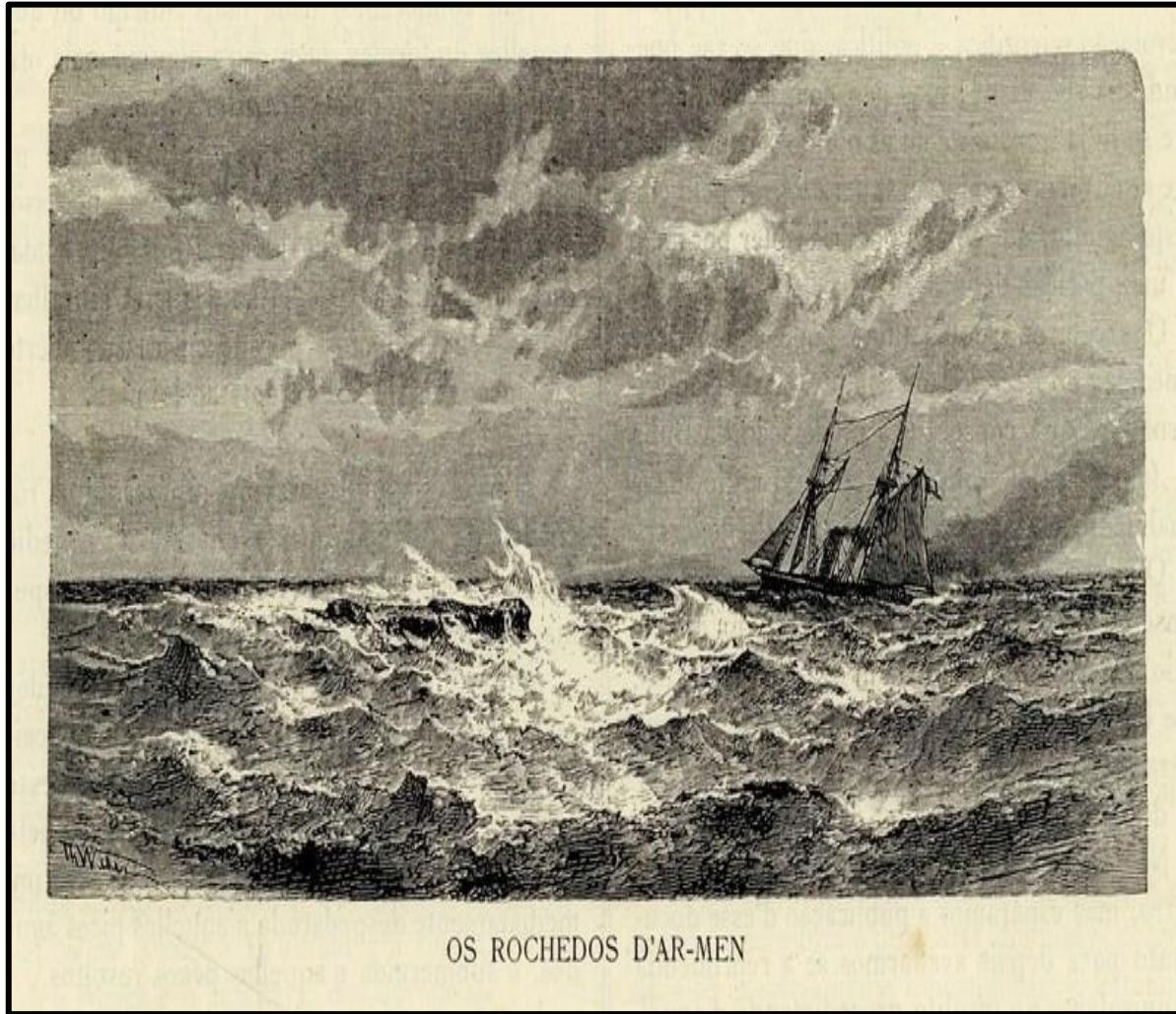
O tema imagético de um novo número foram “dois espécimes de soldados da infantaria chinesa”, com a constatação de que não haveria “nada mais ridículo do que aqueles uniformes, nem coisa alguma mais original do que aquelas armaduras”. O periódico considerava que se tratava de um “povo cético e medroso”, que “não crê na glória, nem aprecia o poder das armas, por isso, apesar do número considerável dos seus soldados, só confia na proteção das suas muralhas e dos seus redutos”, pois, “em campo aberto, são incapazes de fazer frente ao inimigo”. Um navio enfrentando mar bravio era outra gravura que servia para ilustrar a abordagem de um rochedo na costa francesa, em paisagem na qual havia “massa enorme de penedia por sobre a qual o mar levanta nuvens de espuma, rugindo com fragor medonho”. Apontava que “o navio que passa ao largo desses rochedos mal pode distinguir a costa através do nevoeiro branco que constantemente paira sobre esse abismo”, onde se houvesse a aproximação de uma embarcação, “seria imediatamente despedaçada naqueles picos agudos, e submergida naqueles pegos revoltos”. O assunto náutico permanecia com a indicação de “uma experiência feita com um barco salva-vidas, um dos inventos mais maravilhosos que tem surgido do entendimento humano”. Era constatado que, diante dos perigos das atividades marítimas, tal invento “tem sido a lucubração de muitos homens de gênio e de muitos espíritos ilustrados”, narrando um experimento realizado em Portugal. A respeito da região norte da Europa, foram retratadas duas crianças de um grupo local, formado por “uma população errante, que percorre o deserto”, uma zona “árida e selvagem”, com “neve quase eterna e a costa, durante a maior parte do ano”, contendo “muralhas de gelo”<sup>32</sup>.

---

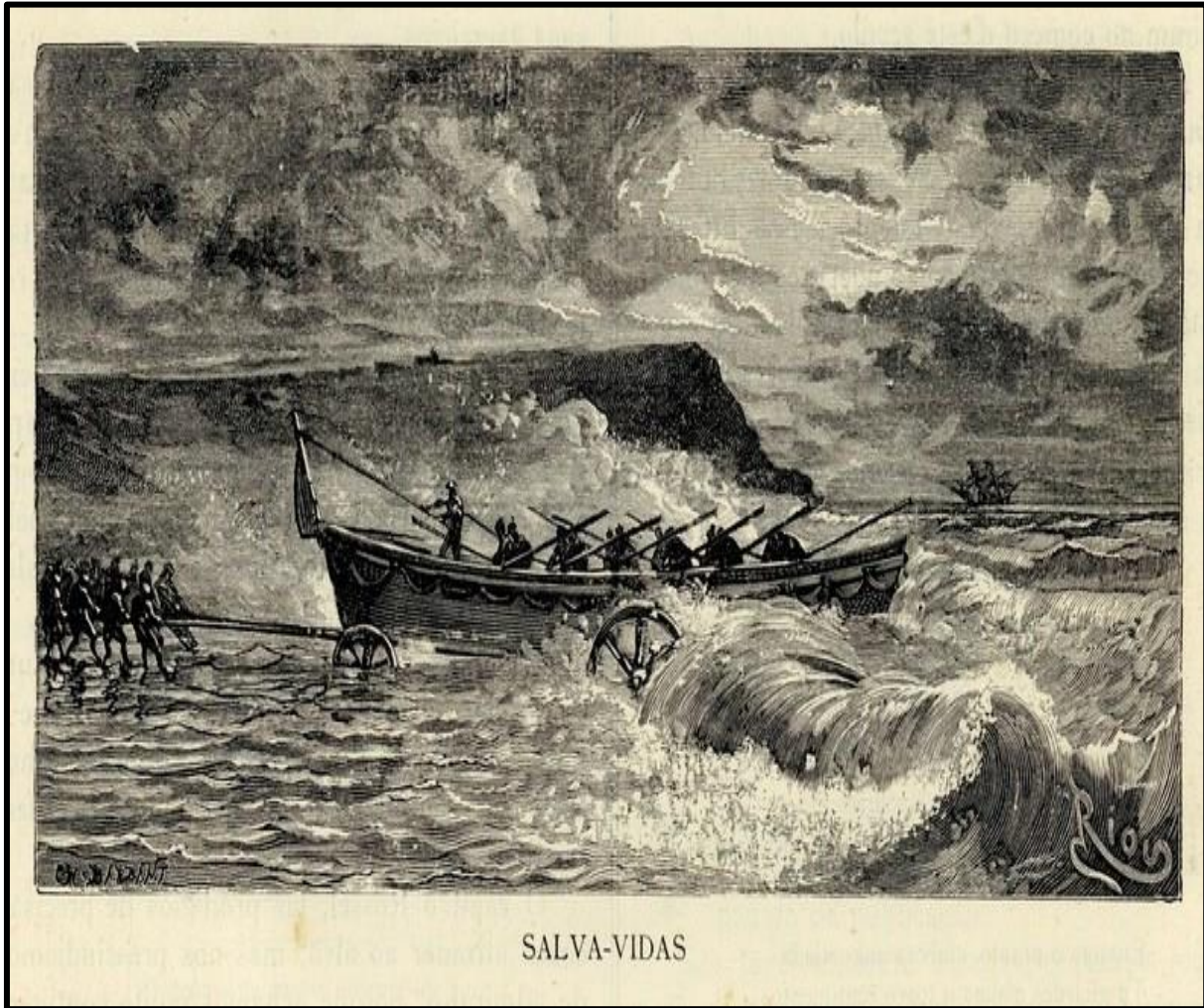
<sup>32</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 30 out. 1884.



SOLDADOS DE INFANteria CHINEZA



OS ROCHEDOS D'AR-MEN







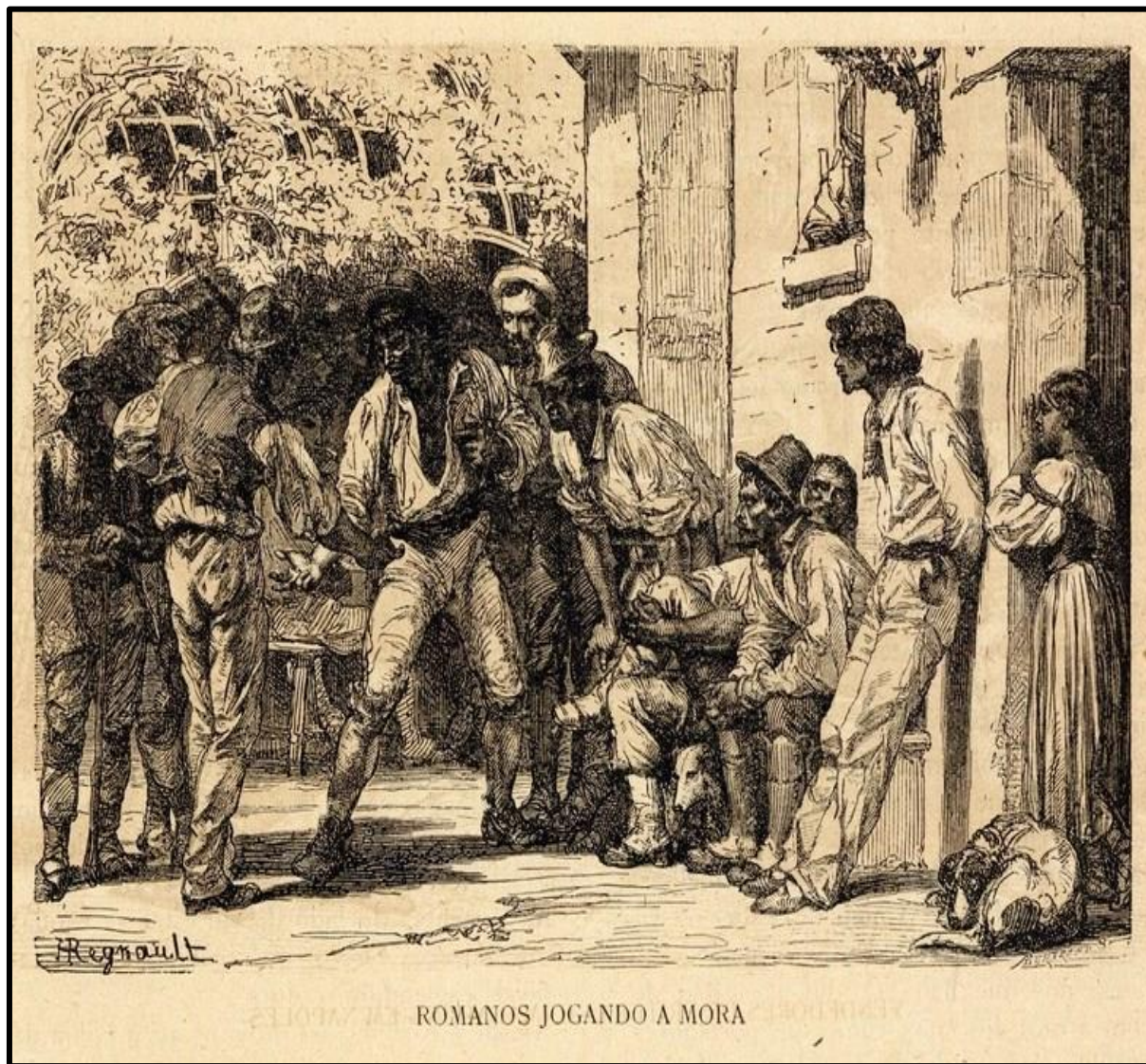
Um “rochedo árido que domina uma enseada magnífica”, localizado em Cabo Verde era a pauta de mais uma edição, que descrevia ainda que tal “ilhota é coroada por um forte, onde há casernas e cisternas e todas as dependências necessárias a uma construção daquela natureza. Em seguida, o tema das representações iconográficas se deslocava para o contexto europeu, com “um grupo de romanos jogando a mora, apontado como “o jogo favorito de todos os italianos”, explicando o funcionamento do mesmo, que trazia consigo movimentos de braços e falatório, o que tornava o entretenimento “singular e incompreensível para qualquer estrangeiro”. Outra gravura trazia “uma loja de vendedores de frituras no mercado de Nápoles”, acompanhada da explicação de que “nas festas públicas se pode examinar a grande variedade de tipos que se encontram no sul da Itália”, formando “uma mistura curiosa de todas as raças gregas e latinas, com esse perfil clássico, que as torna distintas e notáveis”. As mulheres de tal região era consideradas “formosíssimas e há por elas um certo respeito, devido talvez à religião, que prescreve o culto da Madona”. Os italianos eram descritos como “extremamente obsequiadores e a sua urbanidade não é servil, nasce do coração”, de modo que “os estrangeiros são acolhidos com extrema benevolência e sentem-se tão bem nesse meio artístico, sentimental e bondoso, que não o deixam sem saudades”. Os albaneses também foram abordados, apontados como “quase exclusivamente dedicados ao mister das armas”, sendo “os melhores soldados do exército otomano”, pois, “semibárbaros, mais salteadores que agricultores, vivem em contínuas lutas uns com os outros”. Os representantes de tal nacionalidade eram vistos com tendo “a cabeça pequena, o nariz fino, olhar vivo, o pescoço alto, o corpo magro e as pernas altas

e nervosas”, apresentando um “andar elegante” e gostando “de apresentar-se bem e para isso faz preparativos muito minuciosos, o que, apesar do seu estado inculto, demonstra que têm o sentimento do belo e da harmonia”. Quanto aos elementos femininos era dito que “as mulheres são muito galantes e os trajes que usam dão-lhes uma elegância distinta, que as torna ainda mais sedutoras”, sendo elas “tão formosas que podem competir em elegância com as mais belas da Europa”<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 6 nov. 1884.







VENDEDORAS DE FRITURAS E «MACARONI» EM NAPOLES



A representação iconográfica de uma mulher norueguesa servia para designar a apresentação sobre tal povo. Os noruegueses eram descritos como “robustos, animados, fortes, simples, hospitaleiros e afáveis”, havendo em seu país “pouca diferença nos costumes e usos das diversas classes da sociedade”, com a existência de “costumes verdadeiramente democráticos”, em meio aos quais “o aldeão é o que representa o principal papel nos negócios” e “a *dieta* do povo impõe a sua vontade ao governo”. Havia ainda a referência à “pouca sociabilidade entre os dois sexos”, com os membros de um casal gozando “da máxima liberdade”, ao passo que as mulheres era apontadas pelo uso de “trajes muito pitorescos”, sendo “geralmente bonitas e elegantes”. Mantendo o olhar sobre a Península Escandinávia, o periódico se referia a um grupo que habitava a Finlândia, os quais se cobriam “com uma camada de gordura, por cima da qual põem uma pele”, tendo “o peixe e a caça” como “a sua alimentação ordinária e habitando cabanas das quais, segundo narrativa, emanavam “miasmas pútridos”. A respeito dos chineses, o semanário constatava que eram “povos industriais” e “distintos em algumas das suas indústrias manuais, que representam notabilíssimos trabalhos de habilidade e paciência”, demonstrando “a que grau poderia chegar a sua aptidão se a ciência moderna lhes fosse guia”. Nessa linha era abordada a arte chinesa para a elaboração de barcos, sendo citado um de seus portos, no qual “pode o viajante admirar a variedade de construções navais que possui a China”, com “algumas tão sólidas e bem desenhadas que não invejam as mais bem lançadas na Europa”. Em relação a um povo turcomano, a folha ilustrada trazia os seus “xamãs ou padres”, considerando-os como “xamanistas” que “adoram um ser supremo, criador do



mundo, mas indiferentes às ações humanas”, havendo em seus credos “deuses machos e fêmeas, uns bons e que presidem ao governo do mundo e a sorte do gênero humano” e “outros maus”, um deles “reputado, quase tão poderoso como o ser supremo”. Nesse quadro, “os padres são os ministros desse culto bárbaro, cheio de cerimônias e de atrozes sortilégios”<sup>34</sup>.

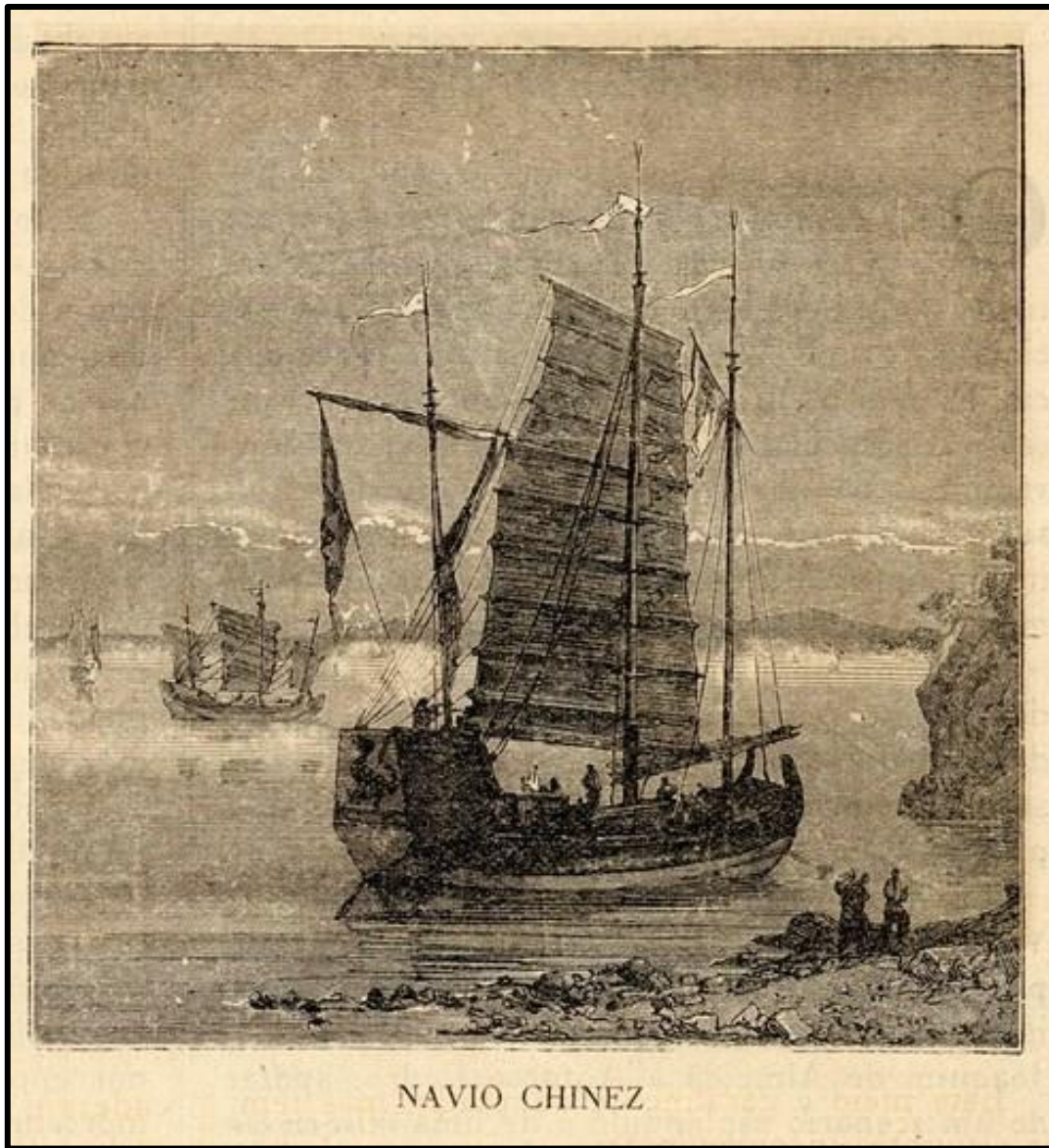
---

<sup>34</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 13 nov. 1884.





CABANA D'OSTIAKS



NAVIO CHINEZ

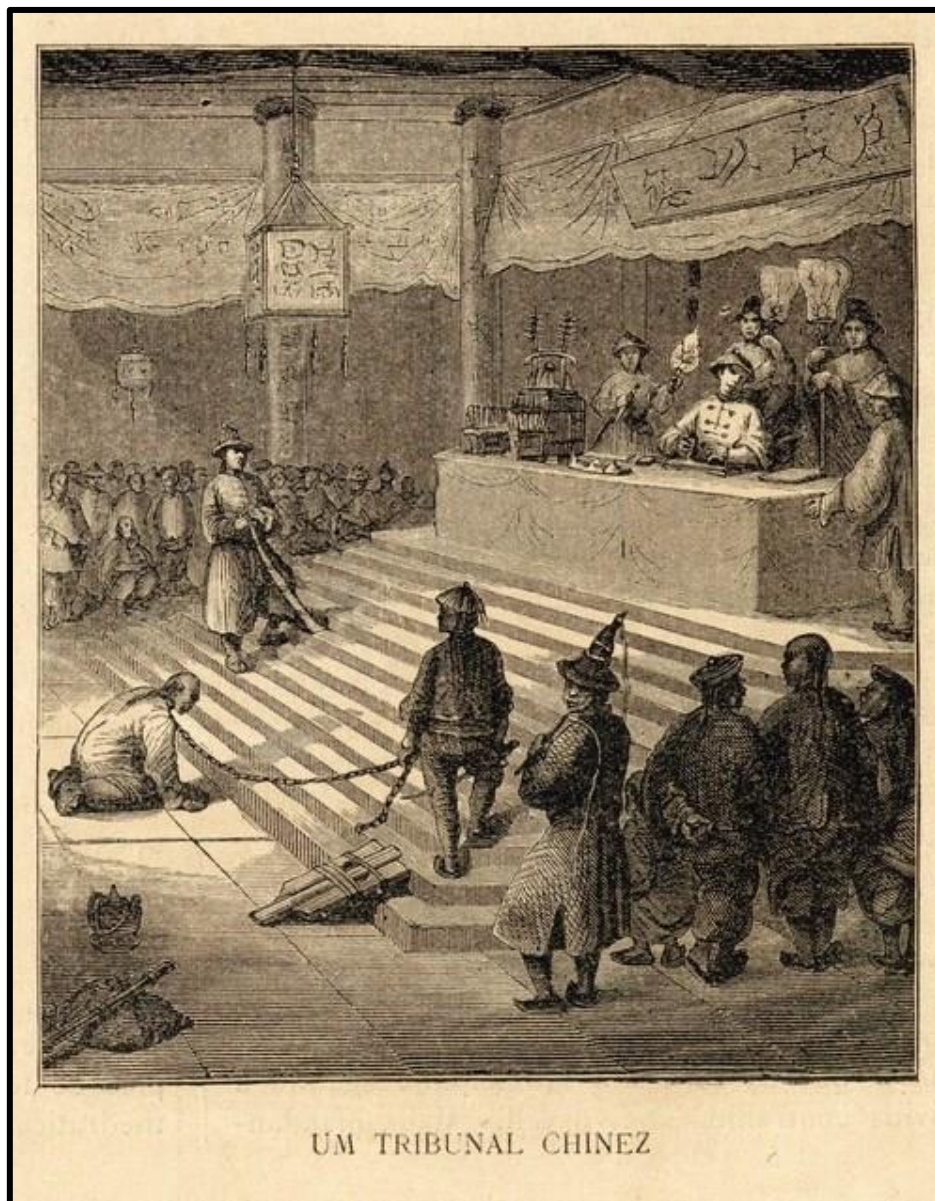


China e Grécia eram as pautas de outro número , de modo que uma das gravuras mostrava “um tribunal chinês”, descrito como “nada” tendo “de notável sob o ponto de vista arquitetônico”. Havia referência ao tratamento dado aos aprisionados, apontados como “um grande número de desgraçados, com os membros descarnados, com a face lívida e cobertos com alguns imundos farrapos”, sendo uns “presos pelo pé com uma corrente soldada a uma enorme pedra, outros metidos em buracos feitos em grossas tábuas, que têm de levar consigo quando andam, outros finalmente com cangas”, tratando-se de um “espetáculo comovente, que se oferece ao visitante destes antros horríveis”. O semanário apontava que “na China a penalidade é tão brutal como é sábia a jurisprudência”, pois, “para os legisladores a escala penal compõe-se quase exclusivamente de bastonadas, como se o homem fosse apenas um animal sensível à dor física, sem brio, sem honra e sem dignidade”, sendo também apontadas como outras “penas mais vulgares a canga, a golilha e a expulsão perpétua”. Quanto a um “*papa* grego” era esclarecido que se tratava apenas de um “qualificativo”, pois os mesmos “não passam de simples padres”. Descrevia “os seus hábitos talares” como “singelos e despretensiosos”, dando “aos que o trazem um caráter de respeitabilidade em harmonia com a profissão”, enquanto “os bispos são mais faustosos nas suas vestes, o que lhes dá uma exterioridade luxuosa e pouco em harmonia com os instituidores do apostolado”, esclarecendo que tal igreja era uma dissidência da cristã, contando com “um número considerável de fieis”. Outro destaque era para uma mulher grega, como exemplo dos “tipos acentuadamente corretos e belos”, a partir da constatação de que “não há no mundo homens e mulheres tão formosos como os gregos”.

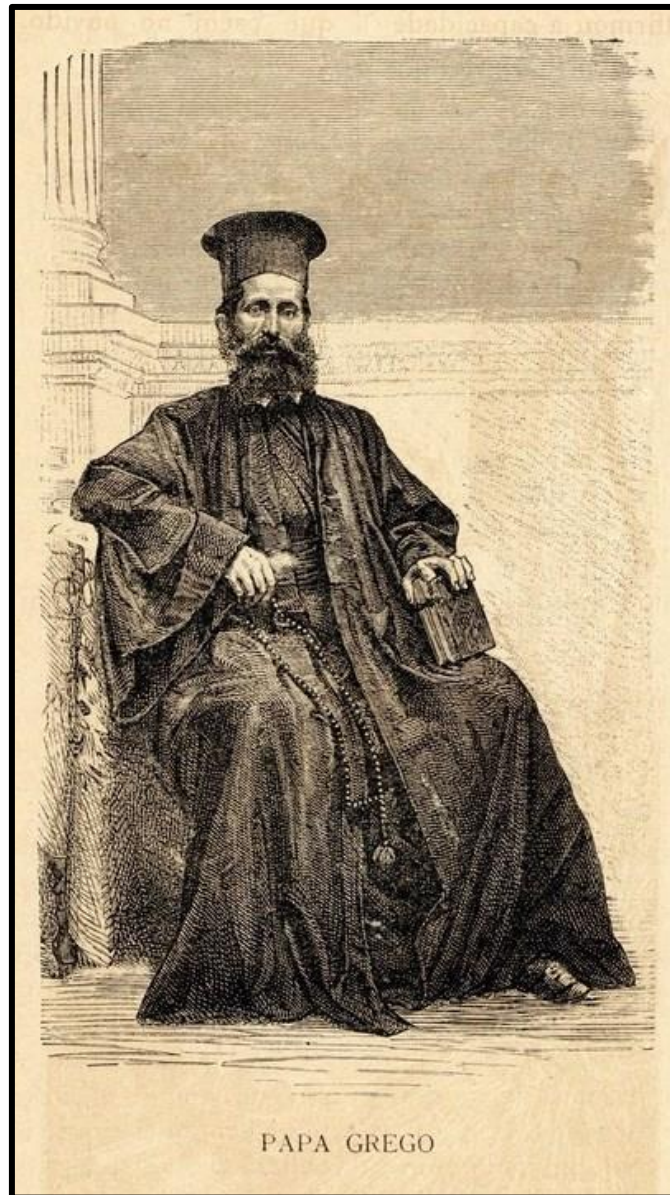
Finalmente eram ressaltadas as atividades teatrais na China, com a indicação de que havia “gosto pelas representações dramáticas”, que “está muito desenvolvido no celeste império”, ainda que não existissem “teatros permanentes” e nem mesmo fosse autorizados. Demarcava que “o governo tolera a sua construção provisória nas praças das cidades, mas por um tempo limitado e na época das festas públicas”. Eram citadas as apresentações em casas de chá e nas casas dos ricos, com o esclarecimento de que “as peças representadas não passam de uma espécie de alegoria, sem merecimento literário, sem concepção artística e sem graça”<sup>35</sup>.

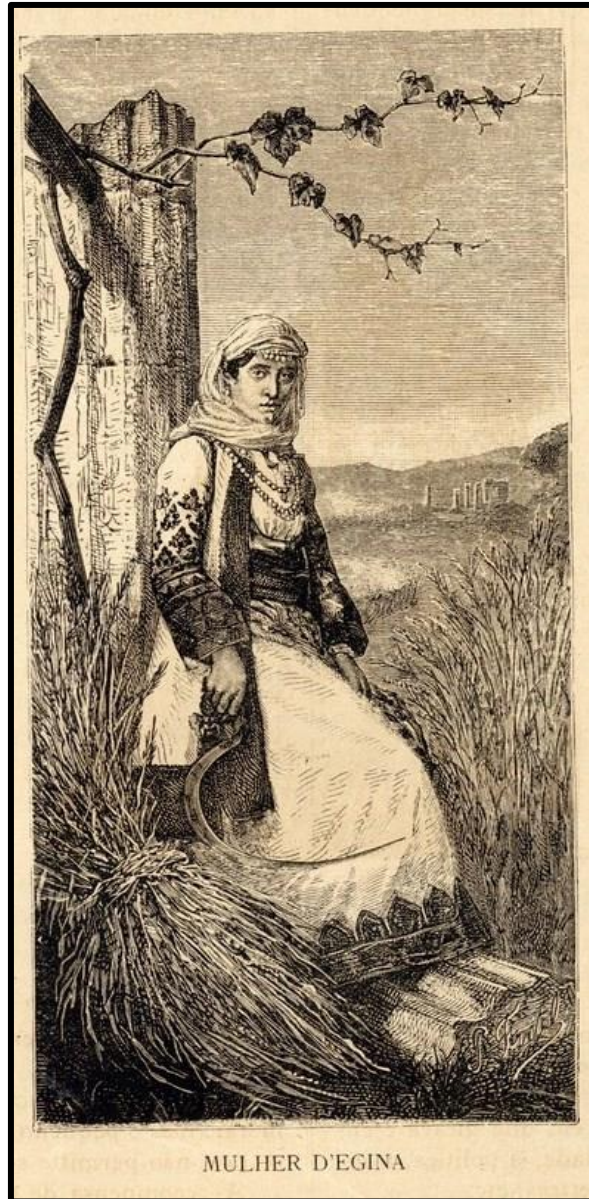
---

<sup>35</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 20 nov. 1884.

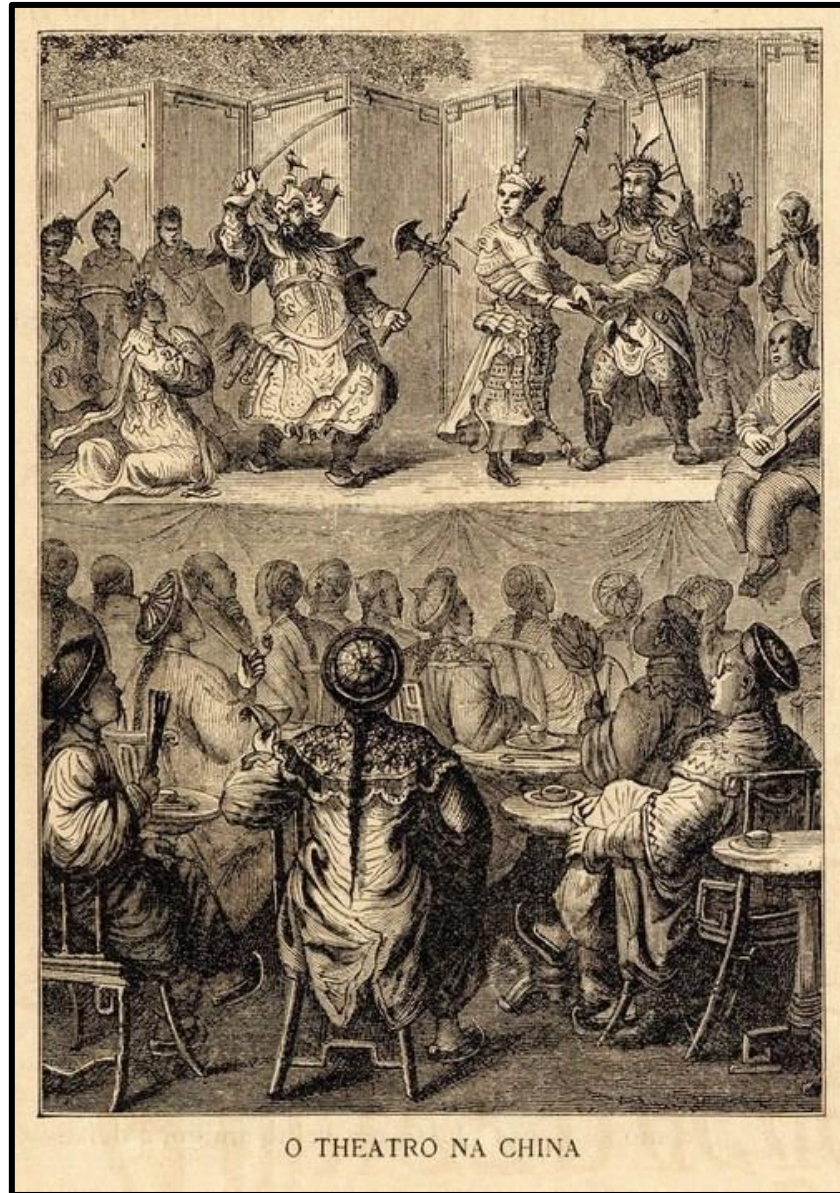








MULHER D'EGINA



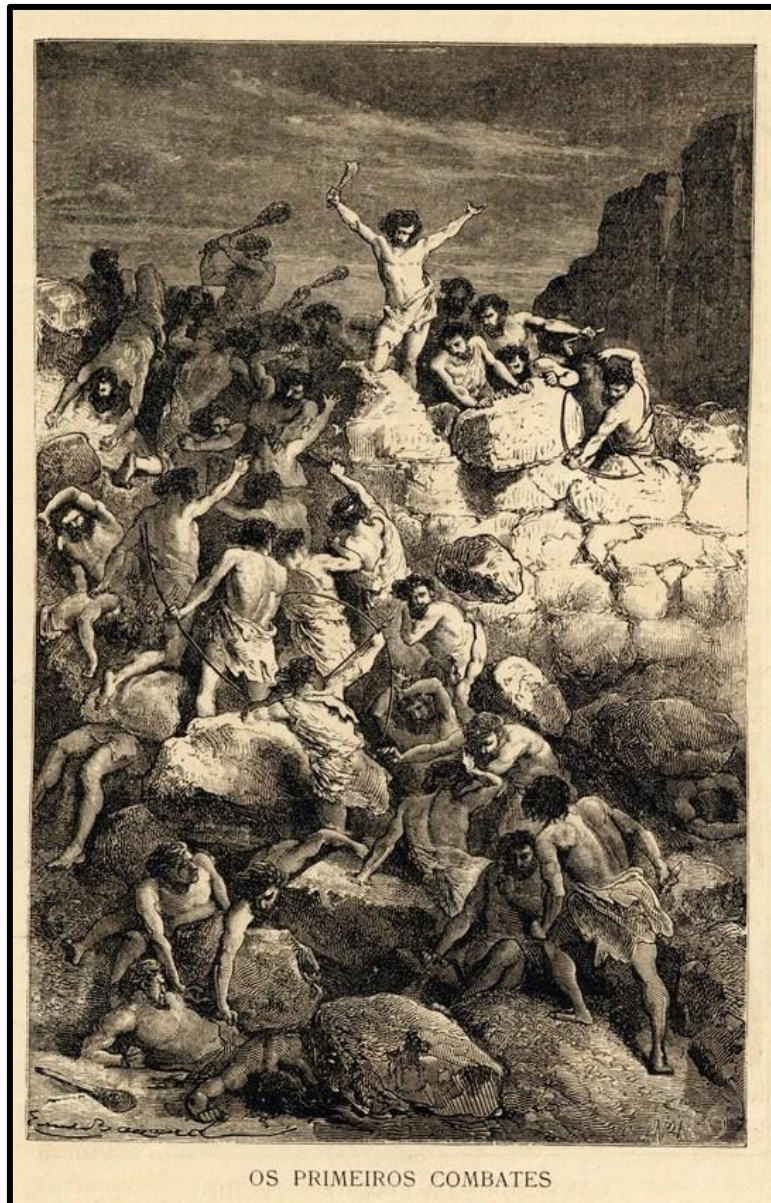
A atenção de mais um número voltou-se para indígenas norte-americanos, que viviam às margens do Missouri e eram descritos como um povo entre os quais “muitos deles têm a pele quase branca, olhos azuis claros, a face oval e quase todos usam o cabelo comprido, dividido em mechas separadas por uma substância viscosa, ou por argila vermelha ou amarela”, sendo que os dois índios retratados estavam “ornados para uma cerimônia religiosa e para um espetáculo público”. Um cenário de enfrentamento bélico na Bélgica pré-histórica foi outro registro iconográfico trazido pelo periódico, referindo-se aos “campos entrincheirados” que “datam da idade da pedra”, apresentando detalhes da estratégia empregada com base na utilização do terreno, no caso, um “vale escarpado”. Dessa maneira, o semanário pretendia apresentar aos leitores aquele “sistema primitivo, que foi ainda aproveitado pelos romanos e outros povos”. A outra gravura representava “a invenção da fiação e do tecido na época do bronze”, explicando o funcionamento do primitivo mecanismo, apontando que “a arqueologia tem feito descobertas importantíssimas”, havendo em instituição museológica “um grande número de exemplares de dentes de cardas ou pentes de que naquela época se usava para o fabrico de linhos”. Ainda foi publicada representação iconográfica de um grupo de birmaneses nobres, referindo-se a um povo que “não têm tão pronunciados os caracteres da raça amarela, possuindo “o nariz menos achatado, o corpo mais bem feito e a estatura mais elevada”. Eles teriam adquirido “em cedo uma grande civilização, mas ficaram estacionários, e, comparados com os povos da Europa e América, atualmente podem considerar-se azarados” e levaram “a um grau superior de

adiantamento certas artes químicas e mecânicas e ainda hoje as nações mais cultas não podem competir com eles nessas artes”<sup>36</sup>.

---

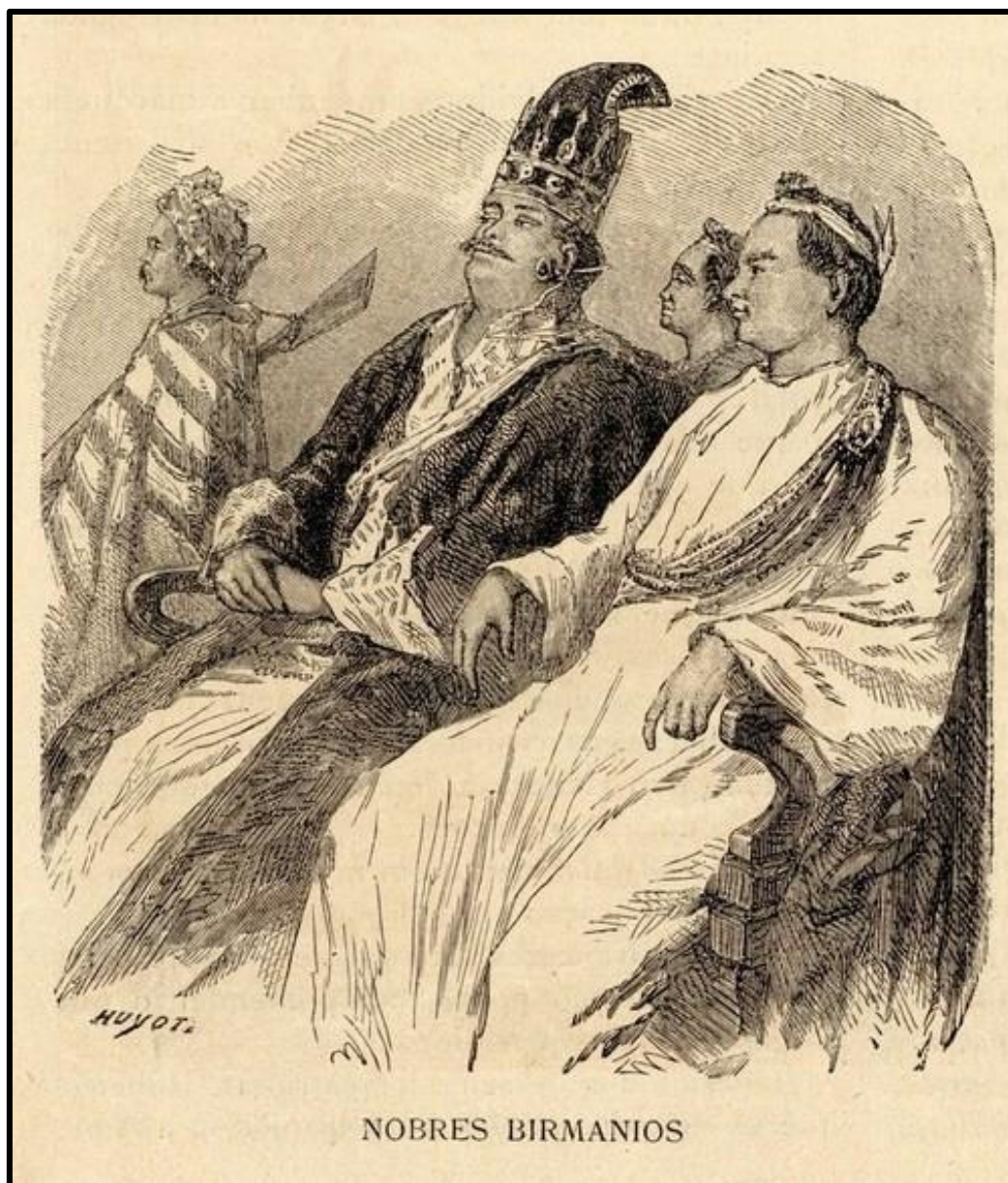
<sup>36</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 27 nov. 1884.









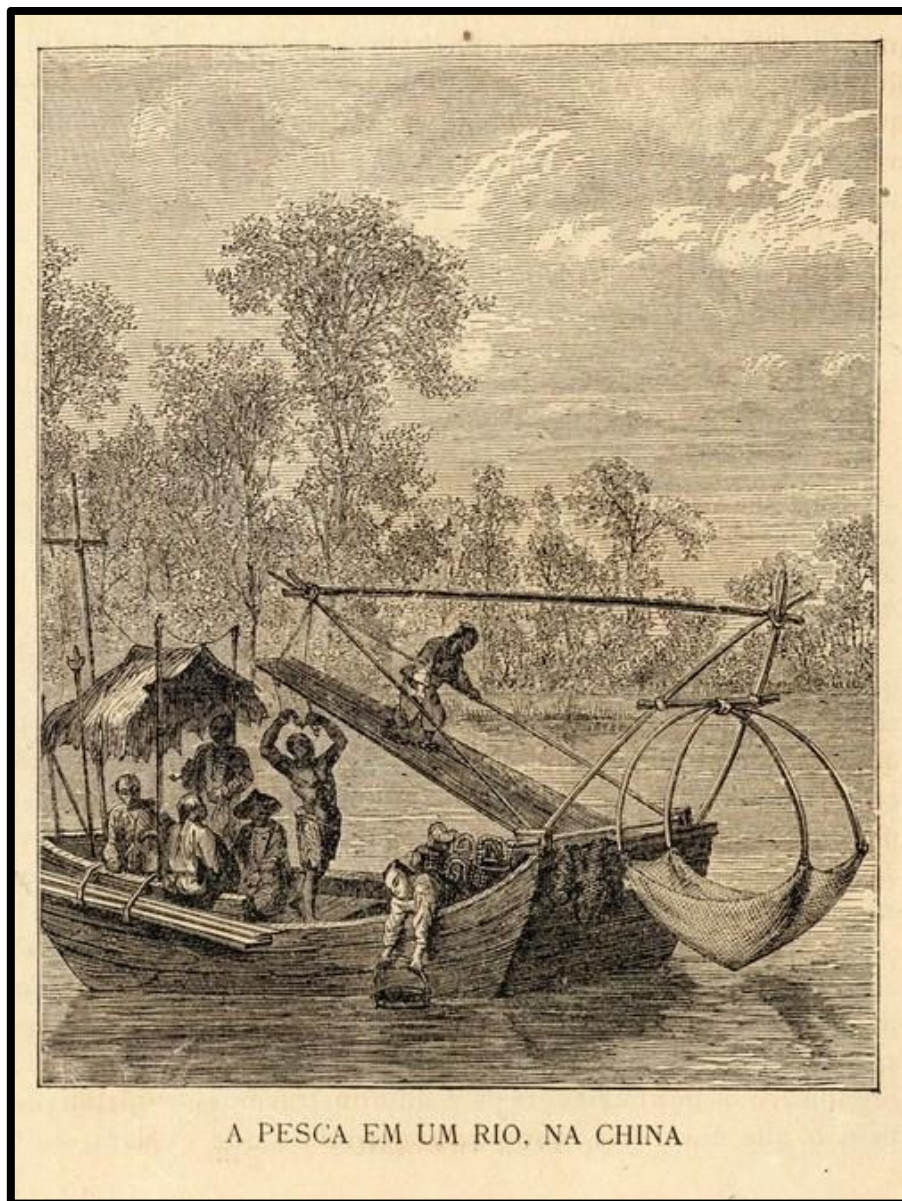


Uma cena do extremo-orientes foi outra ilustração do hebdomadário lisboeta, representando “uma pescaria em um rio da China”, com a explicação de que “os chineses são engenhosos em tudo e os processos que empregam para pescar bastariam para demonstrar a sua habilidade”. A estampa pretendia mostrar “perfeitamente o modo como a rede é lançada e levantada do rio”, sendo detalhado o processo pesqueiro, e destacado que “a indústria piscatória emprega um sem-número de indivíduos de ambos os sexos”. O protagonismo de mais uma gravura foi para um soldado francês, considerado, “fisicamente”, como “um modelo perfeito”, pois “nem grande, nem pequeno, o corpo é admiravelmente proporcionado e se não é capaz de uma grande ação muscular é pelo menos constituído de forma”, que tinha condições de “vantajosamente lutar contra a fadiga e contra pesados exercícios”. O indivíduo era ainda descrito como “ágil e nervoso, destro e desembaraçado”, sendo “tão pronto no ataque como na defesa, e, sobretudo, é distinto pela coragem e pela bravura”. Dizia também que “na história da França encontram-se exemplos de heroicidade, que colocam os soldados daquela nação no plano superior da glória, porque não há feitos militares que possam comparar-se com os deles”. Os primórdios da expressão humana do “sentimento da arte” foram a pauta de outra ilustração, apontando para “uma circunstância notável” pela qual “o sentimento artístico parece ter sido a partilha das populações que habitavam o sudoeste da França”, com a produção de “desenhos e esculturas”. Um mamute era o foco da parte ilustrada, explicando que de tal animal “se têm encontrado cadáveres inteiros, perfeitamente conservados nos gelos das costas da Sibéria”. Referia-se a uma época em que “os gelos adquiriram um notável crescimento”, restando “apenas

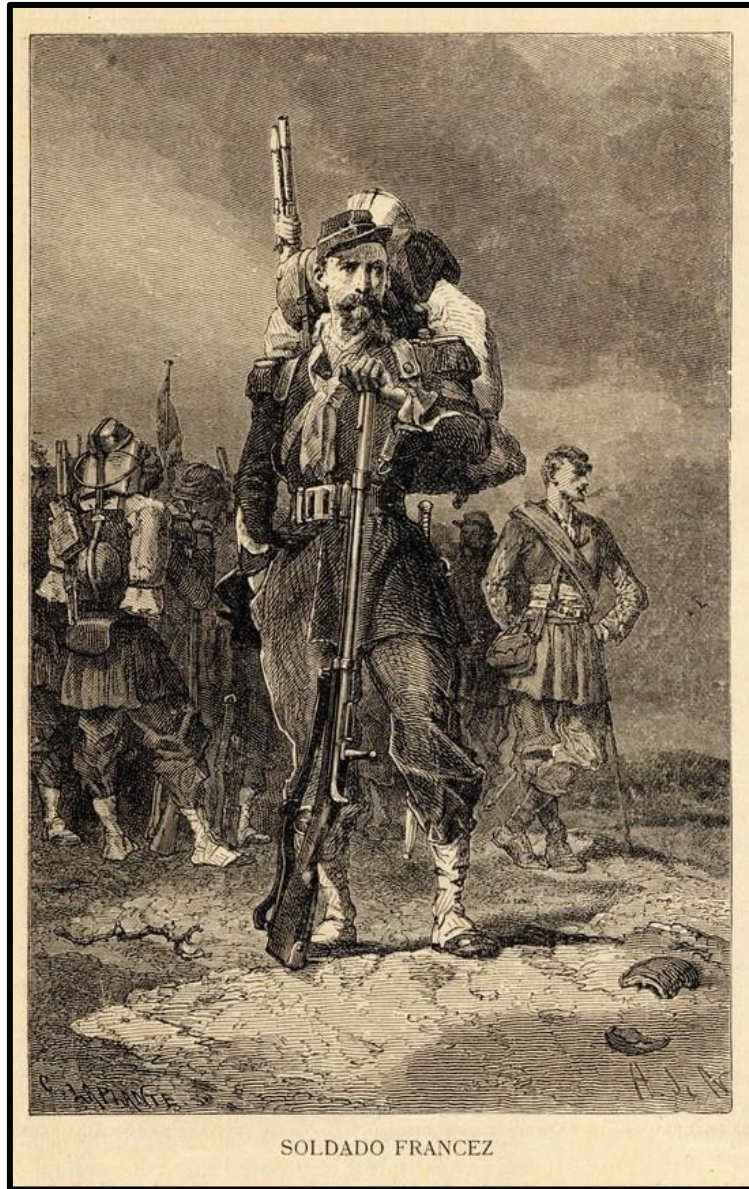
alguns platôs”, que “deram asilo aos homens e aos animais, que fugiam ante aquele frio mortal”, tendo o mamute desaparecido “nesse cataclismo de gelo e com ele outras espécies, cujos gigantescos esqueletos têm aparecido”. Detalhava que “este grande fenômeno foi denominado de *período glaciário*, e provocou o aniquilamento de muitas gerações de animais”, em um quadro pelo qual “o homem, tão mal defendido contra esse inverno universal e súbito, sofreu muito durante este período”, mas soubera “resistir aos ataques da natureza revoltada, e a espécie humana, ao inverso do que sucedeu a outras espécies animais, não pereceu totalmente”<sup>37</sup>.

---

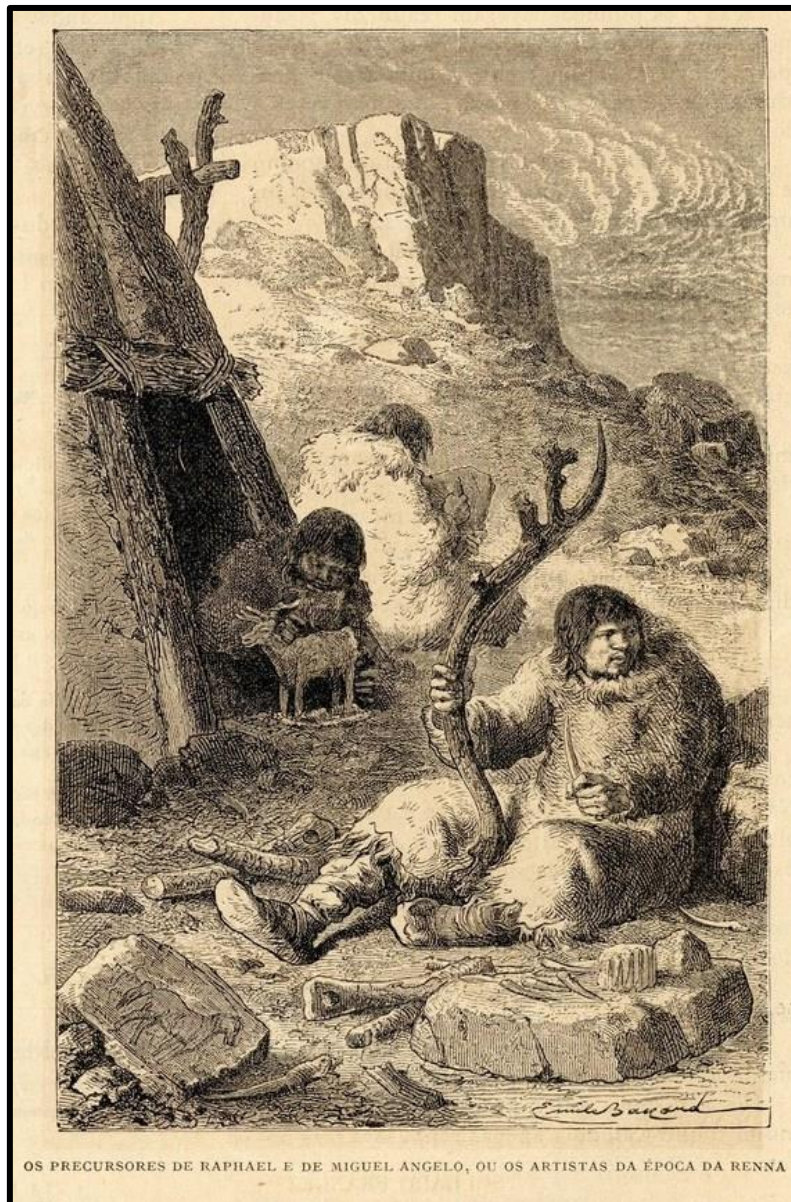
<sup>37</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 4 dez. 1884.

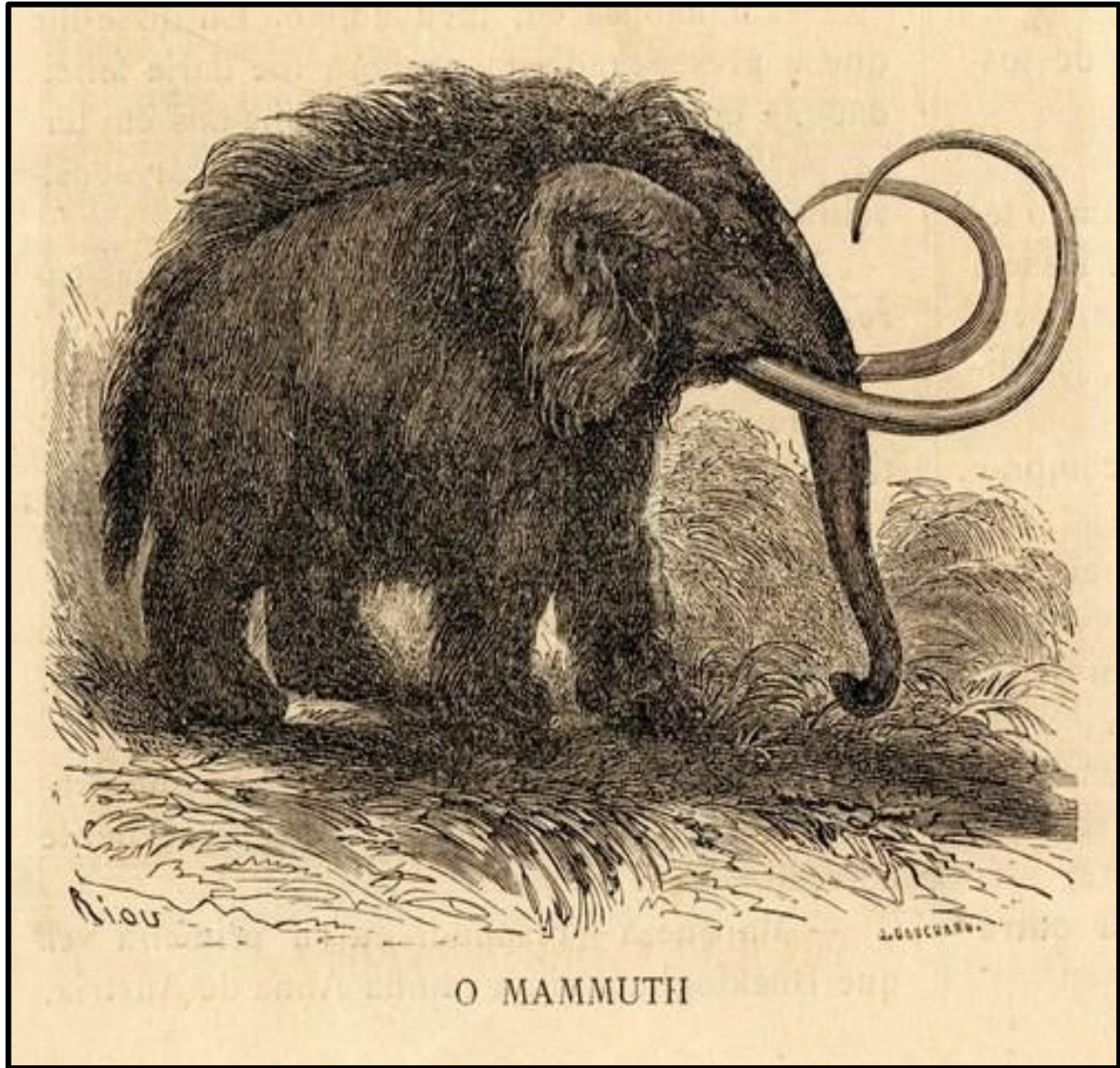


A PESCA EM UM RIO, NA CHINA



FRANCISCO DAS NEVES ALVES





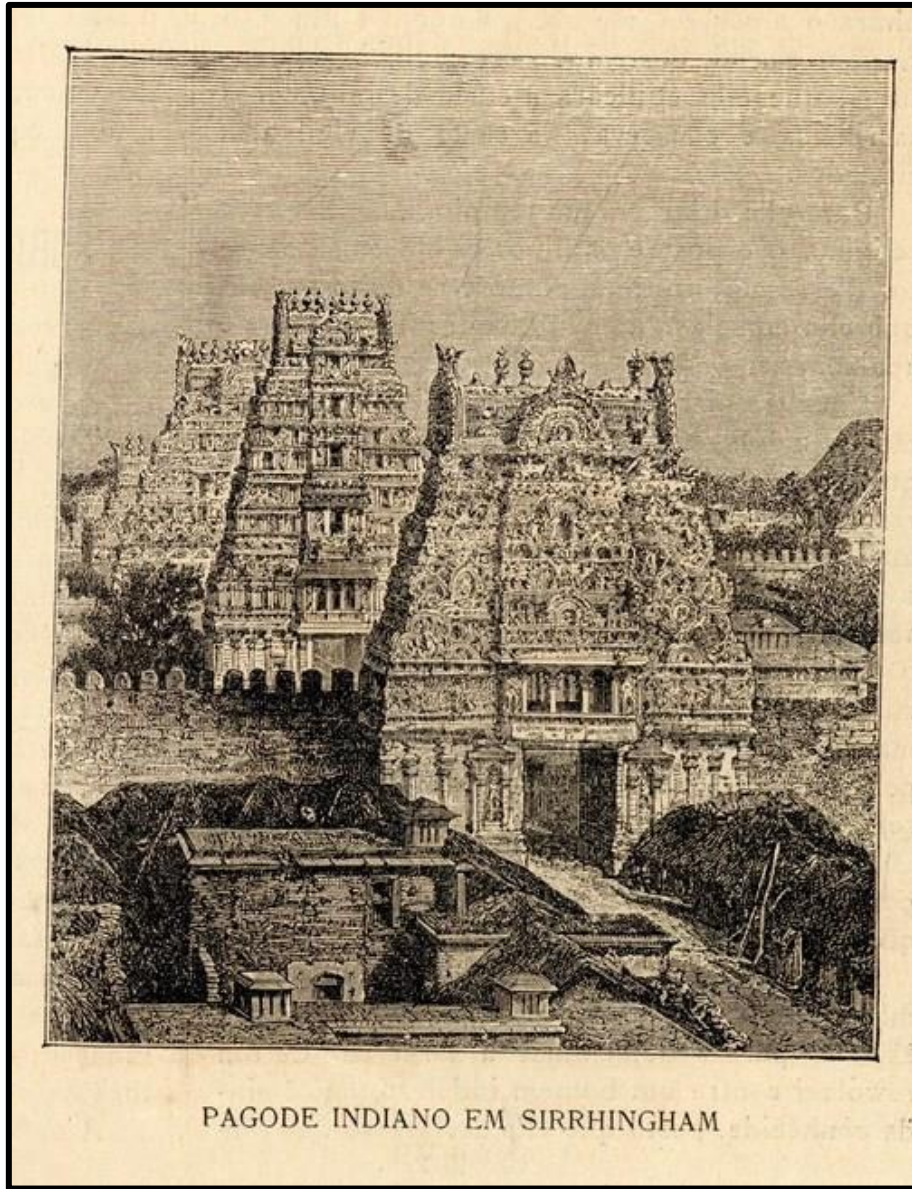
Foi apresentado também um pagode indiano, descrito como um “monumento admirável pelos seus primores artísticos e pela solidez e elegância da sua construção”. Os hindus eram definidos como “supersticiosos”, com “uma imaginação viva, nunca subordina à educação alguma racional”, devendo “essas superstições grosseiras” à “religião, com todo o seu cortejo de divindades impuras”. Entre eles, “a timidez de caráter preservou-os desse fanatismo brutal, que caracteriza os muçulmanos e por isso a sua religião é respeitada e as suas crenças são sinceras”. Tal religião seria caracterizada “pelos seus sonhos fantásticos e pela sua poesia grosseira”, sendo fascinados pela “imaginação e as cerimônias do culto, ao passo que lhes lisonjeiam as paixões, divertem-nos”. A folha descrevia ainda que, entre os indianos, “a metempsicose contribui para essa tendência natural do espírito para a vida contemplativa e indolente”, de maneira que “o templo é para eles um monumento sagrado e por isso empregam nele todas as ostentações da arquitetura”, compreendendo verdadeiras “maravilhas”. A Armênia esteve em alta em uma das edições de *A Ilustração Popular*, ao mostrar um “rapaz nobre” de tal país, sendo os armênios descritos como “notáveis pela sua beleza física”, com uma linguagem que se “aproxima da dos mais antigos dialetos da raça árica e a sua história liga-se à dos medas e dos persas por muito velhas tradições”, de modo que eles “têm a pele branca, os olhos e os cabelos pretos e as feições mais perfeitas que as dos persas”. Segundo o periódico, “o clima da Armênia é geralmente frio, todavia nos vales e nas planícies o ar é mais temperado e o solo mais fértil”, e o seu habitante “torna-se notável pelo seu caráter grave, laborioso, inteligente e hospitaleiro e é excelente comerciante”. Na mesma linha, trouxe a gravura de “uma dama da Armênia”,



detalhando que “as mulheres daquela região são formosas, elegantes e inteligentes e vestem-se como as senhoras europeias, as quais nada ficam a dever em dotes de espírito e em fina educação”, sendo “formosas como as circassianas, espirituosas como as francesas, elegantes como as andaluzas, castas como as inglesas, instruídas como as alemãs”, constituindo “a síntese de toda aquelas perfeições, o ideal das mulheres”. Ao final aparecia “uma donzela turcomana”, com a especificação de que tal mulher tem “as maçãs do rosto mais salientes e a sua cor é muito branca”, com “cabelos abundantes, mas curtos” e, “para aumentar o comprimento das tranças, ligam-lhes pelos de cabra e cordões, que enfeitam com fitas e esferas de prata”. Quanto à indumentária, “a cabeça é coberta por um cubo, por cima do qual põem um véu de seda ou de algodão, caído sobre as espáduas”, sendo “tudo seguro por uma espécie de turbante da largura de três dedos, no qual são cozidas pequenas lâminas de prata” e “as joias, colares, braceletes e cadeias são tão abundantes no vestuário das turcomanas, que quando uma dúzia delas vai à fonte faz um ruído semelhante ao tocar de campainhas”<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 11 dez. 1884.



PAGODE INDIANO EM SIRRHINGHAM



UM RAPAZ NOBRE DA ARMENIA



UMA DAMA DA ARMENIA



DONZELLA TURCOMANA

Um etíope esteve em foco, ao mostrar um “fuzileiro abissínio”, referindo-se à etnia como pertencente à “raça branca” e à “família semítica”. O “abissínio árabe” era descrito como tendo “rosto oval, nariz delgado e bem contornado, boca graciosa com lábios finos, olhos vivos, dentes formosos e cabelos um pouco frisados, e uma estatura bem proporcionada”, enquanto o “abissínio negro” distinguia-se “pelos olhos rasgados lateralmente e pouco animados, pelos cabelos muito encarapinhados, quase lanosos e por tal modo espessos que se mantêm levantados na cabeça”. O salão de um residência armênia foi também abordado, para trazer dados sobre a Armênia, considerada como “um país privilegiado, não só pelas suas condições climatéricas, como pela fertilidade do seu solo”, com “os cereais, os vinhos, as frutas, o tabaco e o algodão” dando “abundantes colheitas”. Ainda quanto às potencialidades e riquezas de tal país era dito que “nas montanhas encontram-se jazigos de ouro, prata, cobre, ferro e chumbo”, mas os mesmos “têm sido pouco explorados”, havendo destaque também para a criação de cavalos e a exploração da cochinilha, sendo também “a flora armênia rica em variedades”. Houve também uma caracterização do “caráter dos povos da Armênia”, descrito como “afável, hospitaleiro, grave e inteligente”, vivendo os seus habitantes “na maior parte com invejáveis comodidades e meios de conforto apeteceíveis”. Uma “tenda de árabes nômades” servia igualmente para descrever tal povo, com a afirmação de que os mesmos “distinguem-se pelo perfil alongado, pelo nariz aquilino, pela linha das maxilas um pouco reentrante, pela boca pequena, pelos dentes bem dispostos, pelos olhos um pouco cavados, pela elegância das formas, pelo apurado dos sentidos” e ainda “pela inteligência brilhante e pelos sentimentos profundos e

perseverantes”, sendo ainda destacadas a sua “conformação craniana” e o “desenvolvimento das circunvoluções do cérebro”. O semanário dizia que “os árabes ou vivem em tribos sedentárias, como os cultivadores, ou são nômades, como os pastores”, em um quadro pelo qual, “os beduínos, filhos do deserto, são ágeis, sóbrios, valentes e, apesar de franzinos, suportam com facilidade as fadigas e as privações da sua vida errante”, além de possuir “um ar desconfiado e feroz”; ao passo que “os agricultores são mais altos e de uma aparência mais robusta”. Com a ilustração de “um jovem príncipe”, a publicação ilustrada referia-se ao Reino de Siam, cujos moradores seriam reconhecidos “pelos seu andar desleixado e preguiçoso e pela sua fisionomia servil”. Eles teriam “quase todos o nariz achatado, as maçãs do rosto salientes, o olhar sem inteligência, narinas largas, a boca grande, os lábios ensanguentados pelo uso do betel e os dentes negros como o ébano”, usando “a cabeça completamente raspada, excetuando o alto, onde deixam crescer uma espécie de penacho”; aparecendo ainda com “os cabelos pretos e ásperos” e adorando “as joias”, que “conquanto brilhem, pouco lhes importa que sejam lisas ou falsas”<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 18 dez. 1884.

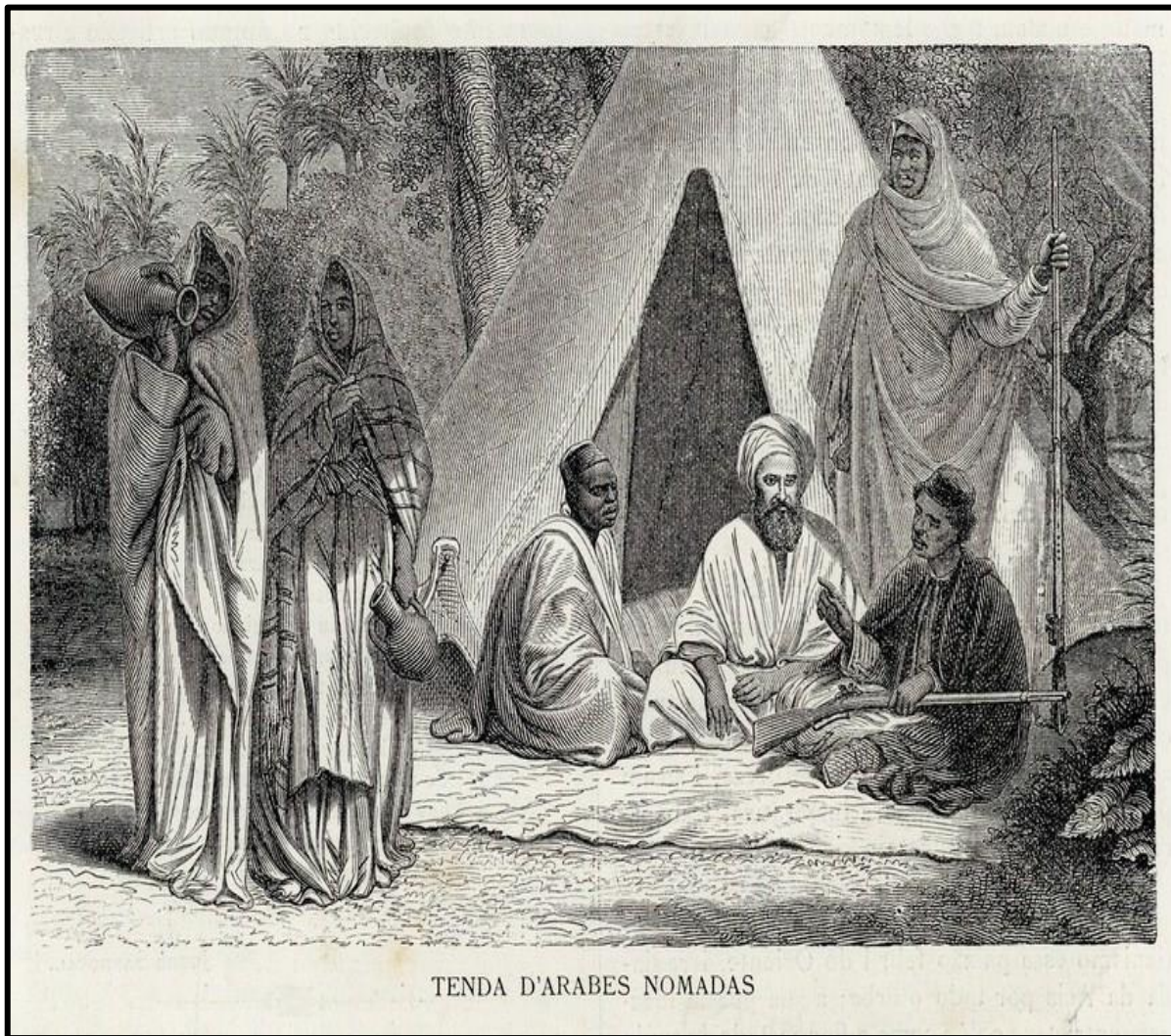


FUZILEIRO ABYSSINIO





SALÃO D'UMA CASA NA ARMENIA



TENDA D'ARABES NOMADAS



JOVEN PRINCIPE DE SIAM

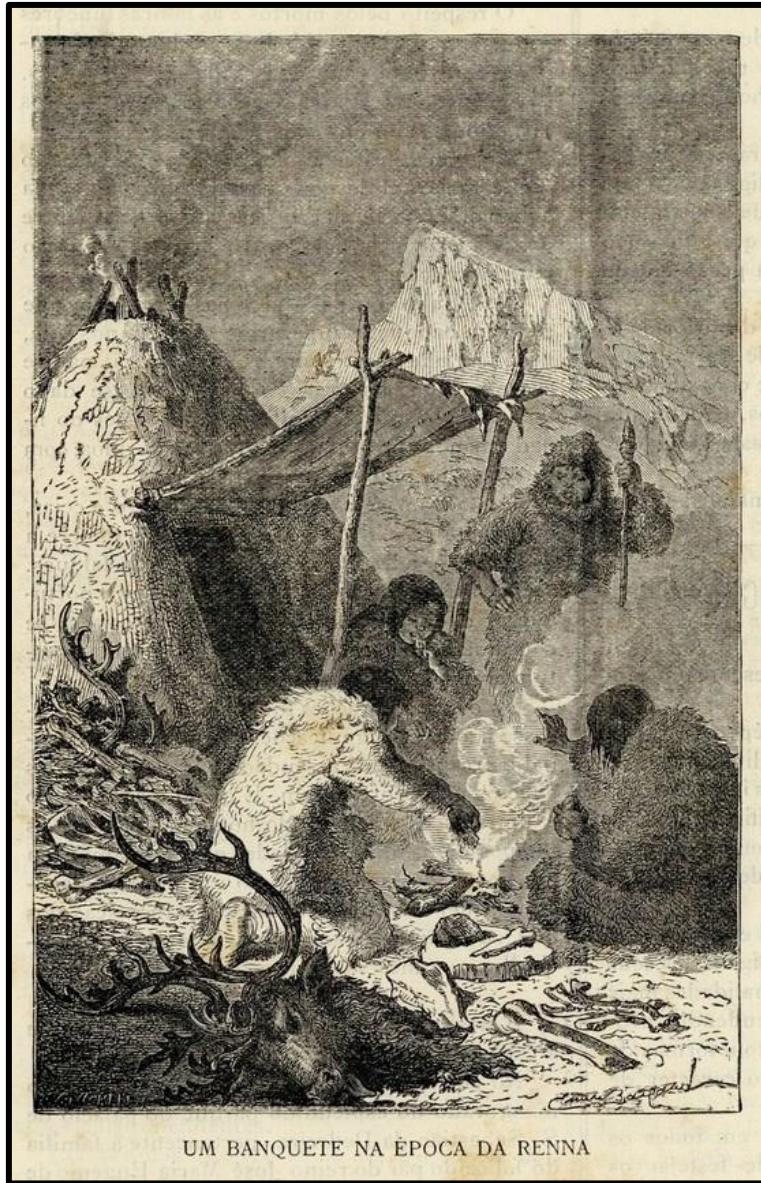
Os tempos pré-históricos dominaram os registros iconográficos da última edição de *A Ilustração Popular*. Primeiramente foi apresentado “um banquete na época do bronze”, acompanhado da explicação de que “a ciência classificou por épocas a história da humanidade para assim facilitar o estudo dos fatos, que se relacionam com as investigações arqueológicas”, surgindo daí “a classificação da idade da pedra, da idade do bronze e outras, que foram adotadas e pelas quais se designam uns determinados tempos históricos”. A publicação dizia que “o homem é um animal sociável e por isso em todas as épocas se encontram vestígios dos seus agrupamentos, constituindo nacionalidades mais ou menos numerosas” mantendo “independência própria, com leis e costumes seus e com formas de governo acomodadas à índole e ao caráter de cada um”. Nesse quadro, apontava que “os banquetes foram sempre e em todos os tempos uma maneira solene de festejar os acontecimentos notáveis quer da coletividade – nação – quer da coletividade – família – e “a civilização não alterou o costume, embora o modificasse na forma”, como demonstrava a gravura, que estaria a “acusar a rudeza dos costumes daquela época remota, mas afirma inquestionavelmente que já então os banquetes eram usados para comemorar os grandes acontecimentos”. Mantendo a linha da inter-relação entre sociabilidade e alimentação, o periódico trazia ilustração que representava “um banquete funerário em remotas eras históricas”, dissertando que “o respeito pelos mortos e as honras fúnebres são coevas da humanidade e da história de todos os povos”, de maneira que, “nos anais de todas as civilizações, se encontram vestígios da consideração que os vivos prestam aos mortos”. Sobre isso, afirmava que tais “manifestações de saudade e de respeito variavam de povo

para povo, como ainda agora diferem de nação para nação e até de província para província e de povoação para povoação”, citando alguns exemplos dessas discrepâncias no contexto português. Ainda tecia outras considerações sobre o tema, demarcando que “as comemorações fúnebres, quando não tivessem outras significações, bastava, para torná-las respeitáveis, a saudade que as inspira, os afetos que representam”, pois, “como o sentimento é um dos distintivos do homem, em todos os tempos e em todas as idades ele se manifestou em honra dos mortos, como um preito de saudade”, fosse “comemorando ações heroicas dos que se finaram”, fosse “traduzindo o amor daqueles que lhes sobreviveram”. A última ilustração publicada pelo hebdomadário reproduzia “a caça da rena na idade da pedra”, explicitando que tal mamífero constituía “a principal alimentação dos povos do norte, alguns dos quais quase que vivem exclusivamente da caça desses quadrúpedes”. Especificava que o ato de caçar trazia riscos, como no caso de “leão, tigre, leopardo ou pantera”, que “defendem a vida com a agilidade e a força que os tornam temíveis”, ao passo que “a rena é um animal covarde, pouco ágil, que não sabe defender-se, e que procura unicamente na fuga a salvação”<sup>40</sup>.

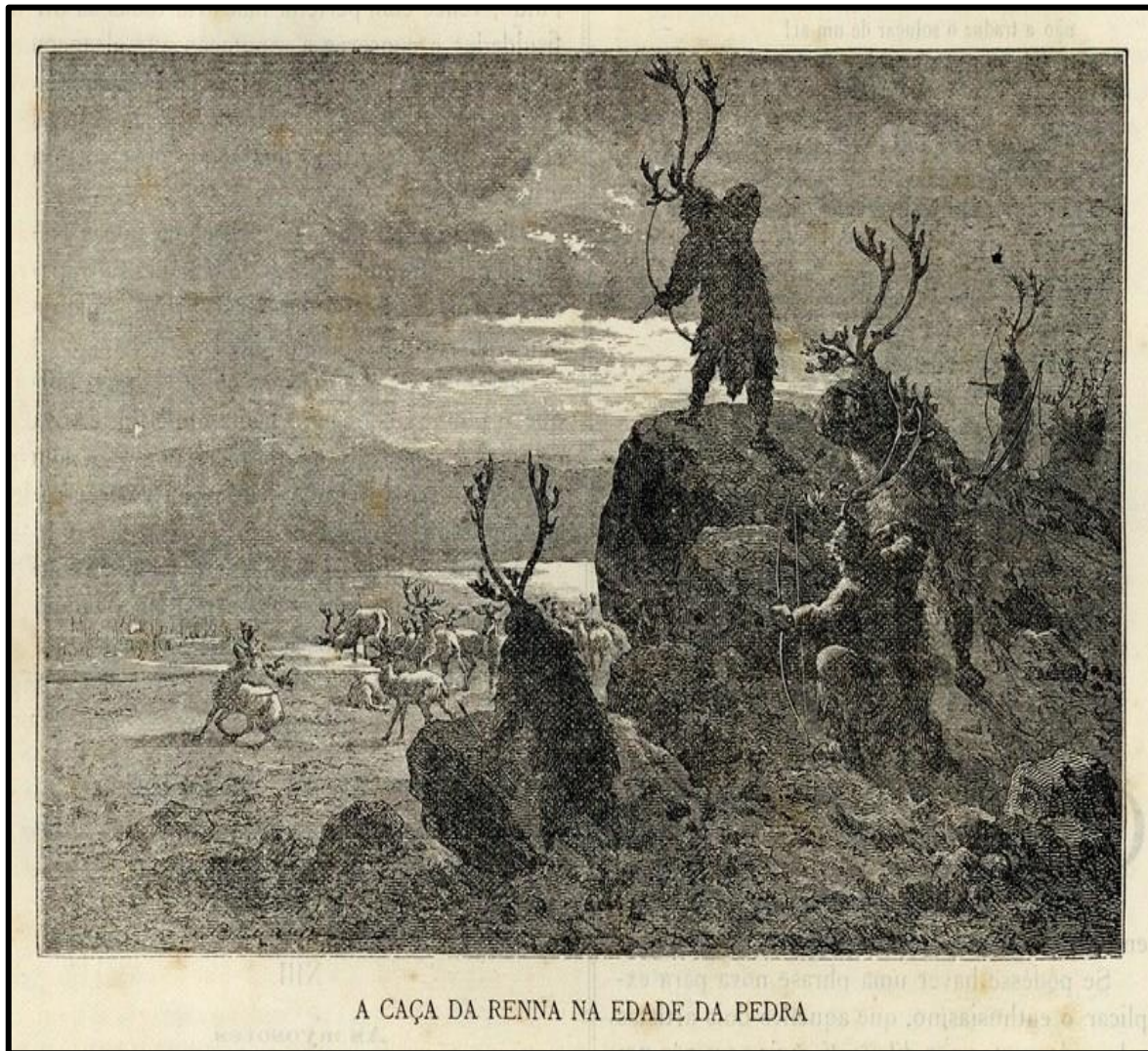
---

<sup>40</sup> A ILUSTRAÇÃO POPULAR. Lisboa, 25 dez. 1884.



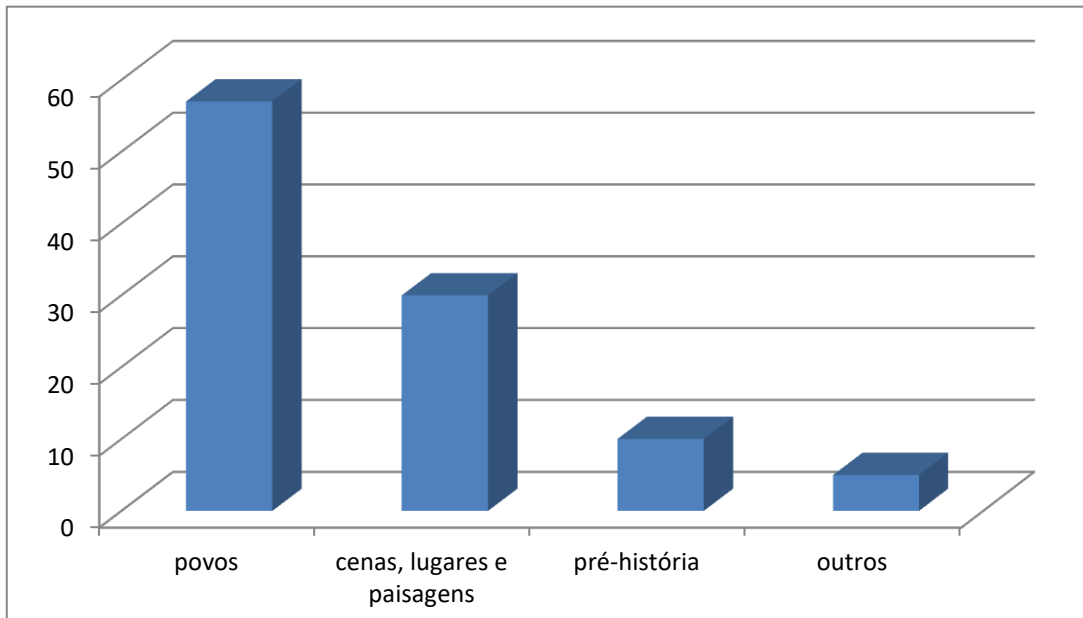


UM BANQUETE NA ÉPOCA DA RENNA





Ao longo de sua existência, *A Ilustração Popular*, contemplando sua proposta editorial e acompanhando seu próprio título, dedicou amplo espaço à divulgação de material iconográfico, sempre acompanhado das respectivas narrações pormenorizadas, escritas na seção denominada “Descrição das nossas gravuras”, que explicavam e detalhavam as ilustrações apresentadas. Foram mais de cem inserções imagéticas, envolvendo temas diversificados, que podem ser categorizados em povos; cenas, lugares e paisagens, pré-história e outros com menor incidência, como meios de transporte e mesmo uma representação da “inocência”, distribuídos como demonstra o seguinte gráfico:



As imagens publicadas no livro e suas respectivas descrições trazem consigo vários dos elementos constitutivos da literatura de viagem, tanto que o próprio periódico citou diversos livros publicados sobre essa temática. Assim, tais registros refletem uma perspectiva calcada nos moldes de fatores propalados como o “progresso” e a “civilização” ocidental, trazendo em seu âmago uma visão eurocêntrica. Elaborados a partir de centros identificados como avanços civilizatórios, várias narrativas apontaram para o que consideravam como atrasos e anacronismos, observando as diversidades como excentricidades, exotismos e extravagâncias, vistas a partir de um misto de admiração, surpresa e preconceito<sup>41</sup>. Tais abordagens eram impulsionadas pelo desejo de conhecimento e de expressar aventura, resultando em registros iconográficos e textuais seletivos, referindo-se ao “notável”, o “memorável”, o “pitoresco” e o “diferente”<sup>42</sup>.

A partir dessas exposições/descrições se estabelece a experiência para com o estranho e o outro, trazendo também consigo a formação de novos horizontes de pensamento e imaginação<sup>43</sup>. Esse gênero literário (e também jornalístico) estimulou o fascínio pelo *outro*, servindo para, a partir da

---

<sup>41</sup> ALVES, Francisco das Neves. O olhar do cronista europeu sobre o Brasil: um estudo de caso. In: ALVES, Francisco das Neves. *Diversidades, identidades e o ensino da História*. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2013. p. 33-35.

<sup>42</sup> RITA, Annabela. *No fundo dos espelhos [III] – em visita*. Porto: Caixotim Edições, 2007. p. 272.

<sup>43</sup> AUGUSTIN, Günther. *Literatura de viagem na época de Dom João VI*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. p. 20-21.

observação obter-se informações e aprender<sup>44</sup>. Ao olhar para ambientes externos, o narrador pretende verificar se os códigos de conduta dos nativos se ajustam ao modelo exemplar do estrangeiro. Ocorre assim um encontro entre duas culturas que progressivamente adquire as características de um conflito, travado entre a civilização e a selvageria. Esse último estágio era associado a uma ideia central de ociosidade anárquica, uma vez que, dentre seus integrantes emergiria o esboço do ser humano incompleto, ou seja, aquele que deixava de estabelecer contatos sociais, não possuindo leis ou deliberando em praça pública, além de não semear os campos ou morar em cidades. Nesse sentido, os elementos observados passavam automaticamente a carecer dos atributos que tipificam o civilizado, sendo observados como “indolentes”, já que só aproveitavam-se dos dons da natureza para saciar suas necessidades diárias<sup>45</sup>.

Tal dicotomia entre aquele que era considerado selvagem e o outro, civilizado ficavam evidenciada nas imagens e textos apresentados no semanário ilustrado lisbonense. Exemplificativamente, em relação a um dos povos africanos, o mesmo era qualificado como belicoso e antropófago, enquanto outro era descrito por seus “penteados esquisitos”. Em outra abordagem o periódico se referia aos “grosseiros emblemas da ignorância daqueles povos selvagens”, ao passo que os birmaneses eram vistos como

---

<sup>44</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. Literatura de viagem: experiência e comunicação de novas ideias. In: QUINTEIRO, Sílvia; BALEIRO, Rita & SANTOS, Isabel Dâmaso (orgs.). *Turistas, viajantes e lugares literários*. Faro: Universidade do Algarve, 2016. p. 162.

<sup>45</sup> GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 26-27.

“menos civilizados e distinguem-se pela indolência do seu caráter”. Em uma de suas análises, o hebdomadário comentava que “os negros não são, como muita gente supõe, completamente destituídos de faculdades intelectuais”, apesar do que, “a abertura do ângulo facial e o desenvolvimento do cérebro dão à raça branca uma grande superioridade”, ainda que chegasse a constatar que isso “não pode traduzir pela incapacidade do negro”. A folha apontou ainda “o atraso intelectual em que se encontram aqueles povos” e, quanto aos povos da Nova Caledônia, narrava a presença de uma “dança grotesca” e “exercícios coreográficos tão originais como desgraciosos”. Já os chineses eram apresentados como “povo cético e medroso”, que “não crê na glória, nem aprecia o poder das armas, só confia na proteção das suas muralhas e dos seus redutos”, pois, “em campo aberto, são incapazes de fazer frente ao inimigo”. Em comparação os europeus tinham um outro tratamento, com suas “formas elegantes e talho esbelto, o passo pesado e a fisionomia austera”, constituindo “os exemplares mais perfeitos da raça humana”.

Essa abordagem também era verificável no tratamento dado às figuras femininas da Europa e fora dela. Nesse quadro, a andaluza era considerada como “incomparável”. A italiana era vista como “o tipo característico da raça latina”, caracterizada como portadora de “linhas da fisionomia belas e puras e corretas”. As albanesas eram descritas como de “uma elegância distinta, que as torna ainda mais sedutoras”, sendo “tão formosas que podem competir em elegância com as mais belas da Europa”. As norueguesas eram apontadas como “bonitas e elegantes”. As armênias, por sua vez, seriam “formosas, elegantes e

inteligentes e vestem-se como as senhoras europeias, as quais nada ficam a dever em dotes de espírito e em fina educação” e, em comparação, eram “formosas como as circassianas, espirituosas como as francesas, elegantes como as andaluzas, castas como as inglesas, instruídas como as alemãs”, expressando “a síntese de toda aquelas perfeições, o ideal das mulheres”. Em versão contrária, o semanário referia-se ao “aspecto repugnante da maior parte das pretas”, as quais, “além de feias, vestem-se de uma maneira tão exótica, que ficam ainda mais horrorosas”. Na mesma linha, dizia que “as mulheres, se não fossem pretas, podiam chamar-se bonitas, porque as suas feições são distintas e corretas”. Em relação aos moradores da Nova Caledônia, afirmava que “os homens são muito feios e as mulheres ainda mais”, usando elas “o cabelo raspado e os lóbulos da orelha horripelantemente furados ou retalhados, o que lhes dá um aspecto repelente”.

Essa óptica aparecia ainda nas descrições de cenas, lugares e paisagens, com a abordagem das belezas e suntuosidades de cenários urbanos europeus, comparados aos riscos reais e imaginários de lugares longínquos, verificando que estes locais eram vistos como alvos de exploração, para a qual seriam exigidos atos de heroicidade de parte dos europeus. Os olhares sobre a pré-história também serviam para demonstrar a evolução humana, da selvageria à barbárie. Dessa maneira, referi-as às “assombrosas investigações da ciência, em virtude das quais podemos reconstruir o passado e apreciar, com um certo grau de probabilidade, o estado de civilização do homem e das sociedades”. Em outro caso, dizia que a gravura fora desenhada “segundo os modelos aparecidos nas

escavações que se têm feito e com o auxílio das quais se conseguiu ter uma ideia justa dos processos primitivos”, de maneira que, “em vista destes resultados, pode verificar-se a verdade com que se chamou a este o século das luzes”, pois “até as trevas do passado mais remoto, ele levou os seus luminosos revérberos, pondo assim em evidência as hipóteses e as conjeturas”.

Assim, ao representar iconográfica e textualmente essa suposta dicotomia entre selvagens e civilizados, *A Ilustração Popular* refletia o olhar cobiçoso do imperialismo europeu, que avançava sobre territórios estrangeiros, buscando legitimar tais ações imperialistas de domínio colonial a partir de uma propalada superioridade dos “povos avançados” sobre os “atrasados”, com o enganoso objetivo de levar até estes o progresso e a civilização. Ainda que enfrentando profunda crise, Portugal mantinha algumas de suas possessões coloniais, de modo que, mesmo enfraquecido, sustentava seus interesses metropolitanos, e a sua imprensa refletia esse aspecto. Apesar de tais olhares predominantemente eurocêntrico, o semanário lisbonense cumpria seu papel de difundir em meio à população lusa detalhes selecionados do mundo e mesmo da sociedade lusitana, utilizando-se das gravuras como complemento visual para atingir seus intentos, à exemplo das publicações ilustradas de seu tempo, embora tivesse a especificidade de dirigir-se especialmente “às classes laboriosas”. Desse modo, *A Ilustração Popular* buscou atuar como edição voltada a ilustrar, tanto no sentido de adornar com gravuras, quanto no de esclarecer, elucidar e instruir os seus leitores.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE NA  
IMPrensa OPERÁRIA  
PORTUGUESA AO OBSERVAR A  
TRANSIÇÃO MONARQUIA –  
REPÚBLICA NO BRASIL

A queda da monarquia brasileira em novembro de 1889 foi um dos temas debatidos à extenuação pela imprensa europeia da época. Surgiam no velho continente as mais variadas interpretações e explicações visando a compreender o motivo daquele império tropical ter se transformado em uma república. Nesse contexto, o jornalismo português foi o que mais intensamente abordou o assunto, tendo em vista as tradicionais e históricas inter-relações luso-brasileiras, bem como as muitas identidades, os interesses econômico-sociais em comum, e a numerosa colônia lusitana presente no território brasileiro. Dessa forma, essa transição constituiu temática recorrente junto aos vários gêneros jornalísticos lusos, tendo sido publicados incontáveis editoriais, artigos opinativos, matérias noticiosas, transcrições, correspondências, notas e caricaturas nas tantas e tantas colunas e páginas da imprensa periódica que se debruçou sobre tal fenômeno histórico.

Em linhas gerais, a imprensa lusitana adotou certas posturas básicas em relação à proclamação da república brasileira. De um lado estavam os periódicos monarquistas que viam nessa transformação uma calamidade e uma traição do povo brasileiro para com o imperador Pedro II, prevendo desgraças para os destinos do Brasil, envolvendo revoluções, guerras civis e desmembramentos. Outro prisma foi expresso pelos jornais republicanos que transformaram a mudança institucional no Brasil em uma verdadeira festa republicana, apontando que o país adentrara em um convívio solidário com os vizinhos americanos, seguindo os rumos de uma propalada democracia em direção ao progresso. Havia ainda as folhas predominantemente noticiosas que buscavam



praticar um jornalismo essencialmente informativo, de modo que tinham por meta abrir mão da opinião, visando narrar os acontecimentos no Brasil de uma maneira supostamente neutra. A mudança na forma de governo brasileira foi também apreciada pelas publicações caricatas e satíricas que imprimiam um estilo jornalístico alternativo, contando os episódios sob o enfoque do humor e da ironia.

Outros representantes do periodismo luso que ganhavam destaque naquele final de século XIX eram os jornais que expressavam posições de determinados grupos socioeconômicos e político-ideológicos específicos, tendo suas matérias destinadas a um público leitor mais específico. Tal nível de especialização do jornalismo português teve na imprensa operária um de seus gêneros mais notáveis. Nesse sentido, notadamente a partir da segunda metade daquela centúria, vários jornais vinculados aos trabalhadores passaram a circular não só no contexto lisbonense, como também ao longo de várias das cidades lusitanas. Vinculada essencialmente às várias formas de organização e associação, a imprensa operária tinha o propósito bem definido de promover a causa, defender os interesses e propagar as lutas dos trabalhadores. Com seu estilo próprio, estes periódicos tiveram também um olhar peculiar sobre a formação da república no Brasil, como pode ser observado através de estudo de caso entabulado a partir dos jornais O Protesto Operário, O Operário e A República Social.

A virada do século XIX para o XX foi marcada por uma profunda crise na conjuntura portuguesa, correspondendo a um período extraordinariamente

agitado tanto na política interna quanto nas relações internacionais. A presença colonial lusa na África entrava em choque frontal com os planos do imperialismo inglês, com vantagem inexorável para esta potência mundial. Havia uma implacável crise financeira, com intermináveis negociações para a conversão da dívida externa. A política interna era dominada pela delinquência e dissolução do sistema rotativo partidário e os políticos monárquicos passavam por profundo desgaste, mutuamente atribuindo-se e exagerando culpas e responsabilidades, além de estarem desagregados, desprestigiados e enfraquecidos pelas cisões, surgindo espaço para o incremento à agitação republicana e para o crescimento das manifestações de insatisfação de parte de segmentos sociais populares<sup>46</sup>.

Nessa época, a relativa tranquilidade política originada a partir do mecanismo do rotativismo governamental entre as principais organizações partidárias monárquicas foi sendo gradativamente substituída pela emergente contestação, havendo um reverso da estabilização, a partir de uma descaracterização dos partidos que dividiam o poder entre si<sup>47</sup>. Dessa forma, o rotativismo, que surgira para buscar a estabilidade política dentro da monarquia e dificultar o acesso de correntes radicais, se estabelecia em condições cada vez mais precárias e não conseguia sequer evitar o descrédito do sistema, mesmo

---

<sup>46</sup> GUEDES, Marques. Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910. In: PERES, Damião (dir.). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1935. v. 7. p. 412.

<sup>47</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação de Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 276.

entre as suas próprias fileiras<sup>48</sup>.3 Tais partidos não passavam de agrupamentos heterogêneos em torno de seus chefes, com ideologias vagas e pouco se diferenciando entre si, pois ambos eram profundamente conservadores e se compunham de elementos oriundos dos mesmos grupos sociais e com interesses semelhantes<sup>49</sup>. No embate entre essas agremiações partidárias, nenhuma queria desempenhar o papel de partido mais conservador, havendo entre elas uma luta por apoderar-se de uma propalada política transformista numa prática de concessões à esquerda, de modo que aquela se situasse mais à direita ficava em desvantagem para governar<sup>50</sup>.

Foi nesse contexto que cresceram as forças políticas de contestação, representadas majoritariamente pelo republicanismo que se organizava enfrentando as dificuldades da falta de uma unidade ideológica advinda da profunda heterogeneidade que marcava suas fileiras. Diante de tal prisma ideológico de desgaste dos partidos monárquicos e de dificuldades para o republicano, surgiria algum espaço para o desenvolvimento de forças mais progressistas, mormente a partir das mudanças sociais que ocorriam na conjuntura lusa. Nessa linha, a expansão econômica dos decênios anteriores e o afluxo crescente de população às grandes cidades haviam causado o surto de uma classe média e um acréscimo de operariado que se sentiam oprimidos pela

---

<sup>48</sup> TENGARRINHA, José. *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1983. p. 88 e 90.

<sup>49</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Da monarquia para a república. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 293.

<sup>50</sup> MATOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993-1994. v. 6. p. 179.

grande burguesia e aristocracia dirigentes. Tais grupos urbanos, que constituíam novidade pelo número e a concentração, representavam a grande força de ataque ao rei, às instituições monárquicas e à igreja ou, pelo menos, ao clero<sup>51</sup>.

Dessa forma, o crescimento industrial da segunda metade do século XIX, provocou o aparecimento de questões político-sociais de grave acuidade, uma vez que às massas de trabalhadores assalariados dos centros fabris foram acrescidos os trabalhadores rurais, que desertavam da lavoura, em busca de ocupação e atraídos pela sedução da vida dos meios citadinos. Tais aglomerações de homens desenraizados da terra e sem outros meios de vida além do seu salário, criavam outros tantos focos de agitação política e revolucionária<sup>52</sup>. Progressivamente, tais forças passariam a buscar arregimentar-se, criando associações e organizando-se em partidos, caso do socialista, um agrupamento de classe, dirigido a uma massa relativamente pequena, pouco ilustrada e pouco politizada, que teve problemas para adquirir uma grande projeção, até por sofrer a concorrência dos republicanos, socialmente mais abrangentes e entre os quais um ideário socializante se encontrava presente, somando-se a isso, as dissidências que também o

---

<sup>51</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. A conjuntura. In: SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.). *Nova história de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 10. p. 512.

<sup>52</sup> GUEDES, pp. 412-413.

prejudicaram e enfraqueceram<sup>53</sup>. Além do socialismo, o anarquismo também serviria como elo ideológico no seio da massa trabalhadora, notadamente a partir do alvorecer do século XX.

As diversas formas de articulações e associações de tais massas urbanas teriam nos jornais um elemento fundamental de coesão. Ao final do século XIX, Portugal possuía uma imprensa em franca expansão quantitativa e qualitativa, concentrada em Lisboa e, secundariamente, no Porto, mas que também se espalhava pelo conjunto do território nacional, com a consolidação de um jornalismo regional. Nessa época, a força da imprensa levou as diversas classes e doutrinas a apoiarem-se nos prelos, tendo recorrido a eles a ciência, a crítica, os trabalhadores, a agricultura, a religião, entre tantos outros segmentos da sociedade lusa<sup>54</sup>. Em tal contexto, evoluiria uma imprensa redigida e editada por trabalhadores na defesa e propaganda dos seus interesses de classe<sup>55</sup>, a qual se encontrava em plena expansão numérica e geográfica, mormente a partir da virada para o século XX<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Organização administrativa e política. In: SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.). *Nova história de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 10. p. 238.

<sup>54</sup> MARTINS, Rocha. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941. pp. 46 e 52-53.

<sup>55</sup> SÁ, Victor de. Notícia sobre a imprensa operária portuguesa. In: *Revista de História*. Porto. 5, 1983-1984. p. 143-144.; e SÁ, Victor de. *Notícia sobre a imprensa operária portuguesa*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1984. p. 14.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, César. *Imprensa operária no Portugal oitocentista: de 1825 a 1905*. Lisboa: Editorial Império, 1973. p. 19.

Com tal incremento de um jornalismo especializado no que tange à organização dos trabalhadores, desenvolvia-se um tipo específico de imprensa, cujo objetivo fundamental era mobilizar e denunciar<sup>57</sup>. Nessa conjuntura, a experiência adquirida no movimento associativo, as desilusões relativas que decorreram do fracasso da colaboração entre as classes, a consolidação do capitalismo e o desenvolvimento de novas indústrias, bem como as novas formas de domínio de classe e de opressão, geradas a partir do crescimento urbano foram produzindo transformações significativas no posicionamento de boa parte dos dirigentes e dos principais quadros da militância associativa operária. Da convergência de tais fatores com eventos exteriores ao movimento associativo adviriam mudanças radicais que a imprensa operária depressa viria a exprimir. Já nas últimas décadas do século XIX, o operariado luso havia passado por uma multiplicação numérica significativa o que levaria à edição de uma imprensa específica sobre os seus problemas e dedicada em exclusivo à defesa dos seus interesses próprios<sup>58</sup>.

Assim os avanços do impacto do jornalismo lusitano como um todo trouxeram consigo também um significativo progresso da imprensa operária. A feição primordial dos jornais operários estava orientada por duas preocupações centrais, ou seja, a doutrinação em torno da libertação operária e o apoio às lutas de tal classe, quer defendendo a sua justeza, quer lançando campanhas de ajuda

---

<sup>57</sup> MÓNICA, Maria Filomena. *A formação da classe operária portuguesa – antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p. 11.

<sup>58</sup> OLIVEIRA, César. *Antologia – imprensa operária portuguesa (1837-1936)*. Lisboa: União Geral de Trabalhadores; Perspectivas & Realidades Artes Gráficas, 1984. p. 12-13.

material e moral. Nesse sentido, os operários passavam cada vez mais a aperceber-se da importância fundamental dos periódicos como instrumentos de sua organização e da sua luta. A necessidade que o movimento operário reconheceu de desenvolver a sua imprensa própria era acentuada pela crescente hostilidade que enfrentava dos jornais mais conservadores. Apesar de a incipiente organização operária não comportar ameaças diretas ao poder político, chegaria a haver um incremento no receio pelos abalos que as lutas operárias estavam a provocar no plano social<sup>59</sup>.

Por meio da imprensa periódica, os trabalhadores portugueses expressavam alguns dos pressupostos fundamentais de uma consciência de classe mais claramente definida, através da qual eles estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas. Estabelecia-se, assim, uma espécie de consciência de identidade dos interesses da classe operária, enquanto contrários aos de outras classes<sup>60</sup>. Tal consciência no seio do proletariado ampliava-se com base em uma identidade de interesses, até tornar-se uma questão comum a toda classe, passando a fortalecer os mecanismos de associação<sup>61</sup> e suas lutas por transformações nas sociedades, envolvendo suas esperanças e desesperanças e até a alternância entre passividade e ativismo na

---

<sup>59</sup> TENGARRINHA, José Manoel. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Editorial Caminho, 1989. pp. 240-241 e 244.

<sup>60</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 304 e 411.

<sup>61</sup> BOTTMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 76.

execução de seus enfrentamentos<sup>62</sup>. A partir dos jornais operários era então desenvolvida uma consciência crítica, promovida por meio de um trabalho complexo, articulado e graduado, envolvendo dedução e indução combinadas, lógica formal e dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho, baseada no concreto, no real e na experiência efetiva, resultando assim em um jornalismo essencialmente ideológico<sup>63</sup>.

Uma dessas publicações foi *O Protesto Operário*, semanário que se originou da fusão de duas folhas operárias, uma lisbonense e outra portuense, tendo circulado nas duas cidades entre março de 1882 e abril de 1894<sup>64</sup>. No próprio frontispício, o jornal demonstrava suas filiações, estampando o dístico “órgão do partido operário socialista”. Ao apresentar-se ao público, em seu número inaugural, em março de 1882, o periódico enfatizava que já tinha uma caminhada anterior na publicidade e, portanto, não era um jornal novo e sim a continuação de duas publicações cujo ideal já se afirmara na ala dos combates da imprensa, através da união de O Protesto que existia em Lisboa havia mais de sete anos e O Operário que circulava no Porto havia quase três. Nesse sentido, era anunciado que, irmãs pelas circunstâncias que lhe deram a vida, pelas condições da sua existência e pelas aspirações, as duas folhas, unidas

---

<sup>62</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 246 e 248.

<sup>63</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 174 e 179.

<sup>64</sup> RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. v. 2. p. 208.



moralmente desde os seus primeiros dias pela afinidade de princípios, juntavam-se materialmente naquele momento, pelas necessidades que lhe impunham a natureza da luta em que se empenhavam<sup>65</sup>.

Ainda na apresentação, o novo periódico lembrava suas origens, destacando que, filhos da classe trabalhadora, ou seja, daquela classe a que a fatalidade da história legara a mais dura das opressões sociais, representada pela exploração física e moral produzida pelo predomínio da classe dirigente, O Protesto e O Operário haviam nascido para proclamar na tribuna civilizadora da imprensa um ideal sublime de justiça e solidariedade que as gerações futuras reconheceriam como terminus das lutas sanguinolentas que vinham convulsionando os prolongados séculos da civilização moderna. Dessa forma, O Protesto Operário estaria a aparecer concretando os esforços das duas publicações que lhe deram origem e representando direta e historicamente o movimento de uma classe que se ilustrava e se desenvolvia, procurando mostrar ao mundo a injustiça a que a mesma estaria condenada e a consciência que os eflúvios da ciência e do progresso começavam a insuflar-lhe<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 5 mar. 1882.

<sup>66</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 5 mar. 1882.

# O PROTESTO OPERARIO

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO SOCIALISTA

1.º ANNO Redacção e Administração 59 — LARGO DA FORTUNA — 59	1882 DOMINGO 5 DE MARÇO	LISBOA Redacção e Administração 74-B.º — RUA DA PAZ — 74-B.º
--	----------------------------	--

### AO PUBLICO

**O** PROTESTO OPERARIO não é um jornal novo; é a continuação de duas publicações capitalistas que se affirmam na vida dos combatentes da imprensa periodica: uma, o PROTESTO, vinda a luz em Lisboa ha mais de setto annos, outra, o OBRARIO, que nasceu no Porto ha perto de tres.

Irmãos pelas circumstancias que lhes deram a vida, pelas condições da sua existencia e pelas aspirações, o PROTESTO e o OBRARIO, unidos moralmente desde os seus primeiros dias pela afinidade de princípios, unem-se hoje materialmente pelas necessidades que lhes impõem a natureza da lucta em que se enquistavam.

Filhos da classe trabalhadora, d'essa classe á qual a fatalidade da historia legou a mais dura das oppressões sociais: a exploração physica e moral produzida pelo predominio da classe dirigente, o PROTESTO e o OBRARIO haviam nascido para proclamar na tribuna civilisadora da imprensa, esse ideal sublime de justiça e solidariedade que as gerações futuras reconhecerão como terminas das luctas sanguinolentas que têm convulsão a dos prolongados seculos da civilização moderna.

O PROTESTO OPERARIO apparece pois hoje, concentrando os esforços do PROTESTO e do OBRARIO e representando directa e historicamente, o movimento d'uma classe que se illustra e se desenvolve, procurando mostrar ao mundo, a injustiça a que se condemnou e a consciência que os esforços da sciencia e do progresso começam de fustigar-lhe.

N'uma epocha em que o isolamento annulla todos os esforços e em que o principio que preside a todas as grandes acções é a coesão de todas as forças que se applicam a um mesmo fim, um punhado de operarios que em Portugal aponta o caminho da honra e do dever á grande massa dos seus irmãos companheiros de trabalho, não podia deixar de estallar e pôr em pratica a meio de conseguir mais facilmente os seus nobres intentos.

Se o PROTESTO OPERARIO que entra hoje nas paginas incruentas em que se chocam tantos interesses sociais, tantos rancores e tantas abnegações, não conseguiu atingir o fim elevado a que se propõe; isto é, arrastar a classe trabalhadora á exploração politica e economica a que está sujeita pelas instituições, é que essas instituições serão demitidas brutas para succeder que tenham eche as dotações mais ardentes, os sacrificios mais pesados e os ideaes que a sciencia tem por mais sagrados.

A redacção.

### O estado da questão

Ha longo tempo já, que os governos, mal chegados ao poder, põem ao frente da contabilidade esta surridente esperança — o pagamento de uns tantos mil réis e a consecução gubernaes da actual estado de pagada constitucional. Firmam-se os progressistas, fazem-se os regeneradores, terão de o fazer os constituintes; pois que todos os governos hão de esbarrar n'este medonho tropeço que se chama — questão financeira.

Na realidade, o caso é duro. Depois de quarenta annos de paz inintermitte, nós devemos apenas a bagatella de 430 contos, em bom moeda. Mais do que devem juntos todos os demais pequenos países de Europa, como muito bem notava Ilamello Ortolan, d'uma sua carta para a "Gazeta de Noticias" do Rio. Em 30 annos, os juros absorverão por completo as receitas do estado.

Em face d'um tal quadro, verdadeiramente desolador, os financeiros da burguezia tem razão para se alarmar, pois que se seja a sua cõe politica, qual que a todos interessa igualmente a questão.

Mas a má situação do país não está somente nas finanças. Está na industria moribunda, na agricultura desprezada, na moralidade desastreada.

E que oppõem a tudo isto os sabios governantes? Que ideaes são estas que demonstram a capacidade dos seus ministros? Como pretendem elles conseguir o desenvolvimento do país, causa primordial da melhoria na situação financeira?

Achamos que, nem a lousura da Diogenes, seria capaz de auxiliar algum que se propozesse a tão escabrosa pesquisa, como esta de pôr á prova as capacidades, verdadeiramente assombrosas, dos nossos aliados estadistas!

Com effeito, ou, que não nego ao sr. Fontes as explendidas glorias da Penitenciaría e do tribunal militar, nem posso em divida o muito amor paternal do sr. Barros e Sá, vepo-me n'este momento verdadeiramente assombrodo, ao reparar na simplicidade do processo que se pretende empregar para iniciar a regeneração do país: O caso está no imposto, ao que dizem, o em breve a nação terá em cima do espalhado o azerage de mais uma 2-400 contos, impostos sobre os generos mais necessarios á existencia das classes proletarias!

Que cinco pagam cinco todos nós sabemos, sem que isso nos sirva para rídicula das nossoes dos políticos-financieiros, assim, pntas em evidencia. Que as nações se devem reduzir a nova especie de lucta, continuamente espremido por entre os entalhes de milhares de esbarramentos, eis o que nos falta saber, pois que o não sabemos, sem aprendermos, em parte alguma.

Marcos, porém, do sr. Fontes, quando

si começamos a comprehender esta nova theoria, sem devida muito ordeira e por demais opportuna. Nem d'outra forma a perillaria o illustro chefe do partido conservador!

A regeneração das nações não está no levantamento da industria, animada por uma protecção justa e por um auxilio transitivo; não reside no suppeno da riqueza publica, pelo desenvolvimento da agricultura e pela melhoria da situação proletaria, que traria consigo o diminuição de milhares de braços que buscam a emigração a satisfação do determinado numero de necessitados; não existe no derramamento da instrucção elementar e profissional, que teria consigo a formação de valiosos agricullos. No que está, no que existe, no que reside, é no augmento incessante dos impostos e na voragem atteradora dos empréstimos.

Por isso nós todos admiramos o recente tratado de commercio, que mantava a industria fabril, para auxiliar a industria vinícola obrigada por elle a pagar mais do que o fazez que teria a pagar em França os vinhos espanhols. E' por isso ainda que nos revoltamos contra a protecção á industria d'outros países, e contra militares de associações e de estabelecimentos, que são outras tantas glorias do sistema que nos roge, e que, de quando em quando, lto bem sabe entremitir uma parola com um semprosimio, um tratado com um augmento de impostos!

A nova theoria é porém d'um optimismo verdadeiramente passmoso.

Que um povo de idólatas pague paz os estabelecimentos e pagodes dos isentados, comprehendendo-se; que uma população sensata pratique o levantamento de pagar para a manutenção d'um estado em que cada lucta, eis o que não podemos comprehender, sem que vamos equiparar os sentidos aos idiotas, os tolos aos esportos.

O povo portuguez está n'este caso. Se tiver juizo não paga mais um centil que seja sobre as já pesadas contribuições, porque nada tem a ver com este estado burguez, que o esfolia e que o vicia.

Se os ministros da monarchia pretendem dinheiro, que tratem de economias. A lista civil por um lado, os ordenados dos grandes funcionarios e a despeza com o exercito e com os cultos, são monstruosidades que muito bem se dispõem. Eliminam-se do orçamento, deixem-se de luctas, sejam dignos e honestos, porque só assim poderão melhorar a situação do thesouro.

De contrario a bancarota é inevitavel, como será terrivel. Será a bancarota dos polices, se que obrigas a fechar hospitales e contrarias, cuntes-pios e irmandades, que por lei têm os seus fundos comprometidos em papéis de estado, mas será antes de tudo o resul-

tado logico das más administrações e dos desperdícios de monarchia, administrações e desperdícios a que só uma violenta commoção social poderá pôr termo.

Nem o augmento de receita, dependendo logo em reformas como a projectada de esguezaria, pôde conseguir alguma coisa n'este caso, em que só o conseguir a honestidade e o bom critério, — sempre que não muito valerosos se tornaram entre os membros das classes dirigentes.

O que é necessário, o que é fatal, o que é justo, é que uns altas requises se liguem sabendo que o povo, já bastante explorado no meio da acciellada lucta, não pôde nem fazer pagar mais para bombochetas com que anda lucta.

Salta-o d'uma vez dizer o povo de Portugal!

Luz de Esguezaria, typographo.

—

Até que enfim há noticia de 23 do corrente o sr. Fontes apresenta a camera electiva as celeberrimas propostas que hão de significar de todo o esguezaria definitivamente dita a sequença que hebe de ser em assumptos saldosouros.

As propostas apresentadas para d'acabo do lanicrudo holo que se segue o produto das fadigas d'esse tabelas, são as seguintes:

1.º Abolida o imposto do rendimento creado por carta de lei de 15 de junho de 1880, na parte cuja cobrança fosse suspensa em virtude do decreto de 21 de abril de 1880.

2.º Adicionado 6 por cento sobre as contribuições de imposto do rendimento do thesouro de qualquer ordem, natureza ou denominação, com as classificações marcadas na mesma lei.

3.º Augmentado o direito de chá, de 600 a 800 réis por kilo, e porcelas, de 40 a 50 por kilo; as aguas-ardentes e bebidas alcoolicas estrangeiras, de 15000 a 25000 o decilitro. O direito do assucar, que é o refinado de 120 réis o kilo, e de 80 réis o kilo refinado, passa a um 40 tipo do 90 réis o kilo. Nos cereaes é supprinda a taxa da barreira e o direito do for, e creado o imposto unico de importação, incluído as farrinhas.

4.º Determinado que os generos comprehendidos na tabela annexa ao regulamento de 27 de decembery de 1879, quando importados do estrangeiro os proclamos ultramarinas para consumo no país, paguem além do direito de importação, as taxas de real d'agua destilada na mesma tabela.

5.º Autorisado o governo á retirar o prazo dos depósitos e arranzengas gratuitas nas a'fidegias até metade dos prazos estabelecidos para estes objectos e procedencia.

6.º Estabelecido disposições relativas ás avarias nos mercados.

7.º Autorisado o governo a crear até 250000 contos de moeda de bronza para substituir as moedas de cobre e voltar em circulação.

8.º Determinado que o sal commum do continente e lhas pague o imposto de 10 réis em lito, exceptuando o sal ex-

186

Buscando demonstrar conhecimento de causa em relação à conjuntura vivida pela nação lusa naquele momento, o periódico afirmava que, em uma época em que o isolamento anulava todos os esforços e em que o princípio que presidia a todas as grandes ações era a coesão de todas as forças que se aplicavam a um mesmo fim, um punhado de operários que em Portugal apontava o caminho da honra e do dever à grande massa dos seus infelizes companheiros de trabalho, não poderia deixar de estudar e por em prática o meio de conseguir mais facilmente os seus nobres intentos. Nessa linha, afiançava que se *O Protesto Operário*, que entrava naquelas pugnas incruentas, em que se chocavam tantos interesses sociais, tantos rancores e tantas abnegações, não conseguisse atingir o fim elevado a que se propunha, isto é, arrancar a classe trabalhadora à exploração política e econômica a que estava sujeita pelas instituições, tal impossibilidade adviria do fato de que tais instituições seriam demasiado brutais para consentir que tivessem eco as dedicações mais ardentes, os sacrifícios mais penosos e os ideais que a ciência tinha por mais sagrados<sup>67</sup>.

Dentre os jornais ligados aos trabalhadores que abordaram a mudança na forma de governo brasileira, *O Protesto Operário* foi aquele que mais amiudadamente debateu o tema, dedicando inclusive matérias editoriais ao assunto. A primeira manifestação foi publicada sob o título “A república no Brasil”, na qual era informado que a notícia palpitante daqueles últimos dias vinha sendo a da proclamação da república no Brasil, onde uma revolta militar

---

<sup>67</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 5 mar. 1882.

bem sucedida apeara do trono que vinha usufruindo o velho imperador, fazendo-o tomar o caminho do exílio. Ao contrário de muitos dos jornais lusos, a folha operária não via nenhuma surpresa no acontecido, destacando que o caso nada tinha de extraordinário, nem de sobrenatural, já que a monarquia seria uma excrescência no solo americano, assim como era uma anomalia em toda a parte. Nesse sentido, o periódico vaticinava que os tempos, incontestavelmente, não corriam bons para os tronos, combalidos que eram pelo vendaval da ideia<sup>68</sup>.

Apesar de encarar o fato como um acontecimento natural, o periódico explicava que a notícia produzira certa sensação, uma vez que só se esperava que a revolução rebentasse depois da morte do imperador filósofo. Mantendo o tom irônico, lembrava que pelo menos a república feita antecipadamente tivera talvez a vantagem de poupar muito sangue, limitando-se a aposentar um monarca, dando-lhe o ordenado por inteiro e metendo-lhe na algibeira cinco mil contos como prêmio de consolação, ao passo que, mais tarde, poderia ter de combater uma instituição que iria se preparando para a luta. Ainda sobre o imperador decaído, o periódico afirmava que ele tinha fundas simpatias no Brasil e mesmo em toda a Europa e em grande parte da América, onde a sua monomania democrática era apontada como um modelo aos reis e imperantes. Tal aura favorável, entretanto, seria esmaecida por outras questões que cercavam o imperador<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 24 nov. 1889.

<sup>69</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 24 nov. 1889.

Segundo a folha operária, haveria um senão na construção de tal imagem positiva, representado pela filha e sucessora de Pedro II, apresentada como uma mulher beata, casada com um Orleans, somítico como todos eles, odiado como só os príncipes desta casa sabiam tornar-se e antipático como qualquer outro Orleans que se prezasse do seu nome. As acusações contra o Conde D'Eu eram reforçadas a partir da afirmação de que, tapado de ouvido, o marido da filha do imperador não se limitava só a ver o brilho do dinheiro dos cortiços de que se fizera alugador, pois a sua rapacidade o levava a associar-se a grandes empresas capitalistas, tornando-se o patrono de quantos interesses ilícitos se levantavam para explorar o país. Desse modo a ação do nobre francês despertava ojeriza de parte do jornal e era considerada como um fator do qual se derivara sobre o império um fundo desfavor, constituindo, inclusive, uma das causas da queda da monarquia, a qual se juntariam os abalos da abolição da escravatura que pusera os fazendeiros na banda dos republicanos, e os ciúmes do exército, que via com maus olhos certas medidas que pareciam tender a refundi-lo em novas bases<sup>70</sup>.

Assim, o jornal sintetizava a mudança na forma de governo, declarando que daquele conjunto de circunstâncias se originara a república, como certos personagens de mágica surdiam de um alçapão. Diante dos acontecimentos, o periódico destacava que passavam a surgir perguntas se os brasileiros haviam feito bem ou mal, cuja resposta dependeria do ponto de vista do observador. Nesse sentido, esclarecia que a república já não assustava mais ninguém,

---

<sup>70</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 24 nov. 1889.

querendo dizer coisa pública, mas os fatos provavam bem que ela sabia manter a roubalheira privada, isto é, a propriedade burguesa, a exploração do trabalho operário, o monopólio do capital e do poder político. Dessa maneira, a folha considerava que o Brasil continuaria nas mesmas condições, já que apenas trocara uma espécie de federação, com um chefe hereditário, realizada dentro da monarquia, por uma outra federação, mais ampla decerto, com um chefe eletivo, efetuada na república. Ainda assim sentenciava que os brasileiros deveriam saber por um travão nos pronunciamentos, que não eram muito boa água lustral para o batismo do progresso político e que vinham sendo a ruína das repúblicas espanholas, estando exatamente aí o perigo para os destinos da jovem república<sup>71</sup>.

Reproduzindo uma das preocupações que mais caracterizavam o conjunto da imprensa lusitana, O Protesto Operário interrogava qual a influência em Portugal daqueles sucessos na velha colônia lusitana. A tal questão, respondia que, politicamente, a monarquia lusa não teria grandes perigos a reear, de modo que os republicanos poderiam bem guardar para melhor ocasião o azeite que haveriam de gastar nas luminárias e os dinheiros que deveriam servir para a compra de foguetes. Entretanto, ressaltava que, economicamente, o caso mudava de figura, pois o Brasil, a despeito de ter proclamado havia muito a sua independência, ainda não teria conseguido de fato emancipar-se da tutela de Portugal, estando toda a demonstração da aptidão portuguesa como colonizadora naquele país que falava a mesma língua, carecia dos braços lusos

---

<sup>71</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 24 nov. 1889.

para o seu trabalho e vivia da literatura e da tradição lusitana, vindo a constituir a válvula de segurança, pela qual o país ibérico tinha escapado de mais de uma crise grave e profunda<sup>72</sup>.

Uma das preocupações da publicação operária lusa era com os destinos dos excedentes de força de trabalho, citando os momentos de dificuldades vividos pela agricultura nacional, ficando os campos despovoados, servindo o Brasil de destino para onde afluíam os braços e os cérebros de milhares de homens, os quais, obcecados pela miséria, preferiam fugir a lutar contra aqueles que os escravizavam. A folha conjeturava com a possibilidade de que o novo governo republicano brasileiro quisesse satisfazer a uma aspiração indígena, protegendo o trabalho nacional contra a concorrência dos braços estrangeiros, numa aspiração que seria provável e justa. Desse modo, previa o caso de serem impostas condições duras à colonização no Brasil, criando entraves à repatriação dos colonos e à transmissão dos capitais e das propriedades que viessem a adquirir, desejando que se o mesmo ocorresse o fosse sem violências<sup>73</sup>. Demonstrava o jornal significativo conhecimento de causa, ao antecipar um diagnóstico em relação a um fenômeno que em pouco tempo viria a ganhar sentido com o crescimento das manifestações xenófobas em relação aos lusos que se expandiriam cada vez mais sob a forma republicana.

Diante da perspectiva de obstáculos impostos à saída de capitais do Brasil em direção a Portugal, *O Protesto Operário* antecipava prejuízos à economia

---

<sup>72</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 24 nov. 1889.

<sup>73</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 24 nov. 1889.

pública portuguesa, a qual, na sua concepção, traduzia sempre para as classes proletárias uma permanente e verdadeira miséria pública, uma vez que a riqueza era privada, mas a miséria tornava-se coletiva no regime capitalista. Para a folha, as possíveis dificuldades impostas pelos novos governantes brasileiros traria profunda perturbação para os portugueses, aumentando ainda mais as causas de descontentamento que já dominavam as populações rurais. De acordo com o periódico, desviar para a África a corrente emigratória parecia empenho prematuro e difícil de realizar, já que, para o aldeão lusitano, aquele continente, por muitos anos, ainda haveria de continuar a ser considerado como uma terra de bichos e de degredados<sup>74</sup>.

Na óptica do jornal, a transformação na forma de governo ocorrida no Brasil poderia também trazer consequências indeléveis para os próprios destinos e para a organização do movimento operário luso. Dessa maneira, indicava que a revolução brasileira deveria interessar profundamente os portugueses, pois a emigração era em todos os países um grande obstáculo à emancipação do proletariado, sendo por isso mesmo que a classe dirigente a encarava com os melhores olhos. De acordo com tal linha de pensamento, o periódico operário expressava a certeza de que o homem que emigrava, fugia à luta, ao passo que aquele que ficava, comparado a um Prometeu, agarrado ao solo, combatendo pelo alimento e pela liberdade de que necessitava, esse viria a

---

<sup>74</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 24 nov. 1889.



constituir o revolucionário intemerato, que trabalhava os países e levantava as nações<sup>75</sup>.

Ainda analisando a relevância da queda da monarquia brasileira, *O Protesto Operário* manifestava descrédito no avanço, a partir de tal acontecimento, do republicanismo português, o qual era visto como de pouco valor para a causa operária. Nesse sentido, criticava os prosélitos platônicos da república que todos os anos se espalhavam pelas aldeias lusas, quando as circunstâncias permitiam, pois tinham cabeças revolucionárias, mas bolsas conservadoras. Diante disso, considerava que o interesse real dos proletários deveria estar ligado ao fato de que a revolução no Brasil precederia de perto a implantação do problema do salário, considerado como a magna questão do momento, a qual anunciaria e determinaria a queda universal do predomínio infame e torpe do privilégio burguês e capitalista. Dessa forma, o periódico concluía desejando que o povo brasileiro caminhasse avante na senda do progresso e prevendo que, num período mais ou menos longo, as suas aspirações viriam a se confundir com as dos operários lusos e com as de todo o mundo que trabalhava, tendendo para um foco único de luz que atraía e iluminava as nações – a república igualitária e socialista<sup>76</sup>.

Na edição seguinte, a folha lisboeta-portuense publicaria um novo editorial denominado “Reparos...”, no qual, ao fazer referência à mudança institucional brasileira, lançava argumentos para também criticar a ação dos

---

<sup>75</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 24 nov. 1889.

<sup>76</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 24 nov. 1889.

políticos monarquistas e republicanos lusos, bem como para censurar o excessivo militarismo e a repressão governamental. Dessa maneira, o periódico afirmava que os sucessos no Brasil vinham trazendo repercussões no seio da nação portuguesa, mas alertava que as discussões sobre tal tema travadas nos jornais, só serviriam para demonstrar a vacuidade dos cérebros de muitos dos que se arrogavam como a suprema diligência, pretendendo impor-se como estadistas, filósofos, sábios e doutrinadores. Nesse sentido, destacava que a nota do bom senso não predominava no concerto dos monárquicos desvairados que pediam repressões, nem no vozear dos republicanos entusiastas que faziam a apologia do exército, como se a democracia não fosse incompatível com a disciplina, que era sempre a negação da consciência do homem<sup>77</sup>.

A partir de tal constatação, o jornal passava a discorrer sobre os enormes malefícios que as políticas repressoras e o militarismo traziam às sociedades. Nessa linha, levantava a questão do sentido da repressão, perguntando se haveria na história da evolução humana alguma instituição que se salvasse com aquele supremo recurso, ou ainda se alguma ideia fora detida só porque na sua frente viesse a levantar-se o carrasco. A folha constatava que se dava exatamente o contrário, já que a própria história dizia que a repressão nunca salvara as instituições fulminadas pela consciência pública e citava vários exemplos de países europeus os quais demonstravam que sempre que os governos em perigo apelaram para a perseguição, a resposta dos povos tinha sido a revolução violenta que arrastara reis ao cadafalso, depois de iluminar

---

<sup>77</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 1º dez. 1889.

com as chamas do incêndio os átrios dos passos reais. Dessa forma, explicava que os monárquicos que pediam a repressão dos revolucionários seriam inconsequentes para consigo mesmos, pois esqueciam as tradições, os impulsos e as origens da sua própria causa<sup>78</sup>.

Na concepção do periódico operário eram também inconsequentes os republicanos que fiavam nas baionetas a vitória da sua justiça, pois, por mais que fosse dito e por melhores exemplos que fossem buscados, o exército seria sempre a força comprimindo a razão. Segundo o jornal, o exército estava sempre para os povos na mesma proporção em que os agiotas estavam para os indivíduos, sendo desgraçadas as instituições que se amparavam nele e as nações que lhe deviam conquistas, já que a usura dos galões seria pior do que a usura do dinheiro. Nesse sentido, constatava que a unificação do exército, embora marcasse um progresso em relação ao feudalismo, representava a vitória do poder real, absoluto e onipotente. Citando exemplos ao longo da história francesa que corroboravam com a sua tese, a folha afiançava que ia mal a aspiração civilizadora que começava por se estiolar fechando-se na caserna, assim como a instituição que levantava entre si e a opinião individual a muralha chinesa da repressão, o arsenal das leis fortes e a barricada dos códigos velhos<sup>79</sup>.

Previendo a concretização da coletividade que almejava, embasada nos princípios socialistas, O Protesto Operário sentenciava que, na sua marcha fatal,

---

<sup>78</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 1º dez. 1889.

<sup>79</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 1º dez. 1889.

a sociedade zombava tanto da perseguição, porque ela não era a justiça, quanto da caserna, porque ela não era o direito, vindo também a constatar que a caserna e a cadeia constituíam dois elos de um grilhão dos quais fugia o pensamento moderno. Nessa perspectiva, a folha aconselhava os revolucionários a não defender o exército, pois ele iria matá-los, e os conservadores a não invocar a perseguição, pois ela iria passar por cima deles, esmagando-os. De acordo com o periódico, o exército traía as esperanças da democracia, assim como a violência acabava por também trair as expectativas do cesarismo, havendo entre tais fatores apenas um justo termo, representado pelo respeito, a consciência e a fatalidade da opinião<sup>80</sup>.

Assim, a publicação operária lusa revelava que a única revolução coerente seria aquela nascida como fruto da própria opinião geral ao passo que aquela que não tivesse tal origem constituiria apenas uma ironia pungente, uma vez que fazer brotar a liberdade de uma arma era o mesmo que querer fazer nascer o sol de uma cloaca. Na mesma linha, afirmava que tentar deter os progressos da consciência, um século depois de proclamado o livre-exame, seria também tentar o impossível, exacerbando um conflito latente no âmago das sociedades, pelo qual a força do progresso e da revolução matava o espírito da rotina e a própria força do conservantismo e da reação. Numa exortação direta aos políticos monarquistas e republicanos lusitanos que se engalinhavam ao discutir os acontecimentos no Brasil, a folha alertava para o caminho

---

<sup>80</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 1º dez. 1889.

escorregadio por onde estavam se lançando todos aqueles que andavam proclamando a infalibilidade do cárcere ou o dogmatismo do quartel<sup>81</sup>.

Em uma outra matéria editorial intitulada “Liberdade”, *O Protesto Operário* revelava ainda mais claramente a sua consciência de classe, concluindo que a transformação ocorrida no Brasil só servira à causa dos poderosos e em nada viria a alterar a vida de sacrifício dos trabalhadores. Na abertura do artigo, o jornal sintetizava tal pensamento, ao reproduzir as tradicionais frases: “Viva a revolução! Abaixo os reis e imperadores! Liberdade, igualdade e fraternidade! Etc, etc, etc”. Mas, em contrapartida, com ironia, estampava a exclamação: “Escuta tu, negro, engraxa-me as botas. Sou um amigo das liberdades, quase um demagogo, devo ter as botas (e as mãos) bem limpas. Está visto!”. A partir daí começava a comentar que havia alguns dias chegara à Lisboa um imperador destronado, enquanto no Brasil, havia alguns meses, nas fazendas de São Paulo, nas estâncias do Rio Grande do Sul, nos engenhos de Goiás e nas Minas Gerais amanhecera uns quantos milhares de negros livres, diante do que questionava do que os mesmos estariam realmente livres. Na concepção do periódico, os libertos estariam na realidade livres de toda a liberdade, porque o salário era a escravidão, bem como livres do peso esmagador de toda e qualquer propriedade, diante do que, mais uma vez ironicamente, concluía que eles agora seriam cidadãos da república brasileira. O periódico lembrava que a abolição não trouxera nenhum ganho aos libertos, fazendo uma comparação com a situação de Portugal, que seria um país livre, ou seja, no qual os pobres tinham a

---

<sup>81</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 1º dez. 1889.

liberdade de morrer de fome e os negros brasileiros estariam nas mesmas circunstâncias<sup>82</sup>.

A partir de tal comparação entre a conjuntura lusa e a brasileira, o jornal passava a retomar a discussão a respeito da evasão dos trabalhadores portugueses, explicando que tais pessoas não emigravam dos países livres porque lhes faltasse liberdade, já que eram cidadãos, tinham direito de trabalhar e eram tão portugueses quanto o capitalista mais opulento, entretanto, eles emigravam por não lhes darem serventia em seu próprio país. Na visão do periódico, os que estavam partindo não representavam gente inútil, antes pelo contrário, eram homens novos, fortes, robustos, musculosos, a raiz e a flor da juventude dos campos, diante do que questionava os motivos de tal acontecimento, tripudiando as conjecturas dos políticos tradicionais, fossem monarquistas ou republicanos, segundo os quais tal contingente ia embora por vontade própria. Segundo a folha não era essa a realidade, pois eles saíam de seu país tendo em vista que a civilização portuguesa os deitava fora como trapos velhos e porque na sua terra natal não encontravam lugar para si, não havendo quem deles cuidasse<sup>83</sup>.

Diante de tal quadro, a publicação operária contestava o tipo de liberdade com a qual contavam os trabalhadores, que lhes dava apenas o direito de trabalhar em proveito alheio, quando ainda assim houver necessidade do trabalho deles e, caso contrário, restava apenas o caminho do mar, através da

---

<sup>82</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 8 dez. 1889.

<sup>83</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 8 dez. 1889.

emigração. Para o jornal, os trabalhadores tinham o direito de dar muitas voltas, mas eram como a mula em um moinho de farinha, ou seja, pisavam sempre o mesmo terreno. Manifestando as insatisfações sociais reinantes, o periódico lembrava que aquilo de trabalhar para outro, de produzir riqueza para que outros a gozassem, de descascar nozes para outros comerem o miolo, não fazia bem a ninguém, além do fato de o indivíduo ser mais pobre aos cinquenta anos do que fora aos vinte, depois de se trabalhar muito, também não agradava ninguém, sendo esses os motivos da emigração em larga escala<sup>84</sup>.

Com base nesse contexto, o jornal constatava que tal circunstância se dava não só em Portugal, mas em toda parte na qual o sistema capitalista vinha deitando raízes. A partir dessa constatação, a folha considerava que tal situação só poderia ser vencida com atitudes mais drásticas, exortando que se fizesse fogo aos governos de casta, aos privilégios, ao sistema capitalista e aos charlatões da política e da finança. Em contraponto, o periódico clamava por luz para que as trevas se dissipassem e para que o povo soubesse que o mal de que sofria não se curava com transformações teatrais como a que se dera no Brasil. Clamava para que todos compreendessem que o morrer de fome era quase a única coisa que os reis e os presidentes não podiam tirar ao homem chamado livre. Ainda sobre o tema que servia de título à matéria, a publicação lembrava que a liberdade do rico e a do pobre não eram idênticas, pois, ainda que o rico pudesse ser mais livre sob a república do que no império, o pobre seria sempre pobre e miserável, enquanto a terra e o capital estivessem nas mãos de uma

---

<sup>84</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 8 dez. 1889.

classe que tudo monopolizava. E, mais uma vez com ironia, O Protesto Operário voltava a usar o recurso das exclamações com os quais abria o editorial, alinhavando mais um “Viva a liberdade!”, mas arrematando com a frase “Tu, negro, proletário, não limpaste ainda as botas do senhor? És um bruto preto! Nem vales o pão que comes, proletário! E abaixo os tiranos!”<sup>85</sup>.

Outro jornal ligado aos trabalhadores editado nessa época foi o semanário *O Operário*. Seguindo a conjuntura pela qual a imprensa se espalhava pelo território luso, além de sua capital, ele circulou na localidade de Évora, entre setembro de 1889 e fevereiro de 1890<sup>86</sup>. Na edição que marcava seu lançamento, o periódico destacava que o seu intento era o de levantar a sua débil voz em auxílio da laboriosa classe operária, uma vez que, apesar do papel importante que o operário desempenhava na sociedade, ela nem sempre vinha sendo uma mãe carinhosa para ele, o qual estaria ainda longe de ocupar o lugar e contar com a proteção a que tinha direito, de maneira que advogar os interesses justos do operário e procurar melhorar a sua situação constituíam as metas da publicação. Segundo a folha, a palavra que lhe servia de título compreendia uma grande ideia, já que operário queria dizer o artista, o homem que trabalhava, um dos grandes fatores, enfim, de um produto maravilhoso, onde se consubstanciavam e se cristalizavam todos os esforços de todas as coletividades ou individualidades, que faziam alguma coisa de útil à grande causa universal – a civilização. Para o semanário, um jornal dos artistas

---

<sup>85</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa; Porto, 8 dez. 1889.

<sup>86</sup> RAFAEL & SANTOS. 2002 v. 2. p. 140.



equivalia a uma esculca vigilantíssima a atalaiar os seus interesses e a propugnar pelos seus direitos, ou seja, era a voz do operário a fazer-se ouvir no campo imenso das grandes lutas e a elevar-se a toda a altura de cidadão consciente<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> O OPERÁRIO. Évora, 22 set. 1889. A. 1. N. 1. p. 1-2.



# OPERARIO

Anno I FOLHA SEMANAL N.º 1

Redacção e administração — Travessa das Gatas n.º 12

PREÇO DE ASSIGNATURA  
13 números em Evora ..... 120  
13 números em Lisboa ..... 150  
Número avulso ..... 30

Administrador-gerente — José d'Almeida

Domingo, 22 de setembro de 1889

PUBLICAÇÕES  
Ammador, litta ..... 10  
Benguet ..... 10  
Pormontaria, estado particular

## Expediente

Ao encetarmos esta nova publicação, que, decerto, será bem acolhida, quer por operarios, quer mesmo por industriaes, e nosso fim levantarmos a nossa debil vos em auxilio da laboriosa classe operaria. Igualmente daremos algumas sações recreativas e úteis, taes como: artigos litterarios chronicos theatraes, conselhos instructivos, e muitos outros artigos que serão sempre agradaveis aos nossos leitores. Abandonando-se completamente a politica, promettemos seguir sempre a risca o nosso modesto programma.

A's pessoas a quem temos a honra de enviar o nosso jornal, rogamos a finese da sua assignatura, o que, penhoradissimos, agradecemos; mas, caso não queiram assignar, igualmente pedimos para que o de-

FOLHETIM  
A RODA DA FORTUNA  
POR  
ALVES DE NEVES

### Um encontro

Foi uma bella tarde do mez de agosto de 1825 em que o sol começava a declinar, reflectido nos azuis cumes dos montes de Beozojal, sem correr viração alguma, nada levemente se agitar o albrão e pesado ar: as arvores amarelladas, meias despidas, erguiam para o céu seus ramos immoveis, não se sentia mais que o melancolico cantico das cigarras, o zunido dos insetos, brincando no fim da tarde sobre a terra, e o masso mutuar das secas herbas, que se moviam para dar passagem aos tímidos legarros, quando de repente foi interrompido o zozego d'esta solidão, pelo entre-

volvam a redacção, no prazo de cinco dias e com as mesmas cintas, a fim de regularisar a nossa escripturação. Por tudo desde já se mostra reconhecida

### A Redacção

Evora 22 de Setembro

Quando olhámos attentamente em volta de nós, quando nos transportámos d'uma para outra localidade, sem os obstaculos das ribeiras e os inconvenientes do accidentado do terreno; quando um pouco reflectimos em tudo o que nos prende a attenção pela sua grandezza e belleza, no que nos dá abrigo, facilita commodidades e confortos, não nos podemos eximir de pensar na mão habil e intelligente, que tudo isto faz, executado. . . Essa mão é o operario.

O engenheiro planeia, o architecto dilinea, o industrial descobre processos e imagina este ou aquelle machinismo, porem tudo isto de nada ou para coisa alguma serviria, sem o operario.

pleno firo de uma arca de fogo, que, reambulando na cavidade das montanhas, fazia repercutir seu medonho echo nos lugubros valles, e pelos latidos de um cão, que parecia vigiar aquella deserta.

Um mastro de fucino carracado, de rochedos á direita. Passados alguns segundos, rotinou um futo assabio por detrás de um monte de selvas, dando-lhe signal de recolhimento abenço o animal, sem deixar contudo de se voltar muitas vezes, suffocando entre seus dentes ardos grunhidos; depois restabeleceu-se inteiramente o zozego que antes allí reinava.

Passado um quarto de hora, pouco mais ou menos, appareceu um mancho na extremidade inferior do cambiuo, trazendo aos hombros um sacco de viagem, e armado de uma assignatura de caça. Puzo que a sua bagagem fosse ligeira, o que a sua physiognomia

O engenheiro, o architecto e o industrial são a cabeça que pensa e o operario é a mão que executa, quando não é ao mesmo tempo cabeça como Jacquard, que realisa todas as maravilhas que admirámos, que constróe a casa que nos abriga, as pontes que nos permitem atravessar ribeiras, as machinas que se empregam nos transportes, na fabricacção de tecidos; finalmente que produz todas as coisas mais necessarias á nossa existencia, ao nosso bem estar, e á nossa vaidade.

Apesar do papel importante que o operario tem desempenhado e desempenha na sociedade, nem sempre ella tem sido mãe carinhosa para elle. Hoje mesmo em que, graças á evolução social, o operario é mais considerado, gosa de alguns beneficeos, está elle ainda longe, principalmente d'este districto, de occupar o lugar e ter a protecção a que tem direito.

Se parte do que soffre o operario é devido a elle mesmo, é fóra de duvida que a sociedade tambem é culpada, por não lhe dar todo o auxilio e coadjuvacção de que carece

e os seus membros, herdarem vigor e robustez, não deixava de caminhar com difficuldade, e sabia vngrosamente, a estrada colorida de rochas pedras, que assaz o magoavam. Parou, e procurando com uma das mãos evitar os raios do sol, voltou os olhos em torno do si, como quem desajava orientarse: elleo ser nill sua mora. Tinguo disse elle, descobrindo ao longe algumas casas, e o fim de uma capella, elevada como nido de agulha, no pinaculo de um monte: «eis as primeiras habitações que descobri desde que saí de Cullize.» Diziendo isto, continuou com o estribilho de uma cantiga, que desde pela manhã repetia, ora em voz baixa ora com todas as suas forças, a fim de variar de recreio.

Contentava-se então de gargalhar, circumstancia que lhe servio para não ser immediatamente perturbado no seu entretenimento particular, por uma amagadora apparição.

Seus olhos se dirigiram para a direita. O sol, que até allí se achava mascarado pela elevada

e que ella lhe pode dispensar.

Advogar os interesses justos e rescavos do operario e procurar melhorar a sua situação é o fim que nos propomos.

Conseguirmos o nosso fim? O futuro dirá. Entretanto tudo esperamos do auxilio de aquellos para quem o operario proximo não são palavras sem significação.

## O OPERARIO

Eu creio que este titulo compendia num grande idea.

O operario quer dizer o artista, o homem que trabalha, um dos grandes factores, emfim, d'esse producto maravilhoso, onde se consubstancia e se conglomam a sa crystallisação todos os esforços de todas as collectividades ou de todas as individualidades, que fazem alguma coisa d'util á grande causa universal — a civilisação.

Um jornal de artistas, é como se dissessemos uma escola vigilantisima a atalhar os seus interesses, e a propugnar pelos seus direitos; o a voz do operario a fazer-se ouvir e a defender os seus direitos e os seus membros, herdarem vigor e robustez, não deixava de caminhar com difficuldade, e sabia vngrosamente, a estrada colorida de rochas pedras, que assaz o magoavam. Parou, e procurando com uma das mãos evitar os raios do sol, voltou os olhos em torno do si, como quem desajava orientarse: elleo ser nill sua mora. Tinguo disse elle, descobrindo ao longe algumas casas, e o fim de uma capella, elevada como nido de agulha, no pinaculo de um monte: «eis as primeiras habitações que descobri desde que saí de Cullize.» Diziendo isto, continuou com o estribilho de uma cantiga, que desde pela manhã repetia, ora em voz baixa ora com todas as suas forças, a fim de variar de recreio.

Nemum d'esses espiritos penitentes, quer poetas, quer pintores, que sabem crer, depois de bem, e que tem o privilegio de dispensar o renome e a gloria, ainda se não lembram de ir procurar inspirações divinas sobre as montanhas de Beuzojal! O genio de industria e de occupação, tendo equipadado a possessão de certas ideias, formula aqui largas estradas, aplana os declives, adalera os atetos bouques, e revolverá em toda a parte as suas contrabios, para d'elles extrahir thesouros de minologia, que ha seculos allí se amontou. Não deixaria de illustrar pela palavra, ou pelo desenho, essa maravillosos pontos de vista, essas pittorescas aspectos, que a natureza, com prodiga mão, allí produzio!

(Continua.)

As alusões ao Brasil republicano não foram realizadas pelo *O Operário* em editoriais ou artigos e sim através de pequenas notas ou referências em colunas que tratavam de outros assuntos. Esse foi o caso de uma matéria que abordava a repressão aos trabalhadores, narrando inclusive casos de agressões e denunciando que operários haviam sido demitidos apenas por se recusarem a trabalhar nos domingos. A partir de tal constatação, o jornal partia em defesa daqueles desgraçados que trabalhavam durante uma semana, debaixo de um jugo despótico e vencendo um mesquinho salário e não podiam sequer contar com um dia de descanso, sendo-lhes proibido passar um dia de regozijo, recebendo as carícias da família, pois que durante uns poucos dias só entravam em casa por alguns instantes, que mal chegavam para descansar das suas fadigas. Diante de tal tratamento àquela desventurada classe que tanto se via vilipendiada, o periódico exigia que os empregadores olhassem para aqueles mártires do trabalho, com mais atenção, dando-lhes a estima merecida, pois, caso contrário, haveria de chegar o tempo que poderiam sofrer com os mesmos destinos que afligiram o imperador do Brasil<sup>88</sup>.

Uma outra manifestação do jornal que fazia referência ao contexto brasileiro refletia uma das grandes preocupações das publicações ligadas aos trabalhadores, e estava vinculada à questão da emigração, tanto no que tange aos motivos que levavam a tal processo quanto aos destinos dos emigrados, ainda mais após a mudança institucional efetivada no Brasil. Nesse sentido, *O Operário* apontava para o excessivo número de compatriotas lusos que em

---

<sup>88</sup> O OPERÁRIO. Évora, 24 nov. 1889.

pouco tempo entraram no Brasil e denunciava a que grau de intensidade chegara a febre de ir procurar fortuna naquela república, deixando-se de lado considerações de toda a ordem que muito bem patenteavam os tristes desenganos de que muitos, inclusive a maior parte, vinham sendo vítimas. Ainda que não analisasse mais detidamente as questões internas brasileiras, o jornal considerava que era desolador o quadro das inumeráveis cenas da emigração que se descortinavam diante dos olhos dos portugueses<sup>89</sup>.44

Outro semanário ligado ao operariado que circulou em Portugal à época da transição monarquia – república no Brasil foi a folha lisbonense *A República Social*, editado entre maio e julho de 1890. No seu primeiro editorial, o jornal destacava a razão de sua existência, explicando que o título que adotara era como a síntese de suas aspirações, sendo o seu programa o do partido operário socialista. Afirmava que, ao entrar na luta da imprensa, no crítico momento que atravessava a política portuguesa, fora a tal compelido pelo desejo de não ver rastejar no pó a sua bandeira, nem menosprezada a generosa aspiração de toda a sua vida. Segundo o periódico, o lugar dos socialistas era na vanguarda do movimento revolucionário, e se alguém não aceitasse tal posto, deveria ser considerado um traidor e, combativamente, exclamava que os conservadores defendiam as suas instituições, carregavam contra os revolucionários, lançando mão de todas as armas e acorrendo a todos os meios, diante do que o dever dos

---

<sup>89</sup> O OPERÁRIO. Évora, 1º dez. 1889.

socialistas seria o de cerrar fileiras e lutar olho por olho, dente por dente, sem ceder a ninguém, em nome da honra<sup>90</sup>.

Na concepção de *A República Social* havia muito que fazer e trabalhar na organização das forças proletárias, uma vez que o próximo dia era sempre uma dúvida, devendo os militantes estar preparados para tudo, fosse o descanso ou a fadiga, a estabilidade ou o movimento, a vida ou a morte. Considerava que o partido socialista tinha uma grande missão a cumprir, tanto no presente quanto nas trevas do futuro e quem fosse covarde deveria afastar-se, bastando de palavras e declamações piegas. Para a folha, já estava mais do que provado que o estado tradicional burguês, através da coragem dada pelo cinismo, zombava do povo trabalhador e lhe arrancava a pele por todos os modos e a todos os pretextos, de modo que era preciso fazer valer o direito popular, através de exigências, pois as palavras de súplica já haviam todas se esgotado<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> A REPÚBLICA SOCIAL. Lisboa, 1º mai. 1890.

<sup>91</sup> A REPÚBLICA SOCIAL. Lisboa, 1º mai. 1890.



O hebdomadário buscava eximir-se de possíveis confusões quanto à sua orientação, afirmando que não representava nenhuma dissidência e nem mesmo era órgão oficial do partido socialista, dizendo não ser nem uma coisa, nem outra, constituindo simplesmente um órgão do ideal socialista. Nesse sentido, destacava que defenderia intemeratamente os alevantados princípios da democracia socialista, vindo a ser um defensor dos explorados, dos oprimidos da escravidão econômica e, enfim, de todos quantos fossem vítimas das iniquidades sociais. Ainda explicitando o espírito combativo, o periódico considerava que a moleza orgânica ou calculada daqueles que deveriam indicar resolutamente o caminho a seguir, obrigava-o a tomar a iniciativa, uma vez que *A República Social* era o seu lema e por ele lutaria sem descanso, fosse qual fosse o suceder no porvir<sup>92</sup>.

Tendo em vista o período de seu próprio surgimento, *A República Social* não chegou a analisar diretamente os episódios imediatos que levaram à mudança institucional no Brasil, entretanto, não se furtou a comentar a visão que tinha a respeito de tal transição, notadamente no que tange à manutenção das estruturas vigentes, independentemente das formas de governo. Tal concepção ficou expressa na matéria denominada “O capital”, na qual o semanário explicava conjunturalmente a evolução histórica das sociedades até chegar ao caso particularizado do Brasil. Segundo o jornal, apesar de todos os privilégios que sustentavam o poderio do capital, era inegável que, mesmo uma parte da burguesia, começava a encará-lo como um tirano insuportável e a

---

<sup>92</sup> A REPÚBLICA SOCIAL. Lisboa, 1º mai. 1890.

razão para tanto seria simples, pois o capital só garantia a supremacia a uma minoria relativamente pequena, fazendo dessa minoria uma poderosa oligarquia que avassalava todos os povos do mundo<sup>93</sup>.

Diante de tal contingência, a folha esclarecia que a verdadeira guerra contra o despotismo do grande capital era movida pelo mundo trabalhador, de modo que tal guerra, cada dia mais persistente, metódica e cientificamente dirigida, venceria fatalmente o inimigo num período mais ou menos curto. Em clara alusão ao Brasil, o jornal afirmava que, no regime da burguesia, fosse qual fosse a forma de governo, os políticos e executores das leis tinham de sempre subordinar o seu procedimento às ordens ditadas pelo capital. De acordo com essa perspectiva, considerava que no regime interno de cada nação, cada partido distinguia-se pelo grupo capitalista que representava e era o jogo de interesse de tais grupos que determinava as suas quedas e ascensões ao poder, desde que todos eles obedecessem ao mesmo princípio, representado pela manutenção inalterável do poderio do capital<sup>94</sup>.

Mantendo o tom explicativo e didático, o semanário afirmava que naquele quadro monolítico de predomínio do capital poderia ocorrer muitas vezes que o partido que descia do poder, obrigado por circunstâncias imprevistas, deixava comprometidos os interesses do grupo que representava. A partir disso, tais grupos começavam a captar a opinião pública, até conseguir uma composição com o partido triunfante, passando as coisas a correr no mesmo sentido;

---

<sup>93</sup> A REPÚBLICA SOCIAL. Lisboa, 25 mai. 1890.

<sup>94</sup> A REPÚBLICA SOCIAL. Lisboa, 25 mai. 1890.



entretanto, em outras vezes, ainda que raras, ocorria que oposição e governo não chegavam a um acordo e caprichavam em serem verdadeiros adversários. Desse modo, como essa oposição, pelos meios conservadores, não poderia conseguir o triunfo, lançava-se no campo revolucionário e mesmo que só tivesse por fim derrubar um ministério, os revolucionários aproveitavam a ocasião, forçando também a derrubada das instituições<sup>95</sup>.

Ao concluir o artigo, *A República Social* revelava que o modelo por ela descrito adaptava-se fielmente ao caso brasileiro. Assim, na visão do periódico, aquele desacerto entre os grupos dominantes fizera com que o império do Brasil, em 15 de novembro de 1889, se transformasse em república dos Estados Unidos do Brasil. Ressaltava a folha que fora tal o egoísmo do grupo vencido que não chegara a arriscar um único esforço em favor das instituições derrubadas que tanto o haviam auxiliado. De acordo com a publicação dos operários a razão de tal procedimento era facilmente identificável, uma vez que o capital sabia que, com a revolução tornando-se senhora do campo, não se poderia brincar impunemente, pois cada dia de luta custava muitos contos de réis e isso, inevitavelmente, afetava o poderio de quem o gastava, sendo preferível a derrota ao prejuízo<sup>96</sup>.

Estes três periódicos constituem apenas uma breve amostragem do conjunto da imprensa portuguesa voltada aos trabalhadores, sendo eles os que, dentre os exemplares disponíveis para a pesquisa, abordaram a queda da

---

<sup>95</sup> A REPÚBLICA SOCIAL. Lisboa, 25 mai. 1890.

<sup>96</sup> A REPÚBLICA SOCIAL. Lisboa, 25 mai. 1890.

monarquia no Brasil, num quadro de variedade de jornais que se dirigia a um público autenticamente operário. Ainda que em proporções diferentes se comparados com os representantes da grande imprensa, os jornais operários tinham um razoável poder de penetração e difusão. A influência dessas publicações ia além das próprias tiragens e do número de leitores diretos, uma vez que havia também a leitura em grupos de trabalhadores<sup>97</sup>, o que promovia uma significativa e exponencial proliferação das premissas estabelecidas por meio de tais jornais. Assim, cada exemplar passava de mão em mão, ou era lido em voz alta em grupos não muito pequenos, tanto que a larga audiência dos periódicos operários poderia ser sintetizada a partir da perspectiva da multiplicação por um índice médio de quatro a cinco leitores para cada exemplar editado<sup>98</sup>.

A imprensa ligada aos trabalhadores observou os primeiros passos da república brasileira com um olhar desconfiado, verificando as limitações sociais de tal processo histórico, que não serviria para trazer qualquer alteração profunda na sociedade, notadamente no que tange às classes menos favorecidas<sup>99</sup>. A partir dos comentários estabelecidos por esse jornalismo, evidenciava-se uma consciência de classe por parte de tal segmento social, ou seja, se estabelecia uma autoconsciência coletiva entre os trabalhadores, promovida através de suas instituições e associações, bem como do espírito

---

<sup>97</sup> THOMPSON, pp. 312 e 435-436.

<sup>98</sup> TENGARRINHA, 1989, p. 150 e 243.

<sup>99</sup> ALVES, Francisco das Neves. *Olhares impressos: a república brasileira sob o prisma da imprensa lusitana: repercussões e ruptura diplomática (1889-1895)*. Lisboa: ICES, 2012. p. 147.

delas emanado por meio dos jornais, vindo a ser adquiridas uma singular resistência e uma significativa ressonância, de modo que todos os elementos constitutivos do *modus vivendi* do proletariado viriam a converter-se num campo de batalha de classe<sup>100</sup>. Ao analisar o que acontecia no Brasil, os jornais operários revelavam um determinado conhecimento de causa não só acerca da realidade local e nacional, mas uma visão bem mais abrangente, incluindo preceitos da política internacional e das condições sociais do proletariado em escala mundial. Em graus diferenciados de análise, com *O Protesto Operário* publicando sistematicamente editoriais consecutivos e *O Operário* e *A República Social*, observando de modo mais circunstancial, a imprensa operária lusitana comentou a transição da monarquia à república no Brasil refletindo uma tendência geral do jornalismo luso de então, ao expressar uma verdadeira versão espelhada dos acontecimentos, ou seja, através do olhar sobre a conjuntura brasileira, viam a própria realidade portuguesa. Entretanto, ao passo que a maior parte dos periódicos discutiu os episódios no Brasil sob um viés partidário, monarquista ou republicano, ou ainda sob um prisma noticioso ou humorístico, as folhas vinculadas aos trabalhadores, destinadas a um público alvo bem específico, analisavam o caso brasileiro a partir de uma visão de mundo mais global, dominada pelo predomínio do combate ao capital ao status quo, marcado pela manutenção das várias formas de exploração do proletariado.

A situação de crise generalizada em Portugal dava amplo espaço para a expansão do espírito contestatório e reivindicativo que encontrava vazão por

---

<sup>100</sup> THOMPSON, p. 438-439.

meio de um jornalismo crítico-opinativo, o qual foi praticado muito a contento pela imprensa operária. Ao contrário dos demais periódicos lusos que destinaram enorme espaço para discorrer sobre os personagens políticos que eram apeados e dos outros que ascendiam ao poder, as folhas operárias pouco citavam os nomes de tais individualidades, fazendo, por vezes, algumas referências a seus cargos, mas dando muito mais importância à discussão de temas conjunturais e não ao personalismo que dominou grande parte das colunas do periodismo português de então. Ainda que concordasse que a república no Brasil significasse um processo histórico caracterizado até certo ponto por uma normalidade, uma vez que acabava por igualar o país quanto à forma de governo no conjunto das nações americanas, a imprensa operária desacreditava das reais transformações, uma vez que, por mais que se propalasse que passaria a haver o domínio dos interesses em torno da “coisa pública”, o que acabaria por prevalecer seriam os interesses privados, com manutenção da propriedade burguesa, da exploração do trabalho operário, do monopólio do capital e do poder político.

Em linhas gerais, segundo o jornalismo português vinculado ao operariado, com a república, o Brasil continuaria nas mesmas condições no que tange à organização social. Uma das preocupações centrais de tais folhas estava vinculada aos destinos da enorme quantidade de trabalhadores lusos que se deslocava para o Brasil, revelando uma perspectiva crítica quanto ao próprio contexto governativo lusitano que não conseguia nem ao menos dar garantias básicas de sobrevivência à sua população. Quanto às repercussões da transição

brasileira em Portugal, esses periódicos não conseguiam ver grandes possibilidades de tal tipo de mudança também ocorrer de modo mais imediato no âmbito luso, entretanto, observavam o quão indelévels seriam as repercussões econômicas de tal evento diante da já combalida situação financeira portuguesa. De acordo com aquela perspectiva de uma visão espelhada, a partir da mudança institucional brasileira, tal imprensa censurava as atitudes dos políticos lusitanos, fossem monárquicos ou republicanos, além de criticar profundamente a ascensão do militarismo e das políticas repressivas governamentais na conjuntura lusitana e brasileira.

Para os jornais operários, a verdadeira liberdade não era aquela emanada a partir do pensamento liberal e das revoluções burguesas, sintetizadas no dístico “liberdade, igualdade e fraternidade” e sim aquela prevista a partir do ideário socialista e das revoltas advindas a partir do proletariado, para o que seria necessária a conscientização dos trabalhadores, fosse no contexto português, no brasileiro, ou no mundial. Na perspectiva de tal jornalismo, não havia importância quanto à forma de governo, uma vez que no “regime da burguesia” sempre iria haver a supremacia do capital, mormente sobre as classes trabalhadoras. Desse modo, prevalecia a proposta da feitura de uma verdadeira e constante guerra, realizada com método e ciência contra o domínio do capital. Apesar de tal visão geral de pessimismo quanto à “revolução no Brasil”, havia a esperança de que tal fato pudesse vir a constituir mais um passo em direção ao declínio do “privilégio burguês e capitalista”, de modo que as nações marchassem em direção ao ideal de uma “república

igualitária e socialista". Assim, os acontecimentos que cercavam a mudança na forma de governo brasileira serviam como mote para a discussão de temáticas mais profundas e enraizadas na consciência de classe dos trabalhadores, não deixando de também servir, a seu modo, como um certo estímulo às suas lutas, sendo retomada uma perspectiva que se fizera valer algumas décadas antes, pela qual, as notícias recentes dos Brasis pareciam animá-los com esperanças maiores do que nunca<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> THOMPSON, p. 436. Texto originalmente publicado na revista *Projeto História*, São Paulo, n. 48, dez. 2013.

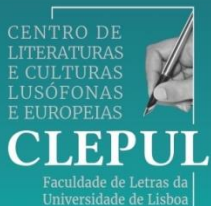


A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



# Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



[edicoesbibliotecariograndense.com](http://edicoesbibliotecariograndense.com)

9 786589 557975

ISBN: 978-65-89557-97-5